UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

LEONARDO NASCIMENTO BOURGUIGNON

QUADROS DE FERRO? INFLUÊNCIAS DA HISTORIOGRAFIA NA PRODUÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA REGIONAL NOS MUNICÍPIOS CAPIXABAS DE ANCHIETA E PIÚMA.

VITÓRIA - ES

2014

LEONARDO NASCIMENTO BOURGUIGNON

QUADROS DE FERRO? INFLUÊNCIAS DA HISTORIOGRAFIA NA PRODUÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA REGIONAL NOS MUNICÍPIOS CAPIXABAS DE ANCHIETA E PIÚMA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação, na linha de História, Sociedade, Cultura e Políticas Educacionais.

Orientadora: Profª Drª Juçara Luzia Leite.

VITÓRIA – ES

2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Bourguignon, Leonardo Nascimento, 1975-

B773q Quadros de Ferro? Influências da historiografia na produção de livros didáticos de história regional nos municípios capixabas de Anchieta e Piúma / Leonardo Nascimento Bourguignon. – 2014.

136 f. : il.

Orientador: Juçara Luzia Leite.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação.

1. Varnhagen, Francisco Adolfo de, 1816-1878. 2. Educação – Anchieta (ES) – História. 3. Educação – Espírito Santo (Estado) – História. 4. Livros didáticos. 5. Representações sociais. I. Leite, Juçara Luzia, 1964-. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação. III. Título.

CDU: 37

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

LEONARDO NASCIMENTO BOURGUINON

QUADROS DE FERRO? INFLUÊNCIAS DA HISTORIOGRAFIA NA PRODUÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA REGIONAL NOS MUNICÍPIOS CAPIXABAS DE ANCHIETA E PIÚMA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Educação.

Aprovada em 14 de março de 2014.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Juçara Luzia Leite
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Arnaldo Pinto Junior
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Julio Cesar Bentivoglio
Universidade Federal do Espírito Santo

Profa. Dra. Olivia Morais de Medeiros Neta
Instituto Federal do Rio Grande do Norte

A essas incríveis mulheres:
Alice, Jacira, Juçara,
Marina e Renata.

“Depois continuou a mesma capitania apouquentada dos Bárbaros visinhos, ameaçada dos Francezes, e por fim, sempre em contendas e guerras civis taes que deixou de medrar. Se a colonisação tem caminhado de outro modo, se é levada a cabo com mais gente, e emprehendida pela coroa (como maior capitalista) á maneira da Bahia e do Rio, talvez seria hoje a província do Espirito Santo uma das mais ricas do Brazil, e a cidade da Victoria um dos seus empórios”.

(VARNHAGEN, 1854, p. 225)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais que apesar do pouco tempo que passaram na escola apostaram que era nela que encontraria minha felicidade. Acertaram!

A minha mãe que tantas vezes embalou os sonhos de Marina e os meus.

Às minhas filhas inspiração e razão maior da minha existência.

A Zilda Monte Cavallini e Denise: quantas páginas foram escritas enquanto encantavam nossa princesa!

A Cristiano Bodart, sem suas palavras de incentivo essa jornada dificilmente teria se iniciado.

A Renata, companheira, leitora, crítica e bálsamo.

Aos diretores Fabiani Taylor, Jeferson Almeida e Andréia Lorencini e às coordenadoras Lugimaria Taylor Pedroza e Mirela Surrage pelo apoio e compreensão.

Aos professores inesquecíveis, desde o antigo “jardim de infância” até a faculdade.

Aos professores doutores Regina Helena Simões e Erineu Foerste. Seus conceitos e lições levarei para a vida inteira.

A minha orientadora, que desde o primeiro encontro denominei Professora, assim mesmo desobedecendo a gramática. Com ela quanto aprendi sobre o dom de minha profissão. Que eu um dia consiga ser para os meus alunos a Professora que foi para mim.

RESUMO

Espremidas entre o mar e as montanhas, as cidades de Piúma e Anchieta, no litoral sul capixaba, tiveram sua rotina de redes e anzóis alterada com a chegada da Samarco no final da década de 1970 e, posteriormente, do turismo e da exploração do petróleo e do gás. Incomodados, alguns munícipes promoveram atividades que, acreditavam, construiriam uma representação de identidade regional. Entre essas iniciativas está a publicação de livros didáticos abordando a história e a geografia daqueles municípios. Para compreendermos o processo de produção e a narrativa contida nesses livros, nos apoiamos nos conceitos de r*epresentação, apropriação* e *autoria* de Chartier (1990, 2002, 2010, 2012) e na análise das relações entre os três sentidos da história – o cotidiano, o escolar e o acadêmico - e do dilema que acompanha a história escolar desde sua origem e que transformou os livros didáticos em documentos de identidade, pensadas por Carretero (2010). O que se encontrou foi uma representação de identidade local que suporta distintas temporalidades, entre elas se destaca o que se chama de *influência Varnhagen* que produziu uma identidade como resultado da participação das etnias negra e indígena, mas sob predomínio europeu.

Palavras Chave: História regional. Livro Didático. Varnhagen. Representações. História do Espírito Santo.

ABSTRACT

Located between the sea and the mountains, the towns of Piuma and Anchieta, which lie on the southern coast of Espirito Santo, had their livelihoods of fishing changed with the arrival of Samarco in the 1970s and later by tourism, oil and gas. Some residents were affected by these changes and decided to promote activities to create a sense of regional identity. Among these initiatives were the publication of textbooks covering the history and geographical landscape of the area. In order to understand the process of creation of these book and the narrative contained in them, we rely on the concepts of representation, ownership and authorship of Chartier (1990, 2002, 2010, 2012) and the analysis of relations between these three senses of history – quotidian, scholar and academician - and the dilemma that accompanies school history since its inception which has transformed books in identity documents as stated by Carretero (2010). What we found was a local representation of identity that supports different temporalities and among them we will highlight what we call the Varnhagen influence that has produced an identity as a result of the participation with the black and indigenous ethnicities but under a European dominance.

Keywords: Regional history. Textbook. Varnhagen. Representation. History of Espírito Santo.

LISTA DE SIGLAS

ABAPA Associação Brasileira dos Amigos dos Passos de Anchieta

ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas

ANPUH Associação Nacional de História

CSU Companhia Siderúrgica de Ubu

FEST Fundação Espírito-Santense de Tecnologia

FNDE Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNAI Fundação Nacional do Índio

GAMA Grupo de Apoio ao Meio Ambiente de Anchieta

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFES Instituto Federal do Espírito Santo

IHGB Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGES Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo

IJSN Instituto Jones do Santos Neves

IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MPES Ministério Público Estadual do Espírito Santo

PLID Programa do Livro Didático

PNLD Programa Nacional do Livro Didático

RMGV Região Metropolitana da Grande Vitória

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12

CAPÍTULO 1 - LIVRO DIDÁTICO: PORTADOR DE IDEIAS, REPRESENTAÇÕES E INTERESSES DIVERSOS 17

1.1 – DE FONTE INFERIOR A OBJETO COMPLEXO 17

1.2 ESTADO E LIVRO DIDÁTICO: MÚLTIPLAS RELAÇÕES 24

1.3 HISTÓRIA REGIONAL DIDATIZADA: CAMPO DE PERMANÊNCIAS 28

1.4 A CONSTRUÇÃO DE UMA REPRESENTAÇÃO DE IDENTIDADE CAPIXABA 32

1.5 CONCLUSÕES 36

CAPÍTULO 2. A INFLUÊNCIA VARNHAGEN 38

2.1 O DESTEMIDO BANDEIRANTE À BUSCA DA MINA DE OURO DA VERDADE 39

2.2 IDENTIDADE NACIONAL E MISCIGENAÇÃO NA NARRATIVA VARNHAGEANA 48

2.3 HOMEM-MONUMENTO 55

2.4 VARNHAGEN E A HISTÓRIA DIDATIZADA 58

2.5 PARADIGMA VARNHAGEN? 63

2.6 CONCLUSÕES 67

CAPÍTULO 3. ANCHIETA E PIÚMA, ENTRE REPRESENTAÇÕES E APROPRIAÇÕES ..... Erro! Indicador não definido.

3.1 SETE MIL ANOS DE HISTÓRIA ..... **Erro! Indicador não definido.**

3.2 UMA REGIÃO EM MARCHA PARA O DESENVOLVIMENTO (SUSTENTÁVEL) **Erro! Indicador não def**

3.3 CONSTRUINDO UMA REPRESENTAÇÃO DE IDENTIDADE LOCAL **Erro! Indicador não definido.**

3.4 CONCLUSÕES ..... **Erro! Indicador não definido.**

CAPÍTULO 4. TEMPORALIDADES SUPERPOSTAS: OS LIVROS DIDÁTICOS *PIÚMA: NOSSO MUNICÍPIO* E *ANCHIETA: NOSSO MUNICÍPIO* ..... Erro! Indicador não definido.

4.1 COMO SE CONSTRÓI UM LIVRO DE HISTÓRIA REGIONAL **Erro! Indicador não definido.**

4.2 OUTROS AUTORES.....**Erro! Indicador não definido.**

4.3 SANTOS NEVES E ALVARENGA ROSA: *PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS***Erro! Indicador não de**

4.4 IDENTIDADE E MISCIGENAÇÃO: DE VARNHAGEN A PIÚMA E ANCHIETA**Erro! Indicador não defini**

4.5 CONCLUSÕES.....**Erro! Indicador não definido.**

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... Erro! Indicador não definido.

6. REFERÊNCIAS..... Erro! Indicador não definido.

INTRODUÇÃO

> Difícil acreditar que o lançamento da *História Regional da Infâmia* provoque mudanças nos livros didáticos ou mude o roteiro de aulas das professoras de primeiro e segundo graus. Lendas são, a seu modo, inquebrantáveis – ainda mais lendas como essas, que se tornaram alicerce do imaginário de um povo sobre si mesmo. Continuaremos aplaudindo o Desfile Farroupilha e o Hino Rio-Grandense continuará sendo cantado mais alto que o Brasileiro nas partidas de futebol (NATUSCH, 2010).

O excerto reproduzido acima, publicado no jornal *on-line* gaúcho *Sul21,* foi uma das duras críticas desferidas a Juremir Machado da Silva e seu livro *História regional da infâmia: o destino dos negros farrapos e outras iniquidades brasileiras (ou como se produzem os imaginários)* (2010)*,* em que contestava mitos acerca da Revolta dos Farrapos.

Entre as elucubrações sugeridas pelo episódio como a tensa relação entre os três sentidos da história - a história escolar, a história acadêmica e a história cotidiana - para apropriação de um conceito de Mario Carretero (2010), tema que será inclusive discutido neste trabalho, é a relação entre esses sentidos e a construção de representações de identidade o que mais instigou a curiosidade nesta pesquisa.

Foi justamente refletindo sobre esta associação, história - representações de identidade, que se deparou com o texto *Estado*, *História*, *Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional,* de Arno Wehling (1999). Professor nas áreas de Direito e História, Wehling tem quase uma centena de trabalhos publicados, alguns deles, como a obra anteriormente citada, analisam a figura de Francisco Adolfo de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, diplomata e historiador do século XIX, que, apesar de viver a maior parte de sua vida no exterior, foi celebrado por autores como Fleury (195-?), Reis (2006) e o próprio Wehling (2002) como o Heródoto Brasileiro e sua obra, *História Geral do Brasil*

(1854-1857), como a fundadora da historiografia brasileira, apesar da publicação de obras anteriores como *História da América Portuguesa*, de Sebastião da Rocha Pita (1730).

À medida que a leitura do texto de Wehling se aprofundava, uma silhueta perseguia as memórias acumuladas em duas décadas de magistério na educação básica brasileira, trazendo a impressão de que muitas noções de Varnhagen estariam, em pleno século XXI, sendo apropriadas por autores dos livros didáticos de história. Essa constatação, por sua vez, destoaria dos parágrafos que concluem o livro de Wehling (1999) quando afirmara que o modelo inspirado em Varnhagen, e que havia até então predominado nos livros didáticos de história, fora substituído a partir da ascensão no Brasil da História Social e Cultural sobre a história escolar nos anos 1970 e 1980.

Entre os manuais que corroboram com esta afirmação, apontando o equívoco de Wehling (1999), estão os livros didáticos de História Regional[1] *Piúma: Nosso Município: noções históricas e geográficas do município de Piúma para o Ensino Fundamental*[2] e *Anchieta: Nosso Município: noções históricas e geográficas do município de Anchieta para o Ensino de 1º Grau*[3]*,* publicados, respectivamente, em 2010 e 2011 e que são, além de objetos deste estudo, as principais fontes da pesquisa.

Diante da presença de ideias inscritas na narrativa de Varnhagen nesses livros, o desafio aqui proposto é entender porque produtores de livros escolares atuais de história regional, de forma consciente ou inconsciente, se apropriaram dessas noções.

---

[1] Apesar do debate acadêmico sobre o conceito de História Local e Regional, utilizaremos neste trabalho exclusivamente o conceito de História Regional amparados na definição que consta no Guia de Livros didáticos PNLD 2013 quando trata do Livro Didático Regional como " aquele que registra a experiência de grupos que se identificam por fronteiras espaciais e socioculturais, seja na dimensão de uma cidade, um estado ou uma região do Brasil, possibilitando o estudo da História local e do meio em que o aluno vive" (2012, p. 20).

[2] NEVES, Luiz Guilherme Santos, ROSA, Léa Brígida R. de Alvarenga. Piúma: nosso município: noções históricas e geográficas do município de Piúma para o Ensino Fundamental. Vitória: Formar, 2010.

[3] NEVES, Luiz Guilherme Santos, ROSA, Léa Brígida R. de Alvarenga. Anchieta: nosso município: noções históricas e geográficas do município de Anchieta para o Ensino de 1º Grau. Vitória: Formar, 2011.

Quando se afirma produtores apoia-se teoricamente em Roger Chartier, para quem a produção de um livro é algo complexo. Constituído por diferentes fases (diferentes, mas não excludentes ou estanques) como interesse, pesquisa, análise, crítica, concepção, escrita, edição, impressão, circulação e uso, esse processo se divide em etapas desenvolvidas em um percurso atravessado por múltiplos agentes como o editor, o capista, o diagramador, o revisor, a distribuidora, o livreiro, o professor, o aluno, entre outros. Assim, por mais que os autores almejem determinar a (re)produção de seus textos, precisam negociar com todos aqueles atores um bem que, além de pedagógico e cultural, tornou-se um produto de mercado, portanto de autoria múltipla (CHARTIER, 1990, 2002).

Entendendo que esses diversos processos e agentes tornam o livro didático um objeto complexo e portador de ideias, representações e interesses diversos, onde os sujeitos do presente, temerosos quanto aos efeitos da história escolar no presente e nos futuros presentes acreditam precisar, e poder, controlá-la (CARRETERO, 2010), objetivamos discutir em quais circunstâncias e com quais motivações e intenções os livros *Anchieta: Nosso Município* e *Piúma: Nosso Município* foram produzidos. Com esse fim, analisaremos a narrativa histórica (que sujeitos, fatos, eventos foram selecionados, quais minimizados, silenciados ou excluídos, e o porquê) impressa nestes livros.

O fato de aqueles livros proporcionarem, provavelmente, o primeiro encontro entre os estudantes e a história escolar de seus municípios ressaltam a importância desta análise, uma vez que, como ressalta Carretero (2010), apesar do desenvolvimento de uma teoria e prática didática que definiram a sequência ideal para a compreensão progressiva dos alunos e abandono gradual das primeiras crenças assimiladas nos primeiros níveis educacionais, isso não ocorre frequentemente, pois, aquelas primeiras representações continuam mesmo na fase adulta (CARRETERO).

Na tentativa de aprofundar essas questões, desenvolveu-se o presente estudo na linha de pesquisa História, Sociedade, Cultura e Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/UFES), acreditando ainda, poder contribuir para esse campo de pesquisa, uma vez que são reduzidos os trabalhos acadêmicos sobre os livros didáticos de História Regional. No caso específico dos livros escolares que tratam de municípios capixabas, não se encontra nenhuma dissertação ou tese no Banco de Teses da CAPES, dado que, se por um lado revelam o desafio de produzir este trabalho, por outro, reforçam a importância de realizá-lo.

Apoiando-se, então, em algumas concepções de Chartier (1990, 2002, 2010, 2012) e de Carretero (2010), desenvolve a hipótese concebendo os livros didáticos de história regional encomendados à Editora Formar pelas secretarias de educação dos municípios de Piúma e Anchieta no final da primeira década do século XXI como uma estratégia desenvolvida por um grupo de professores e pedagogos que ocupavam, naquele contexto, cargos estratégicos na administração pública (como secretários de educação, gerentes pedagógicos e prefeitos) em uma tentativa de afirmação de uma representação de identidade local em face às alterações sociais, culturais, demográficas, econômicas e ambientais ocorridas nas duas cidades a partir da implantação da Samarco, do desenvolvimento do turismo e, na última década, da exploração do petróleo e gás.

Esses sujeitos, assim como os autores Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa e Luiz Guilherme Santos Neves, produziram, então, uma narrativa histórica que suporta distintas e articuladas temporalidades superpostas e condensadas, articulando ideias como as de Varnhagen com o que há de mais atual na história didatizada, como a questão da diversidade.

Para desenvolvermos esse pensamento inicia-se esta dissertação analisando a renovação ocorrida a partir da década de 1990, nos trabalhos acadêmicos sobre o livro didático, quando ocorreu uma considerável ampliação no número

de pesquisas, mas também de temas e abordagens. Entre as diferentes faces assumidas pelos manuais escolares nestes novos estudos, discutem-se as múltiplas relações entre o Estado brasileiro e os livros escolares, destacando a implantação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e a inserção dos livros de história regional a partir da edição de 2004. Inclusão que gerou um aumento na publicação de obras, mas que não equacionou o descompasso entre a história acadêmica e história escolar regional (NICOLINI, 2007; CAIMI, 2007; FREITAS, 2009). Esse será o gancho para a análise da história escolar capixaba e seu compromisso com a manutenção de diversas temporalidades, entre elas, o pensamento de Francisco Adolfo de Varnhagen.

O Visconde de Porto Seguro é o tema do segundo capítulo. Após a apresentação de alguns dados biográficos se discutirá os fatores que contribuíram para construção e consolidação de uma representação de Varnhagen enquanto fundador da historiografia brasileira. Transformado o homem em monumento, será a vez de discutir a permanência dos "quadros de ferro" de Varnhagen nos livros didáticos desde o século XIX até os dias atuais, destacando sua representação de identidade nacional e o papel das três etnias – negra, indígena e europeia – nesse modelo.

No terceiro capítulo será feita a analise da produção dos livros *Anchieta: Nosso Município* e *Piúma: Nosso Município,* partindo do pressuposto, de que essa iniciativa fez parte de uma estratégia desenvolvida por agentes locais para salvaguardarem uma representação de identidade local. Para tanto, apresentar-se-á como a representação desenvolvimentista adolescida na década de 1970 na história escolar capixaba e compartilhada por parte significativa dos capixabas (PIROLA, 2008), influenciou na atitude daqueles munícipes.

Por fim, debruça-se sobre a narrativa histórica impressa nos livros didáticos apontando como o pensamento de Varnhagen influenciou tanto as opções dos educadores locais quanto a escrita desenvolvida por Luiz Guilherme Santos Neves e Léa Alvarenga Rosa.

CAPÍTULO 1 - LIVRO DIDÁTICO: PORTADOR DE IDEIAS, REPRESENTAÇÕES E INTERESSES DIVERSOS

Ao se eleger dois livros didáticos como fontes e objetos desta dissertação, depara-se com a necessidade de verificar o que as pesquisas mais recentes tem discutido sobre estes objetos culturais que, a despeito de todas as transformações no mundo do conhecimento, continuam com *status* de suporte pedagógico preferencial em escolas por todo o mundo. No setor editorial, por sua vez, os livros escolares são desde o surgimento dessa indústria um segmento fundamental. Além disso, nos últimos anos constituíram-se em fontes e/ou objetos de um número cada vez maior de pesquisas.

Uma vez que os manuais escolares investigados nesta pesquisa são livros didáticos de história regional, após a apresentação de um breve panorama geral, voltam-se nossas atenções à observação de estudos específicos sobre esse campo, pretendendo a qualificação para posterior leitura de livros escolares.

1.1 – De fonte inferior a objeto complexo

Objeto presente nos mais variados sistemas de ensino espalhados pelo mundo, graças especialmente a evangelização e colonização ocidental, há pelo menos dois séculos os livros didáticos dividem espaço no cotidiano escolar com quadros-negros e carteiras (CHOPPIN, 2009). Nem mesmo a inserção de novas tecnologias da informação nos ambientes escolares conseguiu roubar dos manuais escolares o status de suporte pedagógico preferencial "[...] determinando conteúdos e condicionando estratégias de ensino [logo, estabelecendo] o que se ensina e como se ensina o que se ensina", como denunciava Marisa Lajolo (1996, p. 04) há quase duas décadas.

Esse caráter normativo do livro escolar pode ser observado, por exemplo, na seleção dos conteúdos descrita no documento intitulado *Proposta Curricular para o Ensino Fundamental do município de Anchieta* (ANCHIETA, 2013). Desafiados pela secretaria local de educação a construírem o currículo escolar da disciplina de História para a rede municipal de ensino, os professores daquela cidade desenvolveram uma proposta curricular semelhante a da Coleção *História, Sociedade & Cidadania*[4], de Alfredo Boulos Júnior, adotada nas escolas municipais de Anchieta. A similaridade entre as propostas, evidenciada na Tabela 1 onde se apresenta parte da *Proposta Curricular para o 6º ano do Ensino Fundamental* e o sumário de um livro do mesmo ano da coleção *História, Sociedade & Cidadania,* confirmam o papel do livro didático na determinação dos conteúdos escolares:

Tabela 1

História e sociedade	***Proposta Curricular para os anos finais do Ensino Fundamental* do município capixaba de Anchieta para o ano 2013**
Unidade 1 – História, cultura e tempo	1º Trimestre
Capítulo 1 – História e fontes históricas	Introdução aos estudos históricos: Tempo, conceito, cultura e sociedade;
Capítulo 2 – Cultura e tempo	Pré-História;
Unidade 2 – Pré-História também é História	- Teorias (criacionista e evolucionista)
Capítulo 3 – Sobre a origem do ser humano	- Evolução das espécies
Capítulo 4 – Os primeiros povoadores da Terra	- O povoamento da América
Capítulo 5 – A Pré-História brasileira	
Unidade 3 – Civilizações da África e do Oriente	2º Trimestre
Capítulo 6 – Mesopotâmia	Primeiras formas de organização social (Mesopotâmia)
Capítulo 7 – Egito	Egito (surgimento das cidades, comércio e estado)
Capítulo 8 – A Núbia e o Reino de Kush	Fenícios, Hebreus (monoteísmo) e Persas
Capítulo 9 – Hebreus, Fenícios e Persas	

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Anchieta/ES

Como se pode perceber, com poucas exceções, como a exclusão dos reinos africanos de Núbia e de Kush e a inserção da teoria criacionista, os professores da rede municipal de Anchieta seguem exatamente a disposição e os conteúdos do livro didático que utilizam em sala de aula.

[4] BOULOS JÚNIOR, Alfredo. História: sociedade e cidadania. São Paulo: FTD, 2009.

Outros trabalhos como o de Rocha e Somoza (2012, p. 01) destacam o papel do livro escolar enquanto “dispositivo fundamental no projeto de difusão da escolarização em massa que acompanhou a constituição dos Estados Nacionais [...]”. Importância refletida ainda no mercado editorial onde desde 1450, em alguns países europeus (MUNAKATA, 2012b) e desde o final do século XIX no Brasil (SILVA, 2009), os compêndios já eram um produto de massa.

Esse prestígio no ambiente escolar, na efetivação de projetos estatais e no mercado não havia se repetido na academia onde era relativamente baixo o número de estudos sobre livros escolares, situação alterada a partir da década de 1980 quando houve um aumento exponencial nas publicações de estudos sobre os livros escolares (BITTENCOURT, 2011; MOREIRA, 2012; ALMEIDA FILHO, 2008; MUNAKATA, 2012a).

Entre os fatores que possibilitaram essa alteração, Bittencourt (2011) cita o desenvolvimento e a disseminação de cursos de pós-graduação em instituições públicas e privadas por todo o país o que acabou provocando a diversificação dos locais de produção desses estudos substituindo o predomínio quase que absoluto dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. É o que se constata observando os anais do XXVI Simpósio Nacional de História, ocorrido em São Paulo em 2011, organizado pela Associação Nacional de História (ANPUH), instituição que agrega além de professores universitários de história (membros fundadores), professores da Educação básica e profissionais ligados a arquivos e instituições de patrimônio. Entre as 24 comunicações apresentadas no simpósio e que tratavam exclusivamente dos manuais escolares de história, 07 foram produzidas em centros acadêmicos localizados nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas; enquanto que os outros 17 trabalhos foram produzidos nos mais diversos estados como, Paraná (03), Tocantins (02), Mato Grosso (02), Espírito Santo (02), Rio Grande do Sul (01), Rio Grande do Norte (01), Paraíba (01), Goiás (01), Bahia (01), Pernambuco (01), Sergipe (01) e no Distrito Federal (01).

Ao mesmo tempo em que isso ocorria, houve uma intensa renovação teórico-metodológica da produção historiográfica nos anos 1990 impulsionada pelos fundamentos fornecidos pela Escola dos Annales da França, a História Social da Inglaterra e a Micro-História italiana, o que provocou uma diversificação de temas e abordagens.

Citando os teóricos que mais influenciaram essa renovação nas pesquisas voltadas aos livros escolares, Munakata (2012a, p. 183) referencia Choppin, Chartier, Chervel e Goodson e seus estudos voltados para o interior da escola, seu currículo, suas disciplinas escolares, a cultura escolar, a história cultural e a história do livro e da leitura. Neste caso, são as pesquisas sobre a história dos livros que mais interessa a esta dissertação, uma vez que o referencial teórico está inserido neste âmbito, especialmente nos conceitos do historiador francês Roger Chartier.

Entre esses estudos destacam-se os que interpretam os autores como sujeitos dotados de intenções, valores e concepções próprias e que por mais que almejem determinar a (re)produção de seus textos, precisam negociá-los com a empresa editorial, o editor, o crítico, o diagramador, o ilustrador, os agentes governamentais, enfim, todo um complexo processo que envolve produção, circulação e consumo de um bem que, além de pedagógico e cultural, tornou-se um produto de mercado (CHARTIER, 1990, 2002). É dessa forma que Gabriel Silva (2008, p. 21) apresenta a professora/autora Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, “[...] não apenas como reprodutora de conhecimentos oriundos de instâncias externas à esfera da educação, mas como remodeladora e recriadora dos mesmos”.

Outro conceito de Chartier presente em muitos trabalhos sobre livros didáticos, e do qual respalda-se esta pesquisa, é o que concebe os livros enquanto portadores de representações e valores de uma determinada sociedade em um dado período. Para Chartier as representações sociais são práticas culturais, estratégias desenvolvidas por sujeitos ou entidades coletivas para pensar a realidade e construí-la marcando “[...] de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade” (CHARTIER, 1990, p.23).

Inspirada nesses conceitos a dissertação de André Luiz Pirola sobre as representações de Espírito Santo nos livros escolares de História e Estudos Sociais do Espírito Santo publicados durante o período da Ditadura Militar, partia do pressuposto que

> [...] os textos didáticos sobre História do Espírito Santo são partícipes significativos na construção de determinadas Representações de Espírito Santo que atravessam sucessivas gerações de leitores, constituindo, assim, uma dada forma de compreender este Estado (PIROLA, 2008, p. 06).

Todavia, se a partir dos anos 1990 houve uma ampliação nas análises investigando as múltiplas faces dos livros escolares, reconhecidos então enquanto objetos culturais complexos, devido a amplitude de seu processo de produção e dos sujeitos envolvidos neste processo, até a década de 1980 predominaram estudos inspirados nos escritos de Pierre Bourdieu, Jean-Claude Passeron e Louis Althusser, que denunciavam um suposto conluio entre as práticas, materiais e discursos da escola e a manutenção da dominação capitalista, sendo, nesta interpretação, o livro escolar instrumento ideológico a serviço das classes dominantes ao propagar seus valores e incuti-los na classe dominada (BITTENCOURT, 2011; ALMEIDA FILHO, 2008; MUNAKATA, 2012a; MOREIRA, 2012).

Tentando contribuir para compreensão do caráter denuncista predominante nas pesquisas produzidas na década de 1980, Kazumi Munakata acrescentaria que os livros didáticos (e paradidáticos) inspiravam desconfiança “[...] do mesmo modo que era suspeita – e não sem razão – toda a organização escolar consolidada pela ditadura” (MUNAKATA, 2000, p. 271). Suspeição também compreensível, e inclusive justificável, para Circe Bittencourt (2011), que sugeria que se inserissem aqueles estudos no contexto em que foram produzidos, cenário este caracterizado pelas lutas políticas pela democratização do Brasil, onde os debates produzidos na academia, nas associações de professores e nos movimentos sociais, exigindo a adoção de

um modelo ancorado em princípios democráticos, rejeitavam tudo que lembrasse o modelo educacional anterior, inclusive seus manuais.

Neste mesmo contexto, os estudos sobre a história regional adquiriram novos significados alcançando a história escolar a partir do momento em que as novas diretrizes das políticas educacionais estabelecidas no período pós-ditadura militar enfatizaram as questões regionais em seus currículos (PESAVENTO, 1990; BONETE; COSTA, 2010; BITTENCOURT, 2007). Para o pesquisador capixaba André Luiz Pirola (2008), que após localizar 10.887 fontes em 52 acervos produziu o mais abrangente estudo sobre o livro didático no Espírito Santo publicado até o momento, essa ênfase foi uma das estratégias desenvolvidas por alguns autores locais no intuito de rejeitar as imposições do regime militar. Conforme Pirola (2008), a década de 1970 havia sido marcada pelo desembarque no Espírito Santo de obras de Estudos Sociais que versavam, no mesmo exemplar, aspectos da História do Espírito Santo e do Brasil; eram as coleções nacionais. Estes livros introduziram um modelo de escrita onde, sob a égide do projeto nacionalista do regime, a história regional estaria diluída dentro de uma narrativa nacional. Em reação a esse modelo, autores capixabas, apoiados pela Secretaria Estadual de Educação, passaram a produzir uma narrativa com forte caráter regionalista (PIROLA, 2008).

Entre aqueles autores, Pirola (2008) identificou Luiz Guilherme Santos Neves e Léa Brígida Rosa; autores dos objetos deste estudo; que, em parceria com Renato Pacheco publicaram em 1986, *Espírito Santo: Minha Terra, Minha Gente*[5]*,* obra que "[...] inseriu-se no retorno gradativo da disciplina *História* aos currículos escolares e propôs outras representações de História, de Educação, e de Espírito Santo" (PIROLA, 2008, p. 216). Ao reproduzir, nos vários livros por eles posteriormente publicados, aspectos introduzidos em *Espírito Santo: Minha Terra, Minha Gente* (1986)*,* aqueles autores perpetuaram essas *outras representações,* encontradas inclusive nos livros *Piúma: Nosso Município* e

[5] SANTOS NEVES, Luiz Guilherme; ALVARENGA ROSA, Lea Brígida R.; PACHECO, Renato José Costa. Espírito Santo: minha terra, minha gente. História regional para o 1º grau das escolas estaduais. Vitória: SEDU, 1986.

Anchieta: Nosso Município, como irá se observar detalhadamente nos capítulos 03 e 04.

Outros autores ainda, como Circe Bittencourt (2011) e Jean Carlos Moreno (2012), ao elencarem fatores que explicariam o aumento no número de pesquisas publicadas e produzidas sobre livros escolares no Brasil nas últimas décadas, acrescentariam à disseminação de cursos de pós-graduação no Brasil e à renovação teórico-metodológica sofrida pela historiografia, o papel das políticas públicas educacionais adotadas após a criação, em 1985, do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Ao almejar a universalização do acesso dos alunos da rede pública aos livros didáticos, o PNLD despertou a atenção de diferentes setores no Brasil e no exterior – como a mídia, a sociedade civil, as editoras, as classes políticas, os pesquisadores, editoras transnacionais e organismos internacionais - para a relação entre o Estado e os manuais escolares. É o que se pode verificar no artigo publicado no jornal O Globo de 18 de agosto de 2007, de autoria de Ali Kamel (2007, p. 07), no qual o jornalista acusava o livro *Nova História Crítica, 8ª série* de Mário Schmidt de induzir as crianças brasileiras a "[...] acreditarem que o capitalismo é mau e que a solução de todos os problemas é o socialismo". Exasperado, o Diretor Geral de Jornalismo e Esportes da TV Globo, concluía assim seu artigo:

> Nossas crianças estão sendo enganadas, a cabeça delas vem sendo trabalhada, e o efeito disso será sentido em poucos anos. É isso o que deseja o MEC? Se não for, algo precisa ser feito, pelo ministério, pelo Congresso, por alguém (KAMEL, 2007, p. 07).

Como se discutirá no breve histórico da próxima seção, Kamel apelou às instâncias corretas, afinal, no Brasil essa relação foi marcada pela constante presença do Estado "[...] interferindo na elaboração dos conteúdos escolares veiculados por ele [o livro escolar] e posteriormente estabelecendo critérios para avaliá-lo [...]" (BITTENCOURT, 2009, p. 301).

1.2 Estado e livro didático: múltiplas relações

Ao concluir a leitura de mais um trecho de um livro escolar que sua vizinha havia lhe emprestado, Winston Smith, o amargurado protagonista de *1984*, célebre distopia de George Orwell, questionava-se: “[...] Como era possível saber onde acabava a verdade e começava a mentira?” (ORWELL, 2003, p. 53). Apesar de tratar-se de uma ficção, a preocupação do Departamento do Registro, órgão ligado ao famigerado Ministério da Verdade, em reescrever fatos, retocar as fotos, forjar e apagar heróis, não se restringiu à Oceânia orwelliana ou às ditaduras e tiranias do século XX, mesmo nas democracias contemporâneas são comuns os episódios que evidenciam a interferência do Estado no ensino de História e em seus materiais e práticas.

Na Alemanha reunificada o governo central ordenou o recolhimento dos manuais didáticos e suspendeu os professores de história que lecionavam no território da ex-Alemanha Oriental sob o argumento de que haviam ensinado aos alemães orientais uma história equivocada (LAVILLE, 1999). Em outros países como Espanha, Estados Unidos, Estônia, Japão e México, as alterações na história escolar suscitaram uma série de embates que extrapolando os debates acadêmicos, chegaram às ruas, mídias e parlamentos daqueles países, revelando que muito mais que uma preocupação com a escrita do passado, o que motiva esses embates são os efeitos dessa escrita no presente e futuro (CARRETERO, 2010).

No Brasil, Munakata (2012b) localizou evidências dessa intervenção estatal na produção e circulação dos livros didáticos desde a independência, mais precisamente a partir da vinda da Corte Portuguesa em 1808.

Logo após a independência, a exemplo de outros Estados nacionais, o ensino de história constituiu-se com a função de criar uma identidade nacional. Naquele momento a tarefa parecia ainda mais complexa dada a dimensão territorial do país e a precariedade dos sistemas de comunicação e transportes, sem contar na composição multiétnica da população que habitava aquele território. Imbuídas da missão de forjar nos cidadãos-súditos que habitavam o

território do Império brasileiro o sentimento de pertencimento a esse corpo sólido político, as elites políticas e as intelectuais criaram instituições, símbolos e práticas que, acreditavam, aufeririam essa identificação. Nesse sentido, coube ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838, a construção da narrativa da nação.

Fundados sob tutela estatal, o IHGB e o Colégio Pedro II (1837) foram objeto de várias intervenções do Estado Imperial com o intuito de assegurar a construção e consolidação de uma determinada memória nacional. É o que podemos observar na promulgação de decretos como o de nº 2006 de 24 de outubro de 1857 que tornou a História do Brasil disciplina obrigatória no Colégio Pedro II, ou ainda na criação, por ordem do próprio imperador, de uma cadeira de História do Brasil no Colégio, também no ano de 1857 (GASPARELLO, 2009). No que tange a questão específica dos livros didáticos, Bittencourt (2007) ressalta o fato de que todos os compêndios produzidos pelos professores-autores do Colégio Pedro, bem como ocorrera com as publicações do IHGB, eram dedicados ao Imperador, situação que evidenciava a presença constante do monarca sobre a produção historiográfica do período.

Com a proclamação da República a relação entre o Estado e o ensino de história não sofreu grandes alterações, do inverso, diferentes decretos, regimentos e regulamentações expedidos em distintos momentos da história republicana brasileira, revelam que, de uma forma mais ou menos acentuada sempre houve tentativas de intervenção estatal, além é claro de resistência por parte de alguns autores. Destarte, localizamos *diferentes graus de intervenção estatal*, tanto em períodos autoritários, como no Estado Novo (1937-1945), quando o Decreto nº. 1.006, de 30 de dezembro de 1938 criou a Comissão Nacional do Livro Didático, e até mesmo em períodos democráticos como nos anos 1980.

Nem a redemocratização do país e o restabelecimento da História como disciplina escolar autônoma e comprometida com uma pedagogia que possibilitaria aos alunos posicionarem-se, fazer escolhas criteriosas, questionar sua realidade e respeitar as diversidades, significaram o fim da intervenção do

Estado à medida que, “[...] a homogeneização dos conteúdos, sobretudo através da monopolização da produção e publicação dos livros didáticos, também condicionam identidades” (LEITE, 2007, p. 190). Nesse mesmo período o governo federal criou em agosto de 1985 o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que como o Programa do Livro Didático (PLID), criado em 1971, objetivava adquirir e distribuir livros didáticos aos estudantes da Educação Básica.

Nos primeiros anos, como assinalou Célia Cassiano (1997), o governo federal não havia estabelecido qual fonte financiaria o PNLD, situação só revertida a partir de 1993 e efetivada a partir de 1995 com a aquisição universal e a distribuição planejada dos livros iniciando uma nova fase do Programa. O Estado brasileiro tornou-se então o maior comprador de livros no país, quiçá no mundo, como propagandeia o governo federal afirmando ser o PNLD o maior programa de distribuição gratuita de livros didáticos do mundo. Traduzindo isso em cifras estamos falando da entrega de mais de 162 milhões de livros, num volume aproximado de 100 mil toneladas, atendendo a quase 40 milhões de alunos e com destinação de recursos de R$ 1,316 bilhão, segundo dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o ano de 2012.

Também em 1995, pressionado pela Universidade, pelos professores e outros profissionais da educação e por movimentos sociais, como o movimento negro que denunciava os estereótipos e preconceitos inscritos nos livros escolares, o Ministério da Educação instituiu a *Avaliação pedagógica* que analisava e excluía os livros que não atendessem a critérios pré-estabelecidos. Com a ampliação do Programa, em 2004 foi a vez dos livros de história regional serem inseridos e avaliados. A partir de então, a exemplo do que ocorrera em nível nacional, os autores desses livros, sob o risco de não manterem-se no mercado, readequaram suas obras, assimilando as prescrições impostas pelo PNLD (STAMATTO, 2007; FREITAS, 2009).

No caso específico dos livros didáticos *Anchieta: Nosso município* e *Piúma: Nosso Município*, objetos e fontes de nossa pesquisa, o fato de não fazerem parte do PNLD não significou que os mesmos não assimilaram algumas

daquelas prescrições. Rosa e Neves, como se observou anteriormente, reutilizaram os mesmos textos em diversos livros de sua autoria, desta forma, uma vez que suas obras de História do Espírito Santo vem sendo aprovadas no PNLD desde 2004, os autores reproduzem em seus livros de história de municípios capixabas[6] a escrita aprovada e condicionada às orientações do PNLD.

Por outro lado, a não inclusão no PNLD também não significa a inexistência de uma relação entre o poder público e o mercado, afinal, como afirmara Munakata (2012b, p. 60), "[...] há graus diferentes de intervenção estatal [...]". O que houve nesse caso foi o estabelecimento de uma relação entre o poder público e a Editora Formar diferente do estabelecido entre o governo federal e as editoras que participam do PNLD. Respaldadas pela lei 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações da administração pública brasileira as prefeituras de Anchieta e Piúma, diante da necessidade de produzir um material didático sobre a história e a geografia locais, contrataram a Editora Formar para a produção desses livros. Esse procedimento estabeleceu um vínculo entre contratador e contratada explícito nos excertos dos depoimentos de alguns dos educadores locais envolvidos nesse processo o qual reproduz-se a seguir:

> A "boneca" foi e voltou várias vezes. Sempre que discordávamos de algum ponto ou imagem devolvíamos para a editora. Esse processo foi longo, se não estou enganada, durou quase dois anos (informação verbal) [7].

> Entre e-mails, visitas, pesquisas, conversas, e depois, diante de todo aquele volume de informações que eu tinha o que vai, o que pode entrar no livro. Para a gente conseguir acrescentar dois mapas e dois gráficos foi assim, quase uma briga de foice. Porque ou se fazia aquilo ou não se fazia nada, e a alternativa de não se fazer nada não existia na nossa cabeça (informação verbal) [8].

[6] Além dos livros que abordam os municípios de Piúma e Anchieta, encontramos outras obras desses autores sobre os municípios de Cariacia, Marataízes, Aracruz e Vila Velha.
[7] BARRETO, Lenilce. Livro didático história regional. 2013. Entrevista concedida a Leonardo Nascimento Bourguignon, Piúma, 13 jan. 2013.
[8] SALEZZE, Leonor. Livro didático história regional. 2013. Entrevista concedida a Leonardo Nascimento Bourguignon, Piúma, 04 jan. 2013.

Apoiando-se no conceito de autoria de Chartier (1990, 2002), entende-se que os depoimentos confirmam ainda que os autores, sujeitos encarnados, por mais que tenham desejado determinar a construção de seus textos, precisaram negociar com prefeitos, secretários, pedagogos e com a cidadã Dulce de Oliveira a escrita dos textos e ilustrações que figuram nestes livros.

Apresentado esse pequeno esboço, procurando demonstrar as múltiplas tentativas do Estado brasileiro de intervir na produção, distribuição e consumo dos livros escolares, discuti-se na próxima seção as funções, intenções e representações veiculadas nos livros didáticos de história regional.

1.3 História regional didatizada: campo de permanências

> "A classe dominante apresenta, através da história regional, a visão que possui de si mesma: digna, justa, merecedora da posição que ocupa" (PESAVENTO, 1990, p. 73).

Segundo Corrêa (2012, p. 17) foi entre 1950 e 1970 que se iniciou em universidades na França, Itália e Inglaterra um movimento de revalorização da história regional. Esta nova fase, ao contrário da anterior marcada pelo amadorismo de seus autores, estava respaldada em métodos científicos originados nas universidades combinando "[...] estruturas braudelianas, a conjuntura de Labrouse e a nova demografia histórica" (BURKE, 2010, p.80 apud CORRÊA, 2012, p. 17).

Para José Carlos Reis (2007 apud CORRÊA, 2012, p. 19), esse processo de renovação e revalorização da história regional foi de encontro aos anseios das críticas pós-modernas à histórica nacional, uma vez que elas pretendiam

> [...] abordar um mundo humano parcial, limitado, descentralizado, em migalhas. Aparece assim, um olhar em migalhas, assimétrico, antiestrutural, antiglobal, curioso por fatos e indivíduos.

Olhar que ao possibilitar o estudo das particularidades regionais, da observação do concreto, do específico e do individual trouxe a possibilidade de ampliação das análises dos temas nacionais ao apontar as diferenças, enriquecendo sobremaneira o tema estudado. Para Ossana citada por Schmidt (2000, p. 214) essa capacidade de ressaltar o específico, inerente a História regional, contribui ainda

> para a construção de uma história mais plural, menos homogênea, que não silencie as especificidades. O local ou o regional, instituídos como objetos de estudo, podem ser contrastados com outros âmbitos e indicar a pluralidade em dois sentidos: na possibilidade de se ver mais de uma história ou mais de um eixo na própria história do lugar ou na possibilidade de ser outras histórias micro, partes, todas elas, de alguma outra história que as englobe e, ao mesmo tempo, que reconheça suas particularidades.

Conforme Sandra Jatahy Pesavento (1990) e Janaína Amado (1990) foi na década de 1970, momento de inquietude na universidade brasileira, que os estudos regionais passaram a adquirir maior relevância no cenário acadêmico nacional. Na década seguinte, conforme assinala Sônia Nikitiuk (2007), foi a vez dos educadores se interessarem pelas questões locais e regionais, buscando na apreensão da realidade o foco para abordagens da cidade e da cidadania. Na história escolar, essas questões tornaram-se ainda símbolo da resistência de alguns agentes públicos e autores às orientações do período militar (PIROLA, 2008).

Os desdobramentos dessas disposições aparecem impressos em documentos oficiais, como no caso dos Parâmetros Curriculares Nacionais quando elegeram o Ensino da História Regional e do Cotidiano como um dos eixos temáticos para o primeiro ciclo do Ensino Fundamental. Tendência reafirmada em outras ocasiões como no seminário organizado pela Secretaria de Educação Fundamental do MEC em 2002 para discutir, com diferentes segmentos, o processo de avaliação pedagógica do PNLD. Entre as recomendações homologadas ao final do seminário, estava a defesa da

“[...] melhoria da qualidade dos livros de destinação regional, visando uma melhor abordagem dos conteúdos das áreas de Geografia e História” (SEMINÁRIO..., acesso em 01 set. 2013).

Visando, entre outros objetivos, *melhorar a qualidade* dos livros regionais, em 2004 eles foram incluídos no PNLD. A partir de então; apesar de os livros de história regional não despertarem o interesse das editoras em algumas regiões (FREITAS, 2009); houve um aumento substancial na publicação destes livros. Enquanto em 2004 foram aprovados 14 títulos que retratavam a história de 11 unidades da federação, no PNLD de 2013 o número de obras aprovadas saltou para 58 títulos, contemplando a história de 22 unidades federativas brasileiras, além de 02 títulos que tratavam da história das cidades de Belo Horizonte e São Paulo.

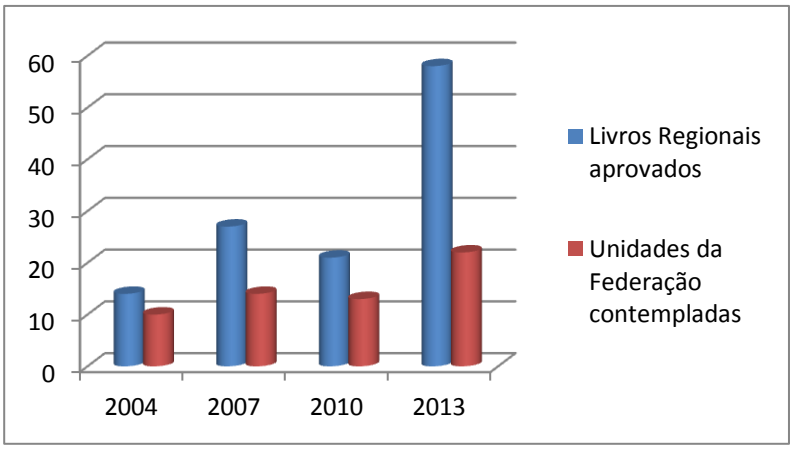


Gráfico 1 – Livros de História Regional aprovados no PNLD, 2004, 2007, 2010 e 2013

Diante da queda no índice de obras não recomendadas ou excluídas no PNLD 2007 em comparação com a edição de 2004, Flávia Caimi (2007) ressalta que esse aumento quantitativo foi acompanhado de uma qualificação gradativa dos livros regionais. Porém, apesar dessa melhoria, Caimi (2007) adverte; em uma interpretação semelhante ao excerto de Pesavento (1990) que abre essa seção; que a historiografia regional didatizada continua caracterizada pelas

permanências, tradições e heranças veiculando uma narrativa histórica factual, enfatizando nomes e personalidades, apresentando um passado idealizado, repleto de passagens romantizadas, e onde a participação de mulheres, negros, índios e pobres é excluída ou menosprezada; opinião compartilhada por autores como Cristiano Nicolini (2007), Marta Margarida Lima (2007) e Ana Maria Marques (2011).

Verificando trabalhos apresentados em eventos científicos regionais e nacionais organizados entre 2006 a 2009, Itamar Freitas CONCLUIU QUE DE MODO GERAL essas pesquisas apontaram cinco tendências predominantes na história didática regional

> [...] 1. os livros didáticos recortam o tempo de maneira tradicional (tripartite); 2. os grandes homens dominam as ações nas histórias regionais; 3. a escrita da História regional é uma reprodução abreviada da experiência político-administrativa brasileira; 4. a experiência local é minoritária no espaço narrativo das histórias regionais; 5. a escrita histórica didática regional mantém os **"quadros de ferro" de Varnhagen**, ou seja, ela distancia-se dos novos problemas e abordagens introduzidos na historiografia de referência nos últimos vinte anos no Brasil (FREITAS, 2009, p.31, grifo nosso).

Porém, após analisar 27 livros didáticos de história regional aprovados no PNLD 2007, Freitas (2009) observou que naquelas narrativas, diferente do que apontaram os estudos por ele observados, não há um domínio dos *grandes homens* nas ações históricas e tampouco há um predomínio da história nacional em detrimento das experiências locais. Resultado, por sua vez, muito próximo ao que se obtem na análise dos livros de Piúma e Anchieta, como se vê mais adiante.

Para Caimi (2007) e Nicolini (2007) este descompasso entre as inovações historiográficas e a história didatizada regional pode ser compreendido pelo desinteresse dos historiadores acadêmicos com maior titulação em escreverem livros didáticos regionais. Para Freitas (2009) além do desinteresse faltam profissionais multidisciplinares com noções de História, Linguística, Design e Pedagogia para produzir estes livros.

Juçara Luzia Leite (2007), por sua vez, ao analisar a escrita didática regional tomando o caso do Espírito Santo como exemplo, minimizou esse menosprezo ao apontar que por mais que os intelectuais capixabas detenham uma formação acadêmica, a escrita por eles elaborada não anula a produzida pelas gerações anteriores, pois, os intelectuais do presente percebem-se como parte daquele grupo. Dessa forma,

> Uma geração, ao perceber, apreciar e aprender o seu presente através da escrita da História, fundamenta-se em categorias que possuem variáveis próprias ao grupo, com as quais marca seu lugar. Desta forma, atribui-se um sentido ao presente através da construção de uma narrativa sobre o seu passado (inteligibilidade do mundo). São, assim, construídas as representações do mundo social, forjadas a partir de um coletivo que pretende consolidar sua função social.
>
> A escrita didática da História Regional e, por isso, aqui compreendida como uma escrita de si, pois há uma relação do texto, sendo este também personagem (a elite local). Neste caso, pode-se falar de um *autor plural*: as diferentes gerações de escritores, sintetizadas na atual, aqui compreendidas como um 'indivíduo plural'" (LEITE, 2007, p. 195, grifo do autor).

Uma vez que entre os intelectuais apontados por Leite (2007) estão os autores dos livros *Piúma: Nosso Município* e *Anchieta: Nosso Município*, que, como já se afirmou aqui, reproduzem nestes e em outros livros municipais as representações presentes em seus livros de História do Espírito Santo, problematiza-se a seguir, grosso modo, que representações foram inscritas na história escolar capixaba e permanecem presentes nos livros atuais.

1.4 A construção de uma representação de identidade capixaba

> "[...] uma associação que nos traga dados para o conhecermos porque devemos amar o Brasil, desejando a harmonia e o desenvolvimento [...] uma associação que nos faça robustecer a consciência do motivo porque devemos ter o culto a este glorioso Estado onde as glórias passadas parece que se entrelaçam com a

> grandeza presente e fornecem elementos para confiarmos no mais ridente porvir (BARRETO apud LEITE, 2007, p. 192).
>
> "Só o conhecimento das coisas de nosso passado e de nossa vida presente nos identifica como filhos de nossa terra e nos desperta para o amor e admiração por nossa história e para o compromisso de contruí-la sempre mais honrada e digna" (MORAES *IN* SANTOS NEVES; ALVARENGA ROSA; PACHECO, 1986, p. 05).
>
> "É muito importante que as pessoas conheçam o município onde moram. Só assim podem compreender e amar o lugar onde vivem e valorizar suas tradições e sua gente" (SANTOS NEVES; ALVARENGA ROSA, 2010, p. 08)

Apesar dos quase 100 anos que separam a primeira e a terceira citações, as semelhanças impressionam. O primeiro excerto é parte do discurso proferido por Carlos Xavier Paes Barreto em virtude da fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES) no ano de 1916 e publicada na revista do próprio instituto no ano posterior. Barreto demonstra o compromisso daquela instituição em forjar um sentimento de pertencimento a pátria e ao mesmo tempo, sem negar ou ameaçar a unidade nacional, construir uma representação de identidade capixaba. Este, por sinal, foi compromisso comum assumido pelos Institutos Histórico e Geográfico Regionais que, fundados entre o final do século XIX e início do século XX, ocuparam por muito tempo o monopólio da produção *legítima* da História regional.

A segunda citação foi assinada por José Moraes, que havia assumido o governo do Estado do Espírito Santo quando o então governador Gerson Camata, eleito em 1982 em um partido de oposição ao regime militar, licenciou-se para concorrer a uma vaga de senador. Na mensagem, endereçada aos alunos e publicada em 1986 no livro didático *Espírito Santo: Minha Terra, Minha Gente,* José Moraes reitera a importância da história para construção e consolidação de representações identitárias, revelando ser este recurso utilizável por quaisquer governos independente de sua orientação política.

Na última citação, novo recorte espacial; depois de amar o país e o estado, o discente agora deveria amar o lugar onde vive, naquele caso o município de Piúma.

O tom emotivo que conclama ao *amor a terra* e o compromisso de, identificado com sua região, cooperar para seu desenvolvimento, são marcas da permanência de um discurso formulado no nascimento da história escolar no século XIX. Conforme Mário Carretero (2010), inserida no projeto de construção de uma identidade nacional a História tornou-se disciplina escolar buscando acomodar os princípios de duas filosofias distintas, o Iluminismo e seus objetivos ilustra-cognitivos, e o Romantismo com seus apelos romântico-emotivos. Desta forma, almejando forjar nos habitantes dos territórios agora nacionalizados um sentimento de pertencimento, a história escolar produziu uma narrativa valorativa da identidade nacional sem quaisquer compromissos ou rigor científico, muitas inclusive míticas, recuperando, quando não inventado, ou as duas coisas ao mesmo tempo, uma genealogia que conectaria as particularidades daqueles indivíduos com um destino maior, o destino da nação (CARRETERO, 2010).

Nesse modelo, onde a prioridade era forjar um sentimento nacional, a história regional acabou relegada ao papel de história menor, compromissada com a construção de uma representação identitária local submissa à história nacional e preocupada em articular os acontecimentos ocorridos na região com a história brasileira (PINHEIRO, 2003, p. 04), objetivo explícito no discurso do capitão Domingos Nascimento na abertura dos trabalhos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina:

> O Instituto de Santa Catarina tem um fim nobre e elevado, qual o de congregar os elementos das ciências que estudam o planeta para maior brilho da Pátria Brasileira. É pela pátria comum que vamos trabalhar, unidos e fortes. Em qualquer recanto do meu país sou o mesmo brasileiro ungido dos sagrados pruridos de patriotismo (SILVA; ZAMBONI, 2013, p. 143).

Os sócios daqueles Institutos, membros das elites políticas e intelectuais locais, historiadores amadores que acumulavam suas funções intelectuais com o exercício de seus cargos públicos ou atividades profissionais, selecionaram então fatos, sujeitos e manifestações culturais que deveriam tornar-se

memoráveis dentro do modelo de identidade local que desejavam construir. Assim, produziram uma escrita que,

> [...] traduzia um esforço que a transformava em uma espécie de tentativa de domínio do tempo, que, da mesma forma que o indivíduo/grupo que a produzia, precisava da atribuição de significados. Os intelectuais do período, dessa forma, ao defenderem as *glórias* dos antepassados a partir de uma determinada ideia de *destino de progresso inevitável*, falavam também de si mesmos e procuravam atribuir sentido à sua existência enquanto grupo (LEITE, 2007, P. 192, grifos da autora).

Ainda de acordo com a autora, além de eleger e divulgar heróis e símbolos que consolidassem as representações identitárias locais, os membros dos Institutos, naquele caso o IHGES, inseriram-se entre estes símbolos (LEITE, 2007).

Fundamentada na expressão da dicotomia *progresso* e *atraso*, a representação de uma identidade capixaba atravessou o século XX e chegou a década de 1970 onde recebeu uma nova roupagem que Pirola (2008, p. 117) denominou de "[...] representação emblemática do Espírito Santo em Marcha para o Desenvolvimento". Essa nova forma, introduzida no livro *O Espírito Santo é Assim* (1971), de autoria da professora capixaba Neida Lúcia de Moraes, consolidou no plano literário e histórico a representação desenvolvimentista forjada durante o governo de Christiano Dias Lopes (1967-1971), marcado pela instalação no estado dos Grandes Projetos Industriais (PIROLA, 2008).

Apesar de não tratar-se especificamente de um livro didático, a representação desenvolvimentista inscrita na obra de Neida Lúcia foi apropriada e posta a circular pelas gerações de intelectuais que escreve(ra)m a história didatizada regional capixaba, como se pode observar nos dois trechos reproduzidos a seguir, extraídos de dois livros de Rosa e Neves; o primeiro sobre a história do Espírito Santo, com a presença do professor Renato Pacheco e o segundo no livro *Piúma: Nosso Município:*

> Calcula-se que no final deste século o Espírito Santo será um Estado adiantado, com bastante progresso. (SANTOS NEVES; ALVARENGA ROSA; PACHECO, 1986, p. 51).

> Você mesmo poderá verificar, ao longo de sua vida, as muitas modificações que o nosso município ainda vai conhecer. [...] Dessa forma, você será capaz de valorizar a nossa história, o nosso passado e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento do nosso município e do nosso Estado (SANTOS NEVES; ALVARENGA ROSA, 2010, p. 112).

Esta, no entanto, é apenas uma das várias representações reiteradas nos livros de história regional do Espírito Santo. Esta escrita onde o passado está sempre presente, onde novas abordagens, sujeitos e pensamentos não anulam os anteriores, mas acomodam-se e sobrepõem-se.

1.5 Conclusões

Neste capítulo observamos que apesar da relevância dos livros didáticos no ambiente escolar e no mercado editorial isso não se repetia no universo acadêmico onde poucos autores dedicavam-se ao tema, considerando o livro escolar, a exemplo das obras literárias, como objeto inferior. Quadro que começa a sofrer alterações a partir da década de 1990 com a renovação historiográfica e a disseminação de cursos de pós-graduação por todo o país, e transforma-se radicalmente com a implantação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), especialmente a partir de 1995 quando o MEC resolve avaliar e excluir os livros que não atendesse a alguns pré-requisitos, o que vai obrigar os autores e editoras a adequarem-se a essas orientações sob risco de serem excluídos do mercado.

Todas estas transformações refletiram-se nos livros de história regional. No entanto, para a maioria dos pesquisadores estes objetos culturais mostraram-se menos permeáveis que seus congêneres nacionais. Essa tendência conservadora adotada nestes livros está ligada a seu atrelamento a história regional produzida nos Institutos Histórico e Geográficos locais, desta forma, essa escrita suporta distintas e articuladas temporalidades superpostas e

condensadas, recebendo, inclusive, forte influência do pensamento de Francisco Adolfo de Varnhagen.

No próximo capítulo a discussão se enreda em tordo de quem foi esse pensador e como sua narrativa historiográfica desembarcou nos livros didáticos de onde, até hoje, não foi extirpada.

CAPÍTULO 2. A *INFLUÊNCIA VARNHAGEN*

Em 1966 o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) organizou uma série de conferências em virtude do sesquicentenário do nascimento do historiador Francisco Adolfo de Varnhagen. Denominado Curso Varnhagen, este evento, transcrito e publicado no ano seguinte na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, a exemplo de outros promovidos pelo Instituto, cumpriu a função de celebrar e cultuar a memória de seus sócios falecidos perpetuando a partir dessa prática o prestígio daquela instituição e sua importância enquanto "Casa da Memória Nacional" (RIBEIRO, 2009). Naquela comemoração destacou-se o tom hiperbólico nos discursos dirigidos a cultivarem a memória do seu prestigiado sócio e sua produção intelectual

> Francisco Adolfo de Varnhagen sobrepujou, em sua época, como historiador, todos os seus contemporâneos, e continua desde 1878 [...] até hoje como historiador incomparável do Brasil (RODRIGUES, 1967, p. 170).
>
> Sua *História Geral do Brasil* [...] ainda hoje, já em 7ª edição, constitui o ponto mais alto de nossa historiografia (VIANNA, 1967, p. 198).
>
> [...] Está feita com tal superioridade e com tal perfeição no acabamento que resistiu à passagem da atmosfera que a criou, e o autor permanece sobranceiro na historiografia brasileira [...] (LACOMBE, 1967, p. 138).

Entre os conferencistas, todos reconhecidos intelectuais naquele contexto, destaca-se a figura de José Honório Rodrigues, membro da Academia Brasileira de Letras e importante historiador brasileiro que se sobressaiu especialmente por seus estudos sobre a história da historiografia brasileira. Rodrigues, apesar de enfatizar suas divergências com a narrativa histórica de Varnhagen, afirmaria taxativamente que "[...] Ninguém pode graduar-se em História do Brasil, sem ter lido Varnhagen" (RODRIGUES, 1967, p. 171).

Descontada a intencionalidade das conferências, restam algumas dúvidas: seria possível que um autor do século XIX, apesar de tantas inovações sofridas pela historiografia, continuasse desempenhando o papel de pré-requisito na formação dos historiadores brasileiros e que sua obra representasse uma referência à produção historiográfica brasileira mesmo mais de um século após o lançamento de *História Geral do Brasil?* Poderia ainda este autor compor o tema de uma dissertação de mestrado que se propõe discutir livros didáticos de História Regional lançados em pleno século XXI? Afinal, quem foi esse autor? Por que sua obra teria alcançado o status proclamado por tantos estudiosos, como Américo Lacombe, Helio Vianna, Alice Canabrava, Arno Wehling, Capistrano de Abreu, José Honório Rodrigues, Temístocles Cézar, entre tantos outros? É procurando contribuir para esse debate que neste capítulo, debruça-se sobre essas questões.

2.1 O destemido bandeirante à busca da mina de ouro da verdade[9]

Francisco Adolfo de Varnhagen nasceu na região de Sorocaba, interior de São Paulo, em 1816 e foi justamente nesse período, marcado pela derrocada do Antigo Regime e estabelecimento de um mundo industrial, capitalista e newtoniano, que a História firmou-se como ciência. Negando as opções historiográficas em voga ligadas a ficção, a retórica ou a filosofia, o historicismo[10] abriu passagem ao desembarque dos metodólogos que admitindo a racionalidade do processo histórico constituíram o campo do estudo da empiria, com a análise criteriosa dos documentos arquivísticos, como a única possibilidade uma verdade histórica (WEHLING, 1999). No

[9] Frase proferida por Capistrano de Abreu no Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, em 1878, fazendo alusão à origem paulista do Visconde de Porto Seguro e a sua obstinação em escrever uma história imparcial baseada em farta documentação.

[10] Apesar de Wehling (1999, p. 28) utilizar o termo historismo, optamos neste trabalho pela expressão historicismo, pois, segundo Reis (2002, p. 16) apesar da forma "historismo" ser predominante na Alemanha, o termo historicismo é mais utilizado "[...] na bibliografia não alemã, especialmente a francesa, que mais utilizamos."

entanto, gestada em um momento de transição, logo, eivado de contradições, a história científica apesar de sustentada em princípios iluministas viu-se atravessada por ideias de outra vertente filosófica, o Romantismo, e foi tentando equilibrar-se entre essas duas filosofias que assumiu, assim como outras instituições, o papel de amálgama das distintas sociedades que habitavam o território dos Estados Nacionais (LAVILLE, 1999; CARRETERO, 2010; WEHLING, 1999).

Foi também nesse período que a porção portuguesa na América atravessou o processo de ruptura com a metrópole que redundaria em sua independência política. Nos primeiros anos a tarefa de construção do jovem país apresentou a seus idealizadores uma série de desafios, entre estes, a dificuldade de forjar em uma sociedade extremamente heterogênea, e que habitava de forma escassa e isolada um território de dimensões continentais, um sentimento de pertencimento comum. Essas questões tornar-se-iam ainda mais complexas e urgentes quando no período regencial (1831-1840) uma série de conflitos regionais parecia apontar para a iminente desintegração territorial do Império brasileiro.

Tentando frear essa tendência o projeto político regressista, ao conceber que somente uma política de criação e culto de uma memória nacional poderia afirmar uma cultura única, homogênea e nacional patrocinou a criação de uma série de instituições que a exemplo do que aconteceu em outros países

> refletiram em suas sessões e publicações esse processo de ruptura e construção de um mundo novo, sob a égide e com os instrumentos racionalizadores das grandes polarizações ideológicas da época – o nacionalismo, o historicismo e o romantismo (WEHLING, 1999, p. 25).

São então, como desdobramentos dessa política de uma memória nacional, e sob influência daquelas ideologias, que foram fundados o Colégio Pedro II em 1837, e o Arquivo Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838. Ainda inseridas nesse projeto de elaboração de uma identidade brasileira, também na década de 1830 foram publicadas as primeiras obras literárias com características da escola do Romantismo que

elegeu o índio como a figura ideal de brasileiro original, bom e independente (WEHLING, 1999).

Dentre aquelas instituições que Gerbord (apud WEHLING, 1999, p.48) denominou como integrantes de uma *culture savante;* uma vez que eram caracterizadas pelo conservadorismo contrarrevolucionário, a identificação com as elites, o nacionalismo e o desprezo pela cultura popular, a não ser quando utilizados seus aspectos folclóricos para a consolidação de uma cultura nacional; foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que assumiu, logo após a independência, a iniciativa de escrita de uma história nacional comprometida com a construção da nação brasileira.

Para Khaled Junior (2010, p. 15) os ideais que conduziram esse projeto de elaboração de uma narrativa da nacionalidade; traçados no discurso fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, proferido por seu Secretário Perpétuo, Januário da Cunha Barboza e no artigo de Carl Friedrich Philipp Von Martius, vencedor do concurso que auferiu qual o melhor sistema para a elaboração de uma escrita historiográfica brasileira, sugestivamente intitulado *Como se deve escrever a História do Brasil;* foram materializados com o lançamento de *História Geral do Brasil,* publicada em dois tomos em 1854 e 1857, de autoria de Francisco Adolfo de Varnhagen.

Apesar de nascido em solo brasileiro, Varnhagen, que era filho de mãe portuguesa[11] e pai alemão, viveu a maior parte de sua vida no exterior. Em 1825, com 09 anos de idade mudou-se para Portugal ingressando no Real Colégio Militar da Luz, em Lisboa. Em 1833 luta ao lado das tropas vitoriosas leais a D. Pedro IV de Portugal, o ex-Imperador do Brasil, em uma guerra civil acerca da sucessão real. Conforme Guimarães (2013), o jovem sorocabano era assíduo frequentador das rodas literárias de Lisboa, onde conheceu e tornou-se amigo de escritores como Alexandre Herculano e do Cardeal D. Francisco de São Luís, o Cardeal Saraiva, amizades que lhe valeram "[...] uma recomendação para ter acesso aos arquivos da Torre do Tombo. Lá, ele iniciaria suas atividades na pesquisa documental, encontrando um tesouro

[11] Nacionalidade questionada por autores como Temístocles Cézar (2005) e Renato Sêneca Fleury (195-).

praticamente intocado [...]" (GUIMARÃES, acesso em 12 mai. 2013). Em 1838 recebeu o convite e associou-se a Academia Real de Ciências de Lisboa.

Mesmo residindo em Portugal, o interesse de Varnhagen pela História do Brasil rendeu-lhe, em 1840, a indicação para sociocorrespondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, condição que o autor fazia questão de ressaltar em diferentes ocasiões, como no título de sua obra mais importante

> HISTORIA GERAL DO BRAZIL, ISTO é, do descobrimento, colonisação, legislação e desenvolvimento deste Estado, hoje império independente, (foi) escripta em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda. Por um sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, Natural de Sorocaba (VARNHAGEN, 1854).

Observa-se que, no lugar em que normalmente seria referenciada a autoria do livro, Varnhagen prefere informar ao leitor que a obra que tem em suas mãos foi escrita por ninguém mais ninguém menos que "[...] um sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil [...]". Obviamente que em um contexto em que o país ainda não dispunha de uma tradição historiográfica acadêmica, era então no IHGB, e depois em seus congêneres regionais, que se assumiu o papel de *lócus* legítimo para produção de uma historiografia nacional (LEITE, 2007). Portanto, para um historiador do início do século XIX apresentar-se enquanto membro do IHGB era assegurar a cientificidade de seu trabalho.

Foi ainda almejando legitimar sua prática historiográfica que o futuro Visconde de Porto Seguro, apesar do acesso a autores anteriores e contemporâneos, priorizou o recurso e a análise rigorosa de fontes primárias, preferencialmente as inéditas, ignoradas ou esquecidas em velhos arquivos (FLEURY, 195-?). Princípio também destacado no título de *História Geral do Brasil* onde nosso autor fez questão de ressaltar que a obra estava ancorada na "presença de muitos documentos", incontestavelmente "autênticos" uma vez que foram "recolhidos", não apenas em arquivos brasileiros, mas também em "Portugal", "Hespanha" e "Hollanda". Como assinala Wehling (1999), a importância desse aspecto da produção historiográfica de Varnhagen - a busca pelas fontes

primárias - foi uma característica destacada e referenciada por diferentes gerações de historiadores passando por Capistrano de Abreu, Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, Oliveira Lima, Nilo Odália e muitos outros. José Honório Rodrigues (1967, p. 170), por exemplo, reconheceria que foi justamente a vastidão da pesquisa e o ineditismo das fontes que haviam assegurado a Varnhagen até aquele momento o título de “Historiador incomparável do Brasil”.

O acesso a essas fontes “[...] diretas e insuspeitas [...]”, parafraseando Renato Sêneca Fleury (195-?, p. 68), um de seus biógrafos, foi facilitado quando em maio de 1842 Francisco Adolfo foi nomeado adido de primeira classe para legação do Brasil em Portugal. A partir de então, além de suas funções diplomáticas Varnhagen assumiu a incumbência de descobrir e coletar em arquivos estrangeiros documentos históricos sobre o Brasil. Por sinal Varnhagen não foi o único. Conforme Lúcia Paschoal Guimarães (1995, p. 527), em meados do século XIX os sócios que compunham o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro resolveram organizar missões às províncias e, principalmente, ao exterior em busca da “[...] riquíssima documentação do período colonial, que jazia inexplorada [...]”. A mesma autora afirma ainda que apesar da significância daquele empreendimento apenas Varnhagen e Joaquim Caetano da Silva obtiveram sucesso em suas investigações.

O ano de 1842 marcaria então o início de uma relação que se tornaria estreita entre o historiador-diplomata e o Estado imperial brasileiro, especialmente com a figura de seu maior governante, o imperador Pedro II. Lilia Schwarcz (1998), por exemplo, ao citar o grupo de intelectuais mais próximos ao Imperador, inclui o historiador sorocabano, nesta seleta lista.

Protetor das Letras, Ciências e Artes[12], o monarca brasileiro foi um dos grandes incentivadores e patrocinadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que apesar de tratar-se de uma instituição privada recebeu durante toda a vigência do Império uma subvenção anual, iniciada meses após sua

[12] Frase cunhada por Januário Barbosa em 1841 em seu relatório das atividades do exercício de 1841. BARBOSA, Januário da Cunha, "Relatório do Secretário Perpétuo". Revista do IHGB , Rio de Janeiro, 3 (Su-plemento): 537, 1841

fundação (GUIMARÃES, 1995). A professora Lúcia Maria Paschoal Guimarães analisando mais detalhes desse vínculo entre o Imperador e o IHGB, revela dados que atestam que entre “[...] dezembro de 1849 até sua partida para o exílio, [o Imperador] participou de 508 reuniões ordinárias, sem contar as sessões públicas de aniversário e outras comemorações” (GUIMARÃES, 1995, p. 486). Cita ainda que em 1865, Cândido José de Araújo Vianna foi eleito presidente do IHGB, mas devido a sua idade avançada, quem assumiu a liderança dos trabalhos foi o próprio imperador (GUIMARÃES, 1995). Inclusive, a exemplos de diversos trabalhos publicados no século XIX, é a D. Pedro II que Varnhagen dedica sua obra maior

> E Dignando-se Vossa Magestade Imperial acolher benignamente este trabalho, que, (...) ousei dedicar a Vossa Magestade Imperial, desvaneço-me a publicar que ao Seu Glorioso Reinado, eminentemente organisador como a seu tempo dirá friamente a Historia, devi todos os elementos para elle (VARNHAGEN, 1854).

Essa postura de historiador oficial, produtor de uma historiografia voltada aos interesses do Estado atraiu diversas críticas a Varnhagen, algumas duras como as de Manoel Bomfim (apud LACOMBE, 1967, p. 142) que o chamaria de "historiador mercenário"; "deturpador da história do Brasil", e que “pouco lhe importava a verdade e a justiça”; por isso, “Não podemos lê-lo sem estremecer de indignação e cólera”. Outro crítico foi o poeta Gonçalves de Magalhães, um dos responsáveis pela introdução do Romantismo no Brasil, que referindo-se a narrativa de Varnhagen afirmou

> Quando pois apresentam documentos vários, provenientes de um só lado, cumpre-nos procurar a verdade pela crítica, e por um método indireto, notando sempre as contradições, como fazem os juízes no acareamento das testemunhas; cingir-nos aos fatos principais em que todos estão de acordo; desviar reflexões e epítetos afrontosos; e admitir verdade todo o bem que dizem do inimigo. As acusações que mutuamente se fazem os de um mesmo lado, divididos por interesses contrários, justificam o terceiro sem voz para se defender, e são para o historiador sincero novas fontes de verdade. (MAGALHÃES, apud RANGEL, 2006, p. 08)

Portanto, para Magalhães a quantidade e procedência dos documentos não eram garantia da cientificidade da obra do Visconde, pois, seu vínculo com a monarquia afastaria qualquer possibilidade de uma análise imparcial.

Outra situação constantemente rememorada por alguns de seus desafetos era o fato do *historiador da pátria* viver a maior parte do tempo no estrangeiro, “quase sempre fora da pátria” nas palavras de Gonçalves de Magalhães, afinal, graças a suas atividades enquanto diplomata a serviço do Império brasileiro e do curto espaço de tempo em que residiu no Brasil, nosso historiador circulou por distintos lugares, fazendo parte de sociedades acadêmicas de diferentes países e cercado por estrangeiros, inclusive em seu núcleo familiar, onde, como nos lembra Cézar (2007), era o único brasileiro, já que a esposa, os filhos e os pais eram nascidos no exterior.

Baseado nesses fatos seus críticos o acusavam de produzir uma narrativa fora da realidade brasileira, dada a distância em que era produzida, colocando em dúvida, inclusive, sua lealdade a nação, como Manoel Bomfim o chamou de "brasileiro de encomenda”.

Para um intelectual que pretendeu inscrever-se na História objetivando no futuro ser memorável, as críticas quanto a nacionalidade muito incomodavam o Visconde, por isso ele não mediu esforços intentando construir e consolidar uma autorrepresentação que não deixasse dúvidas, nem para seus pares e nem para outros grupos, quanto a sua nacionalidade. É nesse sentido que faz questão de reproduzir em seu testamento sua intenção de que no local de seu nascimento, nas terras da Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, outrora pertencentes a seu pai Friedrich Ludwig Wilhelm Varnhagen, em Sorocaba, fosse construído um monumento à sua memória, desejo atendido quatro anos depois da morte do Visconde (CÉZAR, 2007).

Preocupado em contribuir na consolidação dessa representação, um de seus biógrafos, o conterrâneo Renato Fleury interpretou a recusa de Varnhagen ao convite do rei português Fernando, para ser preceptor dos príncipes portugueses como prova incontestável de seu “[...] amor à pátria [...]”, atitude reiterada em sua “[...] obstinação em nacionalizar-se brasileiro, fato obtido com o decreto de 24 de setembro de 1841” (FLEURY, 195-?, p. 56).

Era ainda no intuito de publicizar sua condição de brasileiro que Varnahgen tomou a decisão, aparentemente contraditória, de omitir seu nome do título de sua obra maior, fato assim justificado pelo Visconde

> Na primeira audiencia que tive destes Augustos Senhores conheci que se surprehendiam de não me achar estrangeiro ou ao menos estrangeirado, e que eu não correspondia pessoalmente à idéa que, pelo meu nome, haviam anteriormente formado, imaginando-me hollandez, segundo creio. [...] Sabe agora V. M. I. uma das razões por que eu queria omittir o meu nome na Historia geral do Brazil, deixando até de assignar a dedicatoria. Sem o meu nome a obra seria apenas de um brazileiro ou do Instituto H. do Brazil; e, por conseguinte, de todo o Brazil. (Carta de Varnhagen a d. Pedro II, 1854) (CEZAR, 2007, p. 165-166).

Para Varnhagen então, ser membro do IHGB era a garantia que faltava para assegurar a credibilidade de sua obra. Afinal, o Instituto monopolizava a produção legítima de uma história do Brasil, portanto, era ele quem referendaria ou não a cientificidade do texto em questão.

No entanto a recepção da Casa da Memória Nacional à *História Geral do Brasil* não correspondeu às expectativas do nosso historiador, fato evidenciado na não emissão do parecer da Comissão organizada pelo IHGB para avaliar a obra de Varnhagen, daí seu apelo ao Imperador Pedro II para que a obra fosse adotada pelo Instituto**:** "A presente obra aspira à honra de ser considerada produção daquela associação, a cujas publicações e estímulos devidos a V.M.I. se considera devedora" (LESSA, 1961, p. 242). Porém, apesar do apreço de D. Pedro II a Varnhagen, sua solicitação não foi atendida, uma vez que havia em *História Geral do Brasil* um aspecto que incomodava tanto o Imperador quanto seus pares-súditos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: o anti-indianismo.

Nilo Odália (1997), José Carlos Reis (2006) e Arno Wehling (1999) apontam essa postura anti-indianista como a grande responsável pelas críticas de intelectuais contemporâneos a Varnhagen, como Gonçalves de Magalhães e João Francisco Lisboa, e o desprezo dos membros do IHGB diante da publicação de *História Geral do Brasil*.

O romantismo, “[...] manifestação literária do nacionalismo” (AMARAL, 2004, p. 01), surgiu no mesmo instante em que foram fundados os Estados nacionais modernos. No Brasil, apesar de reconhecerem a importância da colonização portuguesa e a supremacia do branco sobre as demais raças na construção do país, para os romancistas o índio era o sujeito que poderia auferir para seu projeto de produção de uma representação identitária uma singularidade ao povo brasileiro, diferenciando-o diante das outras nações.

A força desse grupo no *establishment* brasileiro pode ser exemplificada com o fato de que o próprio Imperador teve influência direta na ascensão do movimento literário indianista, seja financiando a publicação de obras como *A Confederação dos Tamoios* (1856) de Gonçalves de Magalhães ou até mesmo escrevendo artigos como o que foi publicado no *Jornal do Commercio* sob o pseudônimo de O Outro Amigo do Poeta, onde defendia a obra de Gonçalves das críticas de José de Alencar (SCHWARCZ, 1998).

Apesar de tudo isso, Varnhagen optou pelo enfrentamento a seus pares

> [...] Não falta quem abertamente afirme, ou pelo menos tacitamente creia, que os nossos antigos índios são os verdadeiros Brazileiros *puritanos,* e os mais legítimos representantes, no passado, da nacionalidade actual [...] Nem se quer mereciam o nome de bárbaros: eram selvagens [...] os índios não eram donos do Brazil, nem lhes é applicavel como selvagens o nome de *Brazileiros:* não podiam civilisar-se sem a presença da força, da qual não se abusou tanto como se assoalha; e finalmente de modo algum podem elles ser tomados para nossos guias no presente e no passado em sentimentos de patriotismo ou em representação. (VARNHAGEN, 1857, Discurso Preliminar).

No mesmo tom, roga a D. Pedro II que não deixe

> [...] para mais tarde a solução de uma questão importante acerca da qual convém muito ao país e ao trono que a opinião se não extravie, com ideias que acabam por ser subversivas, a literatura veicula a imagem do indígena como portador da brasilidade (LESSA, 1961, p. 187).

Nota-se então que para o historiador sorocabano uma proposta em que o índio era idealizado como símbolo da nação brasileira representava mais que um erro histórico, era um risco a própria existência da nação.

2.2 Identidade nacional e miscigenação na narrativa varnhageana

> Eis-nos hoje congregados para encetarmos os trabalhos do proposto Instituto Histórico e Geographico do Brasil; e desta arte mostrarmos às nações cultas que também presamos a gloria da pátria (BARBOSA, apud GUIMARÃES, p. 21).
>
> [...] veio a surgir, na extensão de território que o mesmo legado abarcava, um novo Império a figurar no Orbe entre as nações civilisadas, regido por uma das primeiras dynastías de nossos tempos tal é o assumpto da Historia Geral do Brazil que nos propomos escrever, (VARNHAGEN, 1854, p. 10)

A produção de uma História do Brasil no período imperial; como se pode observar no discurso de fundação do IHGB pronunciado em 1839 por um de seus idealizadores, o cônego Januário da Cunha Barbosa, e no trecho de *História Geral do Brasil;* objetivava, entre outras intenções, inserir a nação no rol dos países civilizados. Para alcançar esse ingresso à civilização, era preciso resgatar um passado, mas não um passado qualquer, era preciso transformá-lo em uma jornada épica. Com esse propósito, Varnhagen apresenta em *História Geral do Brasil* uma nação herdeira e fruto do espírito heroico do colonizador português que, apesar dos ataques de índios, negros rebelados e estrangeiros, conseguiu manter a unidade desse imenso território.

Considerando que, todo discurso histórico é produzido em um lugar social que impõe “[...] não apenas objetos próprios, mas também modalidades do trabalho intelectual, formas de escrituras, técnicas de prova e de persuasão” (CHARTIER, 2010, p. 18), aquelas convicções não eram exclusividade de Varnhagen, do inverso, o historiador produziu uma narrativa compatível ao projeto político regressista (WEHLING, 1999) e comum a várias produções do século XIX. Como se pode perceber nos 40 pontos do programa de História do

Brasil do Colégio Pedro II. Adotado em 1850, portanto quatro anos antes da publicação de *História Geral do Brasil,* o programa iniciava-se com o Descobrimento do Brasil, apontado então, como o fato fundador de nossa História (SANTOS, 2009). Quanto aos povos que habitavam o território antes da chegada de Cabral, tal como no livro de Varnhagen, não possuíam história uma vez que eram apócrifos. Quando mencionados; no caso do livro de Varnhagen o capítulo 08 é o que trata dos povos indígenas; são representados como incultos e bárbaros, destarte, somente a colonização poderia salvá-los de sua condição natural de selvageria, afinal "[...] a colonização organiza, traz a civilização [...]" (VARNHAGEN, 1854, p. 56).

Esta é uma das noções do pensamento de Varnhagen, que mesmo passados tantos anos e escolas historiográficas, continuam inscritas e impressas nos livros didáticos na atualidade. Em *Piúma: Nosso Município*, a narrativa histórica é iniciada com os povos indígenas que habitavam a região, "[...] apesar de existirem muitas dúvidas sobre esses índios" (SANTOS NEVES; ALVARENGA ROSA, 2010, p. 23). Essa opção significou uma ruptura com o modelo de Varnhagen, padrão este que os próprios autores seguiram pelo menos até 2004, quando iniciaram, a partir da Europa, o relato sobre a história do Espírito Santo em seu livro *Nosso Estado: O Espírito Santo*[13] descrevendo que "[...] Durante os séculos XV e XVI, vários países da Europa, a começar por Espanha e Portugal, lançaram-se a grandes navegações marítimas" (SANTOS NEVES; ALVARENGA ROSA; PACHECO, 2004, p. 24).

Como as diferentes temporalidades superpostas nos livros didáticos fazem com que a escrita neles impressa seja ao mesmo tempo "[...] herança e ruptura, invenção e inércia [...]" (CHARTIER, 2010, p. 68), se ao iniciarem sua narrativa com os povos indígenas, Neves e Rosa estariam negando a influência de Varnhagen, logo a seguir a reavivam afirmando que: "A princípio, os índios não eram civilizados. Foi no contato com o colonizador branco que o índio foi se

[13] SANTOS NEVES, Luiz Guilherme; ALVARENGA ROSA, Lea Brígida R.; PACHECO, Renato José Costa. Nosso Estado O Espírito Santo: História do Estado do Espírito Santo para o Ensino Fundamental. Curitiva: Base, 2004.

civilizando [...]" e para que não restem dúvidas reforçam o que significaria o termo *civilizando*, "[...] isto é, adquirindo costumes semelhantes aos dos brancos" (SANTOS NEVES; ALVARENGA ROSA, 2010, p. 64).

Essa relação intrínseca entre colonização, civilização, identidade nacional e progresso, encontramos até mesmo no discurso indianista, apontado como o principal adversário da narrativa varnhageana. Ao elegerem o índio como símbolo ideal da nacionalidade brasileira os nativistas não estavam referindo-se a todos os povos que habitavam o território brasileiro. O silvícola a quem os indianistas se referiam e idealizavam era o pertencente ao tronco tupi, o nativo civilizável que no passado contribuiu para tornar possível o esforço colonizador português (AMARAL, 2004).

Os "tapuias", definição com caráter pejorativo para referir-se aos não tupis, como aponta Sharyse Amaral (2004, p.01), eram vilipendiados pelos próprios indianistas, como podemos observar no trecho do livro *Noções de Corografia do Brasil*, publicado em 1873, e que tinha a autoria de um dos expoentes do romantismo no Brasil, o professor-autor Joaquim Manuel de Macedo, que os apresentava como "[...] gentios refratários à civilização" (MACEDO, 1873, apud AMARAL, 2004, p. 01).

Portanto, o brasileiro ideal dos indianistas seria o nativo semelhante às mulheres, negros e índios que devido a sua lealdade aos interesses da metrópole foram biografados na *Revista do Instituto do Histórico e Geográfico Brasileiro* (GUIMARÃES, 1995), ou, ainda, um dos indígenas que integraram o panteão de heróis de Varnhagen, sujeitos como Filipe Camarão, que

> Associado à causa da civilização, desde antes da fundação da capitania do Rio Grande (do Norte), [...] não deixara de prestar de contínuo aos nossos mui importantes serviços, já contra os selvagens, já contra os holandeses em todas as capitanias do Norte. [...] Ao vê-lo tão bom cristão, e tão diferente de seus antepassados, não há que argumentar entre os homens com superioridade de geração, mas sim deve abismar-nos a magia da educação que, ministrada embora à força, opera tais transformações, que de um bárbaro prejudicial à ordem social, pode conseguir um cidadão útil a si e à pátria. (VARNHAGEN, 1959. p. 79)

Os heróis, não por acaso, tiveram um papel de destaque em uma história pragmática que acreditava que, ao apresentar os erros do passado poderia corrigir os contemporâneos e até aconselhar os príncipes (WEHLING, 1999). Na narrativa varnhageana, os heróis são aqueles que "[...] nos legaram ações meritórias e de abnegação e desinteresse, que, não só por gratidão como até por conveniência, nos cumpre comemorar [...]" (VARNHAGEN, 1927 apud KHALED JUNIOR, 2010, p. 150). Logo, nada mais conveniente ao discurso pedagógico do Visconde de Porto Seguro e dos intelectuais de seu tempo, que desejavam construírem uma representação de identidade nacional, do que o exemplo de sujeitos que imolaram-se em nome de um dever cívico.

Estratégia semelhante foi a adotada nos primeiros anos do IHGES quando seus membros, procurando construir uma identidade capixaba, elegeram heróis que sintetizassem "[...] as qualidades do povo espírito-santense"(LEITE, 2007, p. 192). A partir de então, constituiu-se um panteão de heróis capixabas; ainda cultuados na história didatizada; onde o ato praticado importava mais do que o sujeito que o praticou, critério idêntico ao de Varnhagen. Com esse pragmatismo inscreveram um cacique indígena e uma mulher (Araribóia e Maria Ortiz) ao lado de Domingos Martins, José de Anchieta e Vasco Fernandes Coutinho no rol de heróis capixabas.

Conforme Pirola (2008) a partir da publicação de *Espírito Santo Minha Terra, Minha Gente,* escrita por Lea Brígida Rosa, Luis Guilherme Santos Neves e Renato Pacheco em 1986 esses heróis, vultos e lendas foram ressignificados continuando "[...] constando como a necessária memória do que *já se deu*, porém, não mais como advertência moral e cívica do que devemos ser" (PIROLA, 2008, p. 216, grifo do autor). No entanto, uma observada mais atenta no livro *Anchieta: Nosso Município* e encontramos uma descrição do padre que deu nome à cidade, muito próxima ao discurso propagado em livros escolares anteriores: "Ele se dedicou intensamente a converter os índios ao catolicismo recebendo por isso o título de Apóstolo do Brasil" (SANTOS NEVES; ALVARENGA ROSA, 2011, p. 24, grifo nosso). Fato que reforça nossa

hipótese de que os manuais escolares capixabas continuam reproduzindo em pleno século XXI uma escrita influenciada por múltiplas temporalidades, inclusive, a varnhageana.

Ainda quanto a representação identitária produzida por Varnhagen, autores como Thiago Tavares (2011) apontam a interferência das experiências e memórias do Visconde na construção de *História Geral do Brasil,* demonstrando que além de determinada pelo lugar social de onde é produzida, a escrita da história está sujeita a subjetividade do autor. Na interpretação de Tavares (2011) a aversão de Varnhagen aos povos indígenas é atribuída, entre outros fatores, a uma experiência traumática vivenciada durante uma viagem no sul da Província de São Paulo, em 1840, quando sua comitiva foi atacada por índios. Fato assim rememorado pelo nosso historiador

> Confesso que desde então uma profunda mágoa e até um certo vexame se apoderou de mim, ao considerar que apesar de ter o Brasil um governo regular, em tantos lugares do seu território achavam-se (e acham-se ainda) um grande número de cidadãos brasileiros à mercê de semelhantes cáfilas de canibais (VARNHAGEN, 1867, p. 38).

Logo, como transformar canibais em símbolos de uma nação que almeja representar-se ao mundo enquanto civilizada?

Havia ainda, segundo Varnhagen, outras características dos povos indígenas que representavam um empecilho ao seu esforço para construir uma memória nacional. Conforme Varnhagen, os indígenas não possuíam

> o sublime desvelo, que chamamos patriotismo, que não é tanto o apego a um pedaço de terra, ou bairrismo (que nem sequer eles, como nômades tinham bairro seu), como um sentimento elevado que nos impele a sacrificar o bem estar e até a existência pelos compatriotas, ou pela glória da pátria, com a só ideia de que a posteridade será grata á nossa memória (VARNHAGEN, 1854, p. 24).

Tampouco,

> [...] conheciam as delicias do amor da pátria, porque, nômades, pátria não tinham; e a tão curtos horizontes limitavam suas ideias de nacionalidade que pouco além passavam elas do alcance do tiro de seus arcos. A satisfação de contarmos maior número de indivíduos por compatriotas, de pertencermos a uma família mais crescida, e de gloriarmo-nos com as ações ilustres de maior número de indivíduos por quem nos imaginamos representados, não pode ser apreciada senão pelos povos que ja chegaram a certo grau de civilização (VARNHAGEN, 1854, p. 103).

O mesmo poderia ser dito do africano outro povo apócrifo, bárbaro e apátrida, formado em sua maioria por “gentios” ou “idólatras” que “pervertiam os costumes, por seus hábitos menos decorosos, seu pouco pudor, e sua tenaz audácia” (VARNHAGEN, 1854, p. 185).

No que se refere a escravidão africana os juízos de Varnhagen variam entre o reconhecimento ao trabalho africano para desenvolvimento econômico do país, e a condenação a escravidão, apontada como “[...] um insulto a humanidade”. Entendia ainda que a escravidão foi benéfica ao africano, pois, possibilitou-lhe o contato com uma cultura superior. Porém, para o país o ideal seria que ela não houvesse acontecido, mas uma vez que ocorrera, as elites deveriam integrá-los ao país “[...] para que chegue um dia em que as cores de tal modo se combinem que venham a desaparecer totalmente no nosso povo as características da origem africana [...]” (VARNHAGEN, 1854, p. 183).

Ideal reiterado por Varnhagen no que tange a questão indígena, como apontou Nilo Odália:

> [...] vencido pelo branco, despojado de seus valores, aniquilado como expressão de uma sociedade que se pretende extinguir, deve ser recuperado, antes pela força do que pela persuasão, e novamente conquistado para os valores ocidentais e cristãos que mostraram no campo de batalha a sua superioridade. Sua recuperação, a partir desses valores, legitima moralmente a conquista física (ODÁLIA, 1997, p. 54).

Citando outro trecho de Varnhagen, Khaled Júnior demonstra como o historiador sorocabano, utilizando a participação de Filipe Camarão e Henrique Dias na expulsão dos holandeses no Nordeste, transformou a heterogeneidade étnica do povo brasileiro em vantagem para o “enaltecimento da nação”, além de representar uma “[...] dupla vitória: sobre o inimigo e sobre a resistência nativa e negra e, logo, duplamente fundadora de nacionalidade e sentidos sobre a nação” (KHALED JÚNIOR, 2010, p. 222).

Em sua *pedagogia do exemplo*, o Visconde de Porto Seguro enfatizou a importância da união das três raças, sob o domínio branco, para a consecução do projeto colonizador português, transformando a expulsão dos holandeses em símbolo fundador da nação.

A permanência de algumas dessas ideias assimilacionistas, e que sob o discurso de miscigenação racial confirmavam uma superioridade branca nos livros didáticos, foi duramente criticada pelas associações negras e por alguns estudos publicados a partir da década de 1950 que denunciavam que o mito da democracia racial, depois substituído pelo mito da mestiçagem, ao homogeneizar todos os brasileiros em mestiços, tentavam impedir a construção de uma identidade negra (ROSEMBERG; BAZILLI; SILVA, 2003).

Esta constatação de Rosemberg; Bazilli e Silva (2003) e alguns trechos de livros didáticos citados no decorrer desta narrativa confirmam que os livros didáticos de história, inclusive os regionais, perpetuam noções estabelecidas por Varnhagen. O desafio agora é tentar compreender como e porque essas ideias foram apropriadas e postas a circular pela história acadêmica, escolar e cotidiana.

2.3 Homem-monumento[14]

A despeito de todas as críticas que sofreu desde seu lançamento, à medida que o tempo passava *História Geral do Brasil* consolidava sua condição de obra fundadora da historiografia brasileira e, consequentemente, seu autor o título de "Heródoto Brasileiro" (REIS, 2006), apesar da produção de obras anteriores como História da Província de Santa Cruz, de Pero Gândavo (1876), História da América Portuguesa, de Sebastião da Rocha Pita (1730) e História do Brasil de autoria do inglês Robert Southey, que apesar de publicada em Londres entre 1810 e 1819, só seria traduzida em português e lançada no Brasil quase meio século depois. Para Fleury (195-?) a construção dessa representação de pioneirismo, tanto da obra quanto do autor, obtivera inclusive a chancela estatal, afinal, quando o imperador agraciou Varnhagen com o título de "Barão de Porto Seguro" (1874), e posteriormente o de "Visconde" (1876), fez a homenagem mais justa possível, já que

> Porto Seguro, na Bahia, foi o **primeiro** ponto de nossa pátria em que tocou a armada cabralina. Ali nasceu a Terra de Santa Cruz, foi ali que o Brasil **começou a surgir**, revelado ao mundo pelo navegante luso. Porto Seguro é, pois, um símbolo. Que melhor título de nobreza poderia ser dado ao **primeiro** e maior **historiador** brasileiro? (FLEURY, 195-?, p. 63, grifos nossos).

Essas não foram as únicas homenagens recebidas por Francisco Adolfo de Varnhagen durante sua vida. Tanto no Brasil quanto no exterior nosso autor acumulou diversos títulos e honrarias como os de "Grande do Império", "Conselheiro de Estado", "Cavaleiro Imperial", a "Grã-Cruz da Imperial Ordem de Santo Estanislau" na Rússia, tornou-se membro da Sociedade de Geografia de Paris, do Instituto Histórico de Buenos Aires e da Academia Real das Ciências de Munique, entre outros. Wehling (1999) destaca ainda que ao estabelecer contato com historiadores de diferentes partes do mundo como Europa, Estados Unidos e América Latina, tarefa facilitada no exercício de sua carreira diplomática, o modelo historiográfico do Visconde de Porto Seguro

[14] O termo foi proferido por Joaquim Manuel de Macedo em seu necrológio dedicado a Varnhagen na sessão no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em dezembro de 1878.

atravessou as fronteiras nacionais e chegou ao Uruguai onde constituiu-se na "[...] principal inspiração metodológica, temática e ideológica das pesquisas de Francisco Bauzá [...]", autor da obra *Historia de La dominación española em el Uruguay,* livro considerado o fundador da historiografia uruguaia (WEHLING, 1999, p. 198).

Após a morte do historiador sorocabano, ocorrida em 1878, as homenagens não cessaram, com uma novidade, ganharam o apoio e passaram a ser capitaneadas pelo, até então reticente, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Como ressalta Renílson Ribeiro (2009, p. 23) era prática comum no IHGB "[...] recordar e celebrar os construtores da nação durante o Reinado de D. Pedro II." Tarefa que se iniciava logo após a morte de um de seus sócios. No caso específico de Varnhagen o culto à sua memória; o que representou uma nova postura do IHGB; tinha um caráter pragmático: servir de exemplo para a nacionalidade brasileira e, ao inventar e legitimar a representação de Varnhagen enquanto fundador da historiografia brasileira, o Instituto advogava para si o papel de "Casa da Memória Nacional", *lócus* legítimo para instituição de uma história nacional (RIBEIRO, 2009).

A hegemonia do IHGB, que fora inicialmente questionada na Semana de Arte Moderna em 1922, foi seriamente ameaçada com a criação da Universidade de São Paulo em 1937, que quebrou o monopólio intelectual do Rio de Janeiro sob a escrita da História do Brasil (RIBEIRO, 2009). Conforme Ribeiro (2009), tanto as biografias publicadas nas páginas da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, quanto os eventos arquitetados pelo IHGB como o sesquicentenário e centenário de nascimento, o cinquecentenário da morte do Visconde de Porto Seguro, a instalação de monumentos, ou até mesmo o ato do sócio Oliveira Lima de escolher Francisco Adolfo de Varnhagen como patrono da cadeira número 39 da Academia Brasileira de Letras, fizeram parte dessa estratégia de construção e perpetuação do mito fundacional diante daquela ameaça.

Outro fato emblemático ocorreu no ano de 1978, centenário da morte de Varnhagen, quando o Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Sorocaba, a prefeitura dessa mesma cidade, a Fundação Ubaldino do Amaral e o jornal Cruzeiro do Sul organizaram uma campanha objetivando o traslado dos restos mortais do ilustre sorocabano, que após sua morte em Viena, Áustria, fora sepultado no Chile, terra natal de sua esposa. Uma vez em Sorocaba, os restos mortais do Visconde de Porto Seguro e de sua filha Maria Tereza, afilhada de D. Pedro II, foram depositados no monumento tumular instalado na praça Edmundo Valle naquela cidade.

Para Temístocles Cézar (2005) todos esses fatos auferiram a nosso autor uma posição de autoridade quase que inquestionável, situação revelada em episódios como o da publicação de *História da Independência*, em 1916. Apesar de a obra ser baseada em várias entrevistas e de Varnhagen não ter sequer a preocupação em citar quem foram os entrevistados, *História da Independência* foi recebida pelo IHGB sem quaisquer contestações como se a assinatura de Varnhagen bastasse para determinar o que era ou não legítimo (CEZAR, 2005). A conclusão de Cézar (2005) pode ser confirmada no relatório da comissão nomeada pelo presidente do IHGB para examinar *História da Independência*, onde o relator afirmou que “Basta que tenha saído da pena deste, para que não haja ninguém que se atreva a negar-lhe mérito, e é deveras para ser lida com atenção e proveito.” (MAGALHÃES apud RIBEIRO, 2009, p. 44).

Varnhagen assumira então na produção de uma história do Brasil, posição semelhante, guardada as devidas proporções, à ocupada por Shakespeare na Inglaterra do século XVIII. Segundo Chartier a transformação do dramaturgo inglês no *poeta nacional*

> [...] inaugurou um processo por meio do qual um autor [...] era transformado em uma referência e autoridade, cuja vida exemplar e significado moral ou nacional tornariam-se mais importantes do que seus próprios textos (CHARTIER, 2012, p. 53)

O *significado nacional* alcançado pela obra de Varnhagen na historiografia acadêmica atravessou também a história escolar constituindo-se, no final do século XIX "[...] a base do nosso ensino [...]" (ABREU, 1977, p. 130). Na sequência descreveremos como isso ocorreu e as rupturas e permanência dos pressupostos de Varnhagen na história didatizada.

2.4 Varnhagen e a história didatizada

> Sr. Dr. Justiniano Jose da Rocha fez sciente ao Instituto que, tendo sido nomeado pelo governo a fim de leccionar um curso de Historia Patria no Imperial Collegio de Pedro 2º, achava-se, todavia, bastante embaraçado para preencher de uma maneira satisfactoria a nobre tarefa que lhe fora encarregada, em razão de não existir ainda um bom Compendio de Historia do Brasil (RIHG, 1840 apud TAVARES, 2003, p. 57).

O incômodo diante da ausência de um "bom compêndio de História do Brasil" não foi exclusividade do professor Justiniano Rocha, solicitações semelhantes já haviam sido encaminhadas ao IHGB nos anos de 1855 e 1856 pelo diretor de Instrução Pública do município da Corte, Eusébio de Queirós Coutinho (WEHLING, 1999). É verdade que já haviam sido utilizados compêndios sobre a história brasileira no Colégio Pedro II, como *Resumo de história do Brasil* de Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde (1831), tradução não literal de *Resumé de l'histoire du Brésil*, de Ferdinand Denis, e *Compendio da historia do Brasil*, do general José Ignácio de Abreu e Lima (1843), porém, conforme as atas publicadas na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, ambos não atendiam as expectativas dos professores (GUIMARÃES, 1995).

O compêndio escrito por Abreu e Lima foi alvo de muitas críticas vindas do IHGB, fato atribuído por Lúcia Guimarães (1995) a contemporaneidade de alguns temas abordados na obra, o que traria desconforto entre os membros do Instituto. Varnhagen teve um papel axial nessa rejeição, fato emblemático

uma vez que a relação entre o IHGB e o historiador sorocabano foi marcada pelo menosprezo daquela instituição ao Visconde de Porto Seguro.

Ainda acerca dessa rejeição, havia aspectos na biografia do general Abreu e Lima que despertavam ojeriza aos sócios do Instituto, espaço predominantemente conservador, uma vez que o militar era filho do Padre Roma, um dos líderes da Revolução Pernambucana, além de ter professado ideais republicanos e lutado ao lado do exército de Símon Bolívar, motivos mais que suficientes para que sua obra não atraísse a empatia daqueles intelectuais conservadores e monarquistas.

A publicação de *História Geral do Brasil* (1854, 1857) possibilitou que os apelos de Justiniano da Rocha e Eusébio de Queirós fossem atendidos. Inspirado na obra de Varnhagen, Joaquim Manuel de *Macedo, então* professor do Colégio Pedro II e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, publicou em 1861 o compêndio *Lições de História do Brasil.* Naquele manual didático as premissas do Visconde de Porto Seguro estavam por toda parte, desde a defesa de uma monarquia unitária, a ênfase na ancestralidade portuguesa como elo comum entre províncias tão díspares, a integração e expansão territorial obtida pelos colonizadores contra invasores estrangeiros, índios selvagens e quilombolas degenerados, até nas iniciativas de esquecer ou minimizar acontecimentos inapropriados ao projeto de consolidação de um estado nacional, buscando construir e edificar em seus cidadãos o compromisso em reproduzir um futuro promissor para o Império (GASPARELLO, 2009).

Dado o papel modelar assumido pelo Colégio Pedro II no sistema educacional do período imperial, em pouco tempo o compêndio de Macedo passou a ser adotado em outras escolas espalhadas pelo país ou a influenciar a escrita de compêndios com a mesma inspiração, como no caso da obra *Compendio de Historia do Brazil* (1896), do padre Rafael Galanti (WEHLING, 1999). Dessa forma, mesmo que de maneira indireta, um desejo antigo de Varnhagen, presente em vários trechos de sua correspondência, estava sendo atendido, o

de que sua obra fosse adotada *nas escolas de direito e militares e nos colegios*[15] (LESSA, 1961, p. 242).

O Visconde de Porto Seguro, no entanto, assim como boa parte dos intelectuais do século XIX não desejava a massificação desse conhecimento, por isso, apesar de um entusiasta da educação, o modelo de ensino que idealizava não era o público, universal e gratuito, mas sim, o de uma educação *savante* voltada às elites e preocupada com a formação dos quadros dirigentes (WEHLING, 1999).

Com a instalação da República as políticas educacionais procuraram proporcionar escolaridade a setores sociais antes marginalizados, no entanto, essas políticas não trouxeram grandes transformações ao ensino de história, como por exemplo, a inserção daqueles segmentos como protagonistas da história nacional (BITTENCOURT, 2009), do inverso, a disciplina de História continuou perpetuando diversos valores da concepção varnhageana. É o que se pode perceber nos temas do livro *Por Que me Ufano do Meu País (1900), d*o conde monarquista Afonso Celso, onde o autor exaltava a superioridade do Brasil graças a sua natureza exuberante e seu clima aprazível, destacando ainda a miscigenação pacífica entre as raças e o papel dos portugueses, os legítimos representantes da civilização.

Além de contribuir para a construção de uma identidade nacional, o ensino de História do Brasil naquele período instruiria aos diferentes cidadãos que compunham a sociedade republicana brasileira qual o seu lugar nessa sociedade, "[...] ao trabalhador comum restava o direito de votar e de trabalhar dentro da ordem constitucional [...] as elites cuidariam de conduzir o País ao seu destino" (BITTENCOURT, 2009, p. 64).

[15] Carta ao imperador D. Pedro II, 14 de julho de 1857, in: Francisco Adolfo de Varnhagen, *Correspondência ativa*, coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa, *op. cit.*, p. 242.

As primeiras décadas do século XX seriam marcadas ainda pela publicação de duas obras – *História do Brasil* (1914), de João Ribeiro e *Capítulos de história colonial* (1906) de Capistrano de Abreu – que contestariam as bases do ensino de história amplamente influenciadas pela narrativa varnhageana. Adepto da Kulturgeschichte, Ribeiro destacava em seu compêndio aspectos da vida social até então não abordados por Varnhagen, que devido a sua filiação a concepção rankeana elaborou uma história politocêntrica, estatista e elitista (WEHLING, 1999). A obra de Capistrano, por sua vez; apesar do autor ocupar a cadeira de Corografia e História do Brasil no Colégio Pedro II entre 1883 e 1889, e ter criticado a influência de Varnhagen no compêndio de Macedo (SANTOS, 2009); não tratava-se de um livro didático, porém, o impacto alcançado por ela acabou influenciando, especialmente a partir da década de 1920, algumas alterações nos livros didáticos, ao propor uma história que visibilizava novos atores sociais.

Evidenciando que as propostas inovadoras de Capistrano de Abreu e João Ribeiro, apesar de promoverem algumas alterações, não conseguiram excluir os conceitos de Varnhagen, havendo apenas acréscimo ou reacomodação de conceitos, o programa curricular de História do Brasil no período varguista enfatizava o eurocentrismo ressaltando o protagonismo daquele continente como modelo civilizatório, por isso a concepção de uma história da formação do povo brasileiro como resultado de uma continuidade histórica, que, uma vez iniciada com as conquistas portuguesas e sua excepcional capacidade de expansão e manutenção de nossa integridade territorial, prosseguiu com a incorporação e submissão de índios e africanos.

À medida que diferentes grupos sociais perceberam o ensino de História como ferramenta fundamental para a consolidação de uma determinada memória histórica, os combates que se deram naqueles presentes acrescentaram, negaram ou rememoraram heróis, fatos e sujeitos como Tiradentes, herói ideal para tempos republicanos; grandes líderes militares, suas batalhas vitoriosas e sua importância para a integração nacional; bandeirantes destemidos responsáveis por nossa unicidade territorial, cultural e étnica na busca de uma representação à altura do protagonismo econômico e político experimentado

por São Paulo; respeito às diversidades culturais e étnicas nos tempos atuais; entre outros.

Mesmo nas alterações mais recentes, provocadas especialmente pela mobilização dos movimentos de negros, mulheres e índios, que ao evocarem seu legado ou herança reivindicaram sua inserção nessa história e começaram a gradativamente conquistar espaços exibindo suas lutas, vitórias e valores, ainda notamos a permanência de preceitos varnhageanos. Isso acontece porque ao utilizarem os mesmos mecanismos que os grupos oriundos das classes dirigentes utilizaram no momento de construção da nação, onde subjugaram e apagaram todas as versões diferentes em nome de uma história pretensamente nacional, os movimentos sociais acabaram por não questionarem a estrutura metodológica que entende o caráter identitário como formador de memória.

Assim, ao não assaltar as bases do modelo didático dominante, ainda atrelado aos aspectos políticos na condução dos processos históricos, não houve a inserção plena daqueles grupos com a consequente substituição daquele paradigma. Dessa forma, a participação de mulheres, crianças, negros, índios e pobres permanece restrita nos livros didáticos a capítulos específicos ou em boxes, às margens de um modelo ainda predominantemente eurocêntrico.

Por isso, discorda-se de Wehling (1999) quando o autor determina a década de 1980, como o momento de superação do que ele denomina matriz varnhageana na história escolar, uma vez que ainda se localiza a influência do Visconde de Porto Seguro, em uma escala mais ou menos acentuada, em obras editadas em pleno século XXI, como é o caso do livro *Nosso Estado: O Espírito Santo* dos mesmos autores dos livros que são objeto desta dissertação em parceria com o professor-autor Renato Pacheco, aprovado no PNLD 2004. Naquele manual escolar

> Maria Ortiz é, por sua bravura, considerada o símbolo da mulher capixaba. [...] A bravura de Maria Ortiz se fez sentir quando lançou água fervente sobre os holandeses que invadiram Vitória, em 1625. Os invasores tentavam, pela ladeira do Pelourinho, chegar à parte alta de Vitória, onde estava o governo da vila (SANTOS NEVES; ALVARENGA ROSA; PACHECO, 2004, p. 67).

Perpetuando, desta forma, um conceito estabelecido por Varnhagen quando em sua estratégia para construção de uma memória nacional apresentou os povos europeus não portugueses como *estrangeiros/invasores,* portanto obstáculos a empreitada colonizadora de nossos principais ancestrais, os portugueses.

Uma vez que a escrita da história escolar revela-se uma prática composta por uma multiplicidade de temporalidades que se superpõem, concebe-se os livros didáticos de história como um repositório de modelos, conceitos e paradigmas que se arrastam há algumas gerações convivendo com inovações e tendências que vão sendo incorporadas e justapostas. Desta forma, os manuais escolares carregam em si todos os livros anteriores e por isso, apesar de tantas inovações na produção historiográfica brasileira, é possível afirmar que mesmo passados mais de um século desde que Capistrano de Abreu escreveu ao Barão de Rio Branco, os *quadros de ferro* de Varnhagen ainda não foram totalmente quebrados e desta feita continuam moldando parte da escrita historiográfica escolar.

2.5 Paradigma Varnhagen?

Um entusiasmado Capistrano de Abreu revelou assim ao Barão do Rio Branco, em 1890, seu ambicioso plano

> Dou-lhe uma grande notícia (para mim): estou resolvido a escrever a História do Brasil [...]. Escrevo-a porque posso reunir muita cousa que está esparsa, e espero encadear melhor certos fatos, e chamar a atenção para certos aspectos até agora menosprezados. Parece-me que poderei dizer algumas coisas novas e pelo menos quebrar os **quadros de ferro** de Varnhagen que, introduzidos por Macedo no Colégio Pedro II, ainda hoje são a base de nosso ensino" (ABREU, 1977, p. 130, grifo nosso).

Apesar de referir-se ao visconde de Porto Seguro como *mestre, guia* e *senhor* da Historiografia brasileira, para Capistrano a reescrita adequada da História do Brasil passava necessariamente pelo abandono e superação dos *quadros de ferro* estabelecidos por Varnhagen. Por isso o historiador cearense, escrevendo de um contexto marcado pela crise da monarquia e da escravidão, portanto muito diferente do de Varnhagen, procurou construir uma narrativa avessa a do historiador sorocabano, apesar de partilharem a mesma preocupação com o recurso aos documentos e a autenticidade das fontes. Na narrativa de Capistrano o homem comum e a constituição étnica do povo brasileiro, suas lutas contra a elite lusitana, o invasor português e o Estado Imperial, tornaram-se os protagonistas ao invés do Estado (REIS, 2006).

Para Wehling (1999) a expressão de Capistrano - *quadros de ferro* – corroborava sua interpretação quanto à existência de um paradigma Varnhagen moldando/influenciando a produção historiográfica brasileira[16]. Havia três características na obra do Visconde de Porto Seguro que possibilitaram a constituição desse paradigma, que seriam "[...] seu valor científico intrínseco; seu papel na construção de um determinado tipo de memória nacional; e sua força na elaboração de uma matriz explicativa da história brasileira [...]" (WEHLING, 1999, p. 195).

Temístocles Cézar (2005), em uma interpretação semelhante utilizou um evento ocorrido quando do lançamento de *História da Independência*, em 1916, como testemunha do caráter paradigmático experimentado pelo historiador sorocabano, mesmo três décadas após sua morte. De acordo com Cézar (2007) na escrita de *História da Independência* Varnhagen utilizou depoimentos coletados de pessoas contemporâneas ao processo de Independência do Brasil, no entanto, apesar da natureza das fontes utilizadas e da metodologia

[16] Em seu livro *Estado, História, Memória: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional* o historiador Arno Wehling intitula o último parágrafo como *"'Os quadros de ferro': o paradigma Varnhagen" e pretende apresentar como constituiu-se esse suposto paradigma*.

empregada, seu trabalho não recebeu críticas, fato que demonstrou “[...] o paradigma que a obra varnhageana representava [...] (CÉZAR, 2005, p. 227).”

Diante dessas evidências, pode-se, então, fazendo coro a Wehling (1999) e Cézar (2005), afirmar que o pensamento do Visconde de Porto Seguro configurou-se até a década de 1980 como um paradigma para a historiografia brasileira?

Discutindo o conceito de paradigma, Thomas Kuhn (2006) assinala que a revolução científica ocorrida na Europa do século XVI foi a origem do modelo de racionalidade hegemônico e totalitário que perdurou por toda a modernidade e evidenciou-se em nosso cotidiano invadido pelos calendários, relógios, balanças e fitas métricas. Nessa perspectiva, o universo funcionaria como um imenso relógio no qual poderia se desmontar suas peças e estudá-las minuciosamente e de forma individualizada, uma vez desvendado seu mecanismo controlar-se-ia seu funcionamento. Dentro desse modelo, quando algumas realizações científicas tornavam-se reconhecidas por uma comunidade científica específica e devido a sua originalidade passavam a atrair um grupo duradouro de seguidores, afastando e lançando ao ostracismo os estudiosos que apostavam em formas de atividades científicas distintas, estabelecia-se um paradigma (KUHN, 2006).

Este, no entanto não parece ser o caso da narrativa de Varnhagen. Para autores como Capistrano de Abreu, Luís Guimarães e Lacombe, o pensamento do Visconde de Porto Seguro não apresentava nada de original, mas sim, uma redação inspirada e fiel ao modelo de escrita historiográfica proposto por Von Martius em 1843 na monografia vencedora do concurso promovido pelo IHGB e intitulada *Como se deve escrever a História do Brasil*. Fidelidade contestada pelo próprio Visconde, que afirmara que

> "[...] a um homem que meditou sua obra é injusto dizer-lhe que achou para ela o programa feito por Martius, quando, aliás, o achou em todos os tratados do dia acerca do modo como se deve escrever a

> História geral de qualquer nação" (VARNHAGEN apud CANABRAVA, 1971, p. 419).

Ao afirmar que a escolha da monografia de Martius aconteceu porque os conceitos presentes em seu texto eram comuns aos da tribo indianista, Sharyse Amaral (2004), ainda que de forma indireta, fornece mais um argumento contra aquela relação, uma vez que o anti-indianismo foi uma das características mais marcantes da produção varnhageana.

Outros autores como Canabrava (1971), Wehling (1999) e Reis (2002) também refutaram a tese da inspiração determinante de Martius no trabalho de Varnhagen. Wehling (1999), por exemplo, ressalta o fato de que o botânico e antropólogo alemão, assim como os fundadores do IHGB, não pertenceram à mesma geração do Visconde de Porto Seguro, por isso, era adepto de um modelo explicativo diferente do de Varnhagen: o historicismo filosófico, modelo predominante no século XVIII. Varnhagen, por sua vez, era filiado ao historicismo alemão (WEHLING, 1999).

Apesar de apontarem a dificuldade em definir o historicismo[17], Canabrava (1971), Reis (2002) e Wehling (1999) concordam ser Ranke o principal pensador dessa escola historiográfica e a maior influência no trabalho de Varnhagen, apesar do Visconde de Porto Seguro não fazer uma menção sequer ao historiador alemão em sua produção bibliográfica.

Outros estudos discutem ainda como outros referenciais teóricos interferiram na formação e produção do historiador sorocabano, é o caso do trabalho de Laura Oliveira (2000) que identifica na obra *História da América*, do historiador inglês William Robertson a inspiração para a longa e detratora descrição dos indígenas presentes no *Discurso Preliminar,* publicado na primeira edição do segundo volume de *História Geral do Brasil*, em 1857, enquanto que a concepção de que os povos indígenas seriam descendentes de um povo do Mundo Antigo

[17] Segundo Reis (2002) as dificuldades começam com a grafia, uma vez que os termos variam conforme o país, na Alemanha, por exemplo, historismo é a forma mais utilizada, enquanto que na França prevalece o termo historicismo.

foi inspirada na leitura da obra do filósofo e político francês Joseph de Maistre (OLIVEIRA, 2000).

Temístocles Cezar (1999), por sua vez, destaca a influência dos relatos de viagem do quinhentista Gabriel Soares de Sousa nos escritos e classificações de Varnhagen.

O cenário até aqui apresentado, suas convergências e divergências, é característico das ciências sociais, e é justamente por isso, pela dificuldade em se estabelecer consensos, que as ciências que lidam com a ação humana não alcançam o caráter paradigmático experimentado pelas ciências naturais, aquelas sim, quantificáveis, objetivas (KUHN, 2006).

Pode-se afirmar, então, que Varnhagen era um típico historiador da primeira metade do século XIX, período onde a História, assim como uma língua, nesse momento alçada ao patamar de língua oficial, a literatura e a educação pública, assumiu a missão de forjar nos cidadãos o sentimento de pertencimento à nação. Desta forma, a obra de Varnhagen não pode ser considerada paradigmática, mas, é indiscutível a influência do pensamento do Visconde de Porto Seguro na historiografia brasileira tanto acadêmica quanto escolar.

2.6 Conclusões

História Geral do Brasil foi produzida em um contexto onde a História firmava-se enquanto ciência. Seu autor acreditava que somente através de documentos originais analisados sob um viés científico e da forma mais imparcial possível, seria possível reconstituir o passado da nação, o que depreende-se a partir do próprio Varnhagen:

> [...] primeiro dote do historiador a fria imparcialidade no exame da verdade. Pela nossa parte em attingir esta, até onde a podemos apurar pelos documentos conhecidos hoje, puzemos todo o desvelo: convencidos de que ella, e só ella, pode offerecer harmonia eterna entre os factos; ao passo que a falsidade, mais dia, menos dia, é punida pela contradição que o tempo não tarda a manifestar (VARNHAGEN, 1854, p. 12).

O acesso àqueles documentos, facilitada pela sua função de embaixador, possibilitou que *História Geral do Brasil* se configurasse em referência para várias obras, acadêmicas e escolares, posteriormente publicadas.

Com a morte do autor o IHGB, que até então reservara uma postura depreciativa ao Visconde e sua obra, resolve construir uma representação de Varnhagen, agora ilustre sócio, enquanto fundador da História do Brasil advogando para o Instituto o papel de *lócus* legítimo para instituição e preservação de uma história nacional (RIBEIRO, 2009).

A presença dos “quadros de ferro” de Varnhagen nos livros didáticos em pleno século XXI, além de demonstrarem que a obra de Capistrano não conseguiu quebrá-los, comprova a força daquele pensamento. Alguns autores diante dessa presença acreditaram estar diante de um paradigma.

No entanto, como se pode observar neste capítulo a narrativa varnhageana não possuía nada de original. Até o anti-indianismo que Alice Canabrava (1971) apontara como prova da unicidade daquele pensamento, era compartilhado por outros autores, inclusive, em alguns aspectos, pelos próprios indianistas. Todavia, se não se confirma o caráter paradigmático de Varnhagen é inegável que seu pensamento influenciou (e influencia) a história didática produzida no Brasil.

O desafio que se propõe no próximo capítulo é verificar em quais circunstâncias os livros escolares *Anchieta: Nosso Município* e *Piúma: Nosso Município* foram produzidos. Partindo do pressuposto de que seus inúmeros autores compartilham as representações inscritas em outros manuais de história do Espírito Santo, sugere-se analisar essas representações e se, elas interferiram ou não nas reações dos moradores de Piúma e Anchieta diante das inúmeras transformações da região nas últimas décadas.

CAPÍTULO 3. ANCHIETA E PIÚMA, ENTRE REPRESENTAÇÕES E APROPRIAÇÕES

> "Salve, oh, povo espírito-santense! Herdeiro de um passado glorioso, Somos nós a falange do presente, Em busca de um futuro esperançoso" (Trecho do Hino do Estado do Espírito Santo).

Na década de 1970 a história escolar capixaba atravessou uma série de transformações. Além das mudanças de ordem material, como a passagem de um modelo de confecção artesanal para uma produção industrial, a narrativa escolar naquele período consolidou o que André Luiz Pirola (2008) *denominou* de *representação de um Estado em Marcha para o Desenvolvimento*[1].

No plano político o Espírito Santo estava sendo governado desde 1967 por Christiano Dias Lopes Filho que, pretendendo promover o crescimento econômico do Estado, atraiu empreendimentos priorizando as indústrias de bens de produção, com destaque às mineradoras e siderúrgicas, voltadas ao comércio exterior. Em 1971, último ano de seu governo, foi publicado *O Espírito Santo é Assim* obra que consolidou no plano literário e histórico a representação desenvolvimentista forjada naquela gestão (PIROLA, 2008). A obra foi assinada por Neida Lúcia Moraes e apesar de não tratar-se especificamente de um livro didático influenciou as representações de Espírito Santo impressas nos livros escolares até os dias atuais (PIROLA, 2008).

A permanência dessa representação e outros temas, objetos, sujeitos e abordagens nos manuais escolares mais recentes, apesar da renovação da historiografia nas últimas décadas, pode ser compreendida pelo fato de que

> As diferentes gerações de intelectuais que escreveram a História do Espírito Santo, sendo aqui percebidas superpostas em uma mesma temporalidade, embora em diferentes tempos cronológicos, criavam

[1] Esse foi o título da mensagem do governador Christiano Dias Lopes Filho à Assembleia Legislativa, em 15 de junho de 1968, na prestação de contas referente ao exercício de 1967 e de um capítulo do livro *O Espírito Santo é Assim* (1971), obra que celebrava aquele mesmo governo.

> para si identidades. Estas eram consolidadas através de uma escrita da História também com finalidade didática, e não se anulavam ao se sucederem, mas se adicionavam e se superpunham (...) [assim] as representações identitárias presentes nos atuais livros didáticos de História Regional do Espírito Santo, são também representações particulares do tempo histórico, sínteses de debates anteriores produzidas em um contexto específico, mas que são interpretações e ideias acerca de um Espírito Santo e dos espírito-santenses (LEITE, 2007, p. 195, 196).

Uma vez compartilhada por um público consumidor, essa escrita deixa de ser obra somente daqueles autores para tornar-se obra de todo grupo que a demandou, de

> [...] Toda uma *comunidade* que interpreta o Espírito Santo a partir de determinados valores e que, nestas mesmas obras didáticas, encontram seus correlatos. Podemos inserir, como exemplo, a nossa própria *comunidade* de professores, cuja trajetória escolar enquanto alunos foi construída a partir das *representações* dadas a ler nos manuais didáticos da Ditadura Militar (PIROLA, 2008, p. 221).

Da mesma forma que os professores, muitos dos indivíduos que ocupa(ra)m cargos políticos no Espírito Santo também utiliza(ra)m essa representação, expressa, por exemplo, nos lemas institucionais das últimas duas gestões que governaram este Estado: “Um Novo Espírito Santo” (Paulo Hartung - 2003-2010) e “Crescer é com a gente” (Renato Casagrande - 2011-2014).

Como, para Chartier (1990, 2002) uma realidade social é construída, pensada e dada a ler em diferentes momentos e lugares, logo as representações são construídas de acordo com as intenções de quem as concebeu e quando as concebeu, um trecho do prefácio que celebra o lançamento da 3ª edição da obra *História do Espírito Santo* de José Teixeira de Oliveira, assinado pelo governador Paulo Hartung (2008, p. XX), permite tecer importantes considerações

> Conscientes do que fomos, de nossos pontos fortes e fracos, de nossas aptidões e dons, seremos, cada vez mais, capixabas fortes, com ampliado potencial de vitória. Ou seja, a consciência de nossa trajetória histórica só tem a contribuir com o nosso futuro.

> Um futuro que trabalhamos e lutamos no presente para que seja de igualdade de oportunidades a todos os capixabas, a partir de um novo modelo de desenvolvimento, socialmente inclusivo, ambientalmente sustentável e geograficamente desconcentrado.

Se por um lado o excerto confirma, assim como os lemas institucionais, a permanência de uma representação desenvolvimentista, linear e evolutiva, por outro, revela que essa representação agora vem acompanhada de preocupações sociais e ambientais as quais serão sintetizadas ancorados na definição do professor Ignacy Sachs, como *desenvolvimento sustentável*[2]

> A sustentabilidade no tempo das civilizações humanas vai depender da sua capacidade de se submeter aos preceitos de prudência ecológica e de fazer um bom uso da natureza. É por isso que falamos em *desenvolvimento sustentável*. A rigor, a adjetivação deveria ser desdobrada em socialmente *includente* e ambientalmente *sustentável* e economicamente *sustentado* no tempo (SACHS, 2004, p. 02, grifo do autor).

O projeto político e econômico introduzido no governo de Christiano Dias Lopes, e tradicionalmente conhecido como Grandes Projetos Industriais, atraiu a atenção da empresa australiana BHP Billiton. Líder no setor de mineração mundial, a transnacional instalou a usina de pelotização da Samarco em setembro de 1977 e construiu o Terminal Marítimo de Ponta de Ubu, em Anchieta, provocando neste município e nas regiões vizinhas, especialmente nos municípios de Piúma e Guarapari profundas alterações demográficas, sociais, culturais e ambientais. Diante dessas transformações, os moradores dessas cidades adotaram as mais variadas estratégias como acomodação, rejeição e resistência, boa parte delas inseridas na representação de um *Estado em Marcha para o desenvolvimento sustentável*.

Nas próximas páginas apresenta-se um breve histórico das cidades de Anchieta e Piúma. Na sequência discuti-se o contexto em que os livros *Anchieta: Nosso Município* e *Piúma: Nosso Município* foram produzidos e como

[2] Há uma tendência a substituição do conceito de desenvolvimento sustentável pelo termo sustentabilidade, mas por uma questão estética adotaremos neste trabalho o primeiro.

alguns veículos de comunicação, documentos oficiais e trabalhos acadêmicos apropriam-se da representação desenvolvimentista quando interpretam as alterações ocorridas na região a partir das últimas décadas do século XX. Finalmente, abordam-se as estratégias desenvolvidas por aqueles moradores diante desse fenômeno.

3.1 Sete mil anos de história

Localizadas às margens de estuários foi a rica biodiversidade do território onde hoje localizam-se os municípios de Piúma e Anchieta que atraiu os primeiros grupos humanos à região há mais de 7.000 anos. Com o tempo, aquelas primeiras comunidades que viviam basicamente da coleta de moluscos e da pesca, foram sendo expulsas e substituídas por outras sociedades indígenas, como os de Tradição Una e Aratu, que se alojaram na região. Os grupos indígenas de línguas do Tronco Tupi (família Tupi-Guarani) e do Tronco Macro-Jê (famílias Puri e Borun) foram os últimos a se estabelecerem e foram seus descendentes que entraram em contato com os europeus que desembarcaram na região no século XVI (SCATAMACHIA, 2007). A alta densidade demográfica da região despertou a atenção dos sacerdotes da Companhia de Jesus que fundariam no final do século XVI a aldeia de Reriritiba, atual cidade de Anchieta, na foz do rio Benevente, e uma Missão em Orobó, interior de Piúma.

Em 1759, D. José I, assessorado pelo marquês de Pombal, decreta a expulsão dos jesuítas do Brasil e a Aldeia de Reritiba é intitulada vila, recebendo um nome de origem portuguesa, Benevente, que em 1887, quando elevada à condição de cidade, foi alterado para Anchieta, homenagem ao jesuíta apontado tradicionalmente como fundador do aldeamento. Quanto aos índios que habitavam a antiga Aldeia, apesar do Diretório dos Índios - lei editada em 1755 e estendida a toda Colônia portuguesa na América em 1758, que dispunha sobre os aldeamentos indígenas - estabelecer que

> [...] as terras das Aldeias, adjacentes às povoações indígenas, deveriam pertencer aos índios quando as mesmas fossem transformadas em Vilas, e que os mesmos deveriam ter acesso aos rios, ao mar e às terras adjacentes às suas Povoações [...] na Vila Nova de Benavente, os sesmeiros, cujas terras estavam situadas próximas a esses lugares, apropriavam-se, também das praias e locais de pescarias, impedindo aos índios de exercer suas principais atividades de subsistência (MATTOS, 2009, p. 25).

No século XIX o avanço da cultura cafeeira provocou transformações na distribuição da população do Espírito Santo, surgindo polos escravistas no Sul e no Norte da Província, como na vila de Itapemirim, município vizinho de Piúma, que abrigava sozinho 46% desse contingente populacional (CAMPOS, 2011). Na vila de Benevente[3], apesar da população ser inferior a de Itapemirim, também houve um incremento dessa população negra (Tabela 2), que, somados a migrantes brasileiros e imigrantes, sobretudo italianos, mudaram o perfil étnico da população dessa região.

Tabela 2- Distribuição da população da Vila de Benevente (1856-1872)

Ano	Livres	Escravos
1856	6.536	758
1872	7.014	1.474

Fonte: Campos (2011).

Em um primeiro momento as safras de café cultivadas no interior da região eram comercializadas nos portos localizados na foz dos rios Piúma e Benevente. Com a instalação da estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, projeto concluído em 1910, quando completou-se a ligação ferroviária entre Vitória e Cachoeiro de Itapemirim, houve um processo gradual de esvaziamento dos portos litorâneos do sul capixaba entre eles os de Piúma e Anchieta.

Durante a primeira metade do século XX, enquanto que em seus núcleos urbanos, localizados à beira-mar a população vivia basicamente da pesca artesanal e da coleta de moluscos, no interior de Anchieta e Piúma

[3] O território do atual município de Piúma pertencia, naquele período, a vila de Benevente (Anchieta).

predominaram as pequenas propriedades baseadas na agricultura familiar, situação que começou a alterar-se a partir da implantação da Samarco, em Ubu, Anchieta, no final da década de 1970.

3.2 Uma região em marcha para o desenvolvimento (sustentável)

Sob o argumento de reversão das desigualdades econômicas existentes entre as distintas regiões que compõem o estado do Espírito Santo[4]; objetivo expresso também no trecho do prefácio que se reproduziu anteriormente de autoria deste mesmo governador; Paulo Hartung anunciou em 2006 um plano estratégico de investimentos para o período de 2005 até 2025, denominado Plano 2025. Ancorado em um histórico de articulação da economia capixaba ao comércio exterior, o Plano pretendia criar polos de desenvolvimento em todas as microrregiões capixabas articulados às redes globais que propiciassem a integração regional e a descentralização da economia espírito-santense (BARBOSA, 2010). Inserido nessa estratégia, o governo estadual criou, através do Decreto estadual nº 1247-S de 10 de julho de 2007, o Polo Industrial e de Serviços de Anchieta, o primeiro grande distrito industrial fora da Grande Vitória, que deveria "[...] abrigar atividades siderúrgicas, mineradoras, de petróleo e gás, além da estrutura logística portuária e ferroviária [...]" (BARBOSA, 2010, p. 141).

Ainda conforme Barbosa (2010), o fato das cidades de Anchieta e Aracruz localizarem-se próximas a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) e possuírem uma grande indústria; a Samarco em Anchieta e a Fíbria Celulose em Aracruz; além de uma estrutura portuária, fez com que, apesar do discurso descentralizador do governo estadual explícito no Plano 2025, houvesse uma concentração dos investimentos naquelas duas cidades, como demonstraram publicações como *Investimentos previstos para o Espírito Santo 2009-2014* (IJSN, 2009). O estudo do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) revelava que 31,1% dos investimentos previstos para aquele período seriam destinados

[4] Segundo dados do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) era a responsável em 2006 por 63,1% do PIB capixaba.

a Região Metropolitana da Grande Vitória, 26,6% para microrregião do Polo Linhares; onde localizava-se Aracruz; e 23,7% para a Metrópole Expandida Sul[5], restando 18,6% dos investimentos para as outras 09 microrregiões. Essa priorização dos municípios de Anchieta e Aracruz incentivou o que Isabela Barbosa (2010, p. 112) denominou de *processo de metropolização das microrregiões litorâneas próximas a RMGV* (Figura 1).

Vizinho ao município de Piúma, Anchieta, que está localizada na Microrregião Litoral Sul (Figura 2) do estado do Espírito Santo, tem recebido um aporte considerável de investimentos no setor de mineração; a construção de uma quarta usina de pelotização na Samarco, empresa de lavra, beneficiamento, pelotização e exportação de minério de ferro que produz anualmente 22,250 milhões de toneladas de pelotas de minério de ferro, geraram no pico das obras 13 mil postos de trabalho, e calcula-se a oferta de 1.100 empregos na fase de operação desta usina que acrescentar-se-ão aos atuais 2.359 empregos diretos e 3.370 empregos indiretos gerados pela empresa na região (A SAMARCO, acesso em 26 ago. 2013). Existem também projetos para siderurgia, como a implantação da Companhia Siderúrgica de Ubu (CSU), empreendimento da Vale que deve

> [...] injetar R$ 10 bilhões na planta industrial que vai produzir cinco milhões de toneladas de aço por ano. O funcionamento da empresa vai colocar R$ 8 bilhões por ano na economia do Espírito Santo, valor que representa 10% da atual receita do Estado [...] (QUARTO, 2012).

Números, para o autor da matéria, legitimados por quem os forneceu: a Fundação Espírito-Santense de Tecnologia (FEST), ligada à Universidade Federal do Espírito Santo.

[5] Mantivemos o termo originalmente citado no documento do Instituto Jones dos Santos Neves publicado em 2009: “Metrópole Expandida Sul”. Porém a partir de 2012 o governo do estado do Espírito Santo promoveu novo reagrupamento alterando de doze para dez as microrregiões capixabas. Nesta nova divisão Anchieta, ao lado de Piúma, Alfredo Chaves, Iconha, Rio Novo do Sul, Presidente Kennedy, Itapemirim e Marataízes, está localizada na Microrregião Litoral Sul.

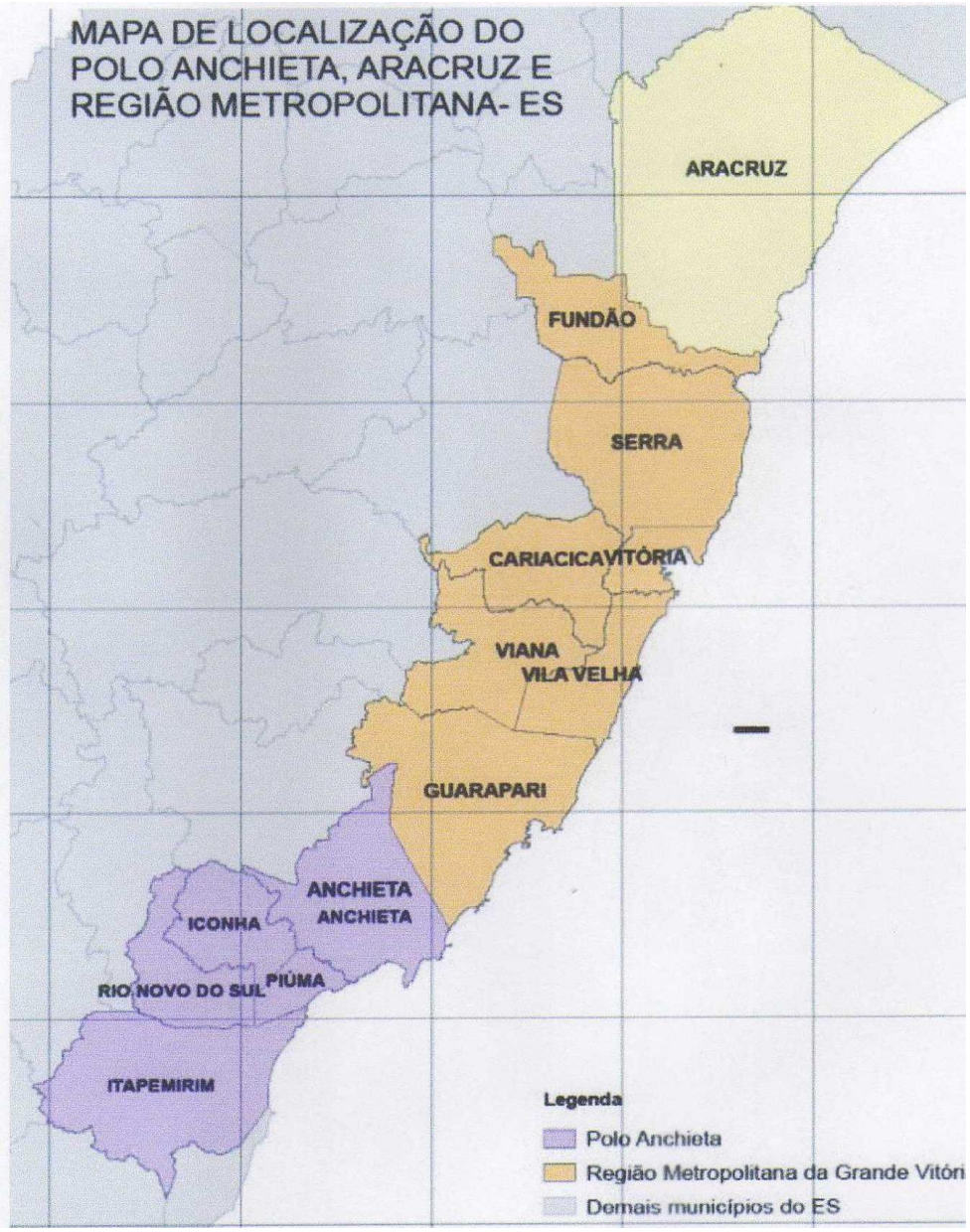


Figura 1 - Metropolização das microrregiões litorâneas próximas a RMGV.
Fonte: Barbosa (2010).

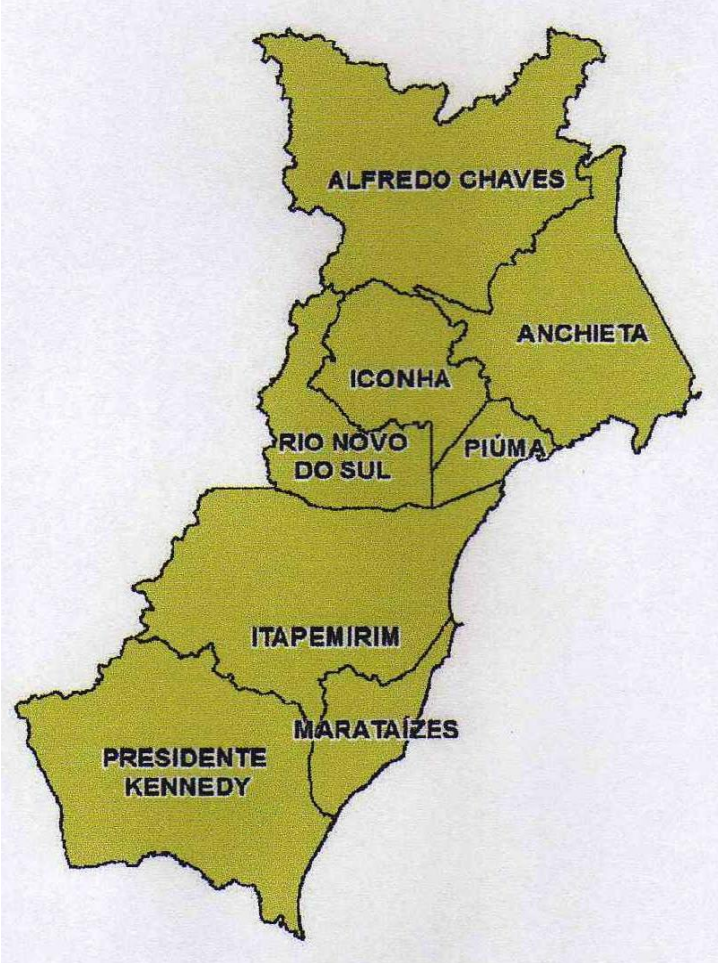


Figura 2 - Microrregião Litoral Sul.
Fonte: Barbosa (2010).

Com a mesma entonação parte dos meios de comunicação capixaba, corroborando para a representação de um futuro promissor para a região, como podem-se observar nos trechos a seguir, festejam as descobertas e os investimentos:

> A produção de petróleo no Litoral Sul já começa a atrair grandes empresas também no segmento de prestação de serviços. O prefeito de Anchieta, Edval Petri anuncia, hoje, que a empresa de origem norte-americana Halliburton instalará uma base de operação no município para atender, em princípio, às necessidades da Petrobras na região. (ZANDONADI, 2009).

> Uma nova fase na produção de petróleo começará no próximo mês no Litoral Sul do Espírito Santo: o primeiro navio-plataforma que produzirá especificamente a partir do pré-sal. O “Cidade de Anchieta” já está no campo de Baleia Azul, no Parque das Baleias.

> A produção do “Cidade de Anchieta” chegará aos 80 mil barris por dia até o final deste ano (ZANDONADI, 2012).
>
> [...] há dez anos, as reservas de petróleo e gás no Espírito Santo, eram de 65 milhões de barris. Hoje este volume confirmado chega a 2,6 bilhões de barris, ou seja, 40 mil vezes mais, um crescimento gigantesco” (ZANDONADI, 2007, p.15).

O petróleo então assumiu nos últimos anos o papel de passaporte para o iminente progresso do Espírito Santo, tal como, o café e sucessivamente as indústrias ocuparam outrora.

Na Microrregião Litoral Sul, além das plataformas para exploração de petróleo e gás natural operadas por empresas como Shell e Petrobrás no litoral dos municípios de Piúma, Itapemirim, Marataízes, Presidente Kennedy e Anchieta, a estatal petroleira instalou uma Estação de Compressão de Gás em Piúma e uma Unidade de Tratamento de Gás em Anchieta no primeiro trimestre de 2014, interligada a unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência (em inglês *Floating Production Storage and Offloading, FPSO*) Cidade de Anchieta.

Essa atividade petrolífera tem atraído para região algumas empresas, como a norte-americana Halliburton, citada pela jornalista Denise Zandonadi (2009) e sua conterrânea a *Edison Chouest Offshore* que anunciou a construção de uma base de apoio logístico a embarcações *offshore* (que atuam em alto-mar) na Praia da Gamboa em Itaipava, município de Itapemirim, vizinho a Piúma.

Apesar de alguns desses projetos ainda estarem em fase de licenciamento ambiental, como a base na Praia da Gamboa, ou mesmo sendo reavaliados em razão da crise econômica internacional, como é o caso da CSU, essas perspectivas e a consecução de alguns desses empreendimentos tem intensificado o processo de urbanização da região. Como apontam os dados da RAIS MIGRA, uma base de dados do Ministério do Trabalho que por meio do número do PIS do trabalhador formal acompanha sua trajetória geográfica, ocupacional e setorial ao longo do tempo.

Conforme aqueles dados, “[...] o número de trabalhadores que se desligaram de um emprego em 2008 em todo o país e criaram um vínculo empregatício em 2009 em Anchieta totalizou 1907 trabalhadores” (IJSN, 2011, p. 27), números que colocam o município entre as cinco cidades capixabas que mais receberam trabalhadores naquele ano, numa proporção mobilidade de trabalhadores e população do município. Esses dados revelam ainda que além de atrair trabalhadores de outras cidades capixabas, o crescimento das atividades econômicas em Anchieta tem atraído indivíduos oriundos de vários estados, como Minas Gerais (153), São Paulo (122), Rio de Janeiro (39) e Bahia (32), Mato Grosso do Sul (06), Paraná, (04), Rio Grande do Sul (02), Alagoas, Goiás, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Tocantins (01 cada) (IJSN, 2011, p. 38).

Todavia, o processo de industrialização de Anchieta não iniciou-se neste início de século. Na verdade, o ponto inicial foi a instalação da usina de pelotização da Samarco em setembro de 1977 e a construção do Terminal Marítimo de Ponta de Ubu, no litoral anchietense, empreendimentos, inseridos, na política econômica adotada no Espírito Santo de incentivos fiscais e atração de indústrias, que ficou conhecido como Grandes Projetos. A instalação dessas empresas trouxe, principalmente para os municípios da Grande Vitória, mas também para Anchieta e seus vizinhos, Guarapari e Piúma,

> [...] uma série de outras indústrias de suporte, tais como as de produtos químicos, construção civil, transportes. Essa industrialização temporal e espacialmente concentrada impulsionou um forte movimento migratório de mão de obra, qualificada ou não que, por seu turno, provocou a concentração urbana e criou demandas de serviços variados, o que também funcionou e funciona como motor de outros deslocamentos populacionais [...]. O contingente populacional cria demanda por moradia e serviços nas cidades, mas também promove a ocupação de outras áreas litorâneas, para segunda residência ou lazer, o que por sua vez gera processos de valorização da terra, de novos fluxos migratórios, de demanda de infraestrutura de deslocamento, de serviços (USO..., 21 ago. 2007).

A inserção de Anchieta, e em menor escala de Piúma, nessa expansão

demográfica e econômica iniciada então com a implantação da Samarco Mineração S.A. e a construção do porto trouxeram à região migrantes em busca de trabalho, o que, como se pode constatar nas Tabelas 3 e 4, aumentou significativamente a população de Anchieta, sobretudo a urbana, provocando êxodo de parte da população nativa, da zona rural de Anchieta e municípios vizinhos (FUKUDA, 2012; RAMOS; MARTINS, 2012).

TABELA 3 - CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO DE ANCHIETA (1960-2010)

1960	1970	1980	1991	2000	2010
10.374	11.361	11.427	14.934	19.176	23.984

Fonte: IBGE (Censos demográficos 1960-2010)

TABELA 4 - POPULAÇÃO RESIDENTE EM ANCHIETA ENTRE 1970-2010, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO (%)

Distribuição da População	1970	1980	1991	2000	2010
Rural	80,07	46,28	41,12	31,1	24,01
Urbano	19,93	53,72	58,88	68,9	75,99
Total	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**

Fonte: IBGE (Censos demográficos 1970-2010)

Outro fenômeno que afetou a região, esse em maior escala o município de Piúma, diz respeito ao que os demógrafos denominam de urbanização turística. Segundo a publicação *Tendências Demográficas: uma análise da amostra do Censo Demográfico 2000*, do IBGE, enquanto 1164 municípios brasileiros tiveram um crescimento médio de 1,5% a 3,0% ao ano entre 1991 e 2000, apenas 654 municípios, ou 11,9% do total, apresentaram um ritmo de crescimento anual superior a 3,0%, sendo a maioria desses municípios localizados no litoral do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Santa Catarina e parte da região Nordeste. Esse crescimento demográfico superior às taxas regionais e nacional e típico das cidades turísticas é um dos fatores que explicariam os

números observados em Piúma nos últimos 20 anos, inclusive se comparado ao das demais cidades que compõe a Microrregião Litoral Sul (Tabela 5).

TABELA 5 - TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO ANUAL (%)

Local	Períodos	
	1991-2000	2000-2010
Brasil	1,63	1,17
Estado do Espírito Santo	1,98	1,27
Piúma	**5,15**	**1,92**
Anchieta	2,82	2,23
Marataízes	2,85	1,1
Itapemirim	2,85	0,98
Alfredo Chaves	0,82	0,25
Iconha	1,37	0,87
Rio Novo do Sul	1,35	0,05
Presidente Kennedy	0,58	0,77

Fonte: IJSN (2011)

Foi a partir da década de 1960 que a cidade começou a receber os primeiros veranistas, vindos especialmente de Minas Gerais e Brasília. Alguns setores da cidade, percebendo as possibilidades criadas por essa atividade econômica começaram a oferecer uma infraestrutura a esses turistas, surgindo as primeiras pousadas, restaurantes e quiosques. Após a emancipação política do município, em 1964, as diferentes lideranças políticas que administraram a cidade adotam o discurso, presente até a atualidade, da necessidade dos órgãos públicos fomentarem essa atividade econômica.

A implantação da Samarco, o turismo e, posteriormente, a exploração do petróleo e gás trouxeram crescimento econômico a região a partir da oferta de empregos e aumento da renda, além de elevarem significativamente a receita dos municípios de Piúma e Anchieta[6]. Por outro lado esse desenvolvimento

[6] Anchieta ocupava no ano de 2012 o posto de 2ª maior receita per capita do estado do Espírito Santo com um valor de R$ 11.561,74 valor cinco vezes superior ao da cidade vizinha de Guarapari com R$ 2.049,72. Enquanto que em Piúma, a receita total saltou de R$ 30.460,1 mil em 2007, para R$ 54.915,8 em 2012 (FINANÇAS DOS MUNICÍPIOS CAPIXABAS, 2013, p. 12).

enfrenta críticas dos mais variados setores, afinal, como afirmara Chartier, todo discurso é proferido a partir da posição ocupada por quem o produz, sendo assim, cada grupo tenta impor sua percepção do social sobre os outros, fazendo com que as representações estejam em um eterno "[...] campo de concorrência e de competição cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação" (CHARTIER, 1990, p. 17).

Entre as críticas estão as da própria imprensa, como as apresentadas pelo repórter Leonardo Quarto (2012). Na mesma notícia, reproduzida anteriormente, que apresentava as perspectivas de investimento para a construção e operação da CSU, novamente utilizando a academia para legitimar seus dados, Quarto descreve que

> [...] bons indicadores econômicos e o aumento da oferta de empregos não significam melhorias significativas na oferta de serviços e qualidade de vida para a população. Muitas vezes, o PIB de um município não se confirma na renda média da população, explica o professor Roberto Garcia Simões, *titular do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo* (QUARTO, 2012, grifo nosso).

Discursos como esse comprovam que as críticas não ambicionam superar a representação de um Estado em marcha para o desenvolvimento, mas reformulá-la acrescentando preocupações ambientais e sociais. Ideia compartida em todas as esferas, inclusive na empresarial, que sob pressão legal e preocupada em construir uma imagem positiva diante de seus clientes e da comunidade de seu entorno incorporou esse discurso. Abaixo, nota-se como a Samarco anuncia em seu sítio eletrônico a construção de sua 4ª usina de pelotização

> Responsabilidade ambiental. Um compromisso que a Samarco faz questão de preservar.
> Para que as etapas de execução do P4P estejam em conformidade com as práticas sustentáveis, a Samarco elaborou programas de mitigação dos impactos em Germano, Ubu e ao longo das obras do Mineroduto (SAMARCO, 2013).

Como o campo das representações é um espaço de lutas intermitentes, já que diferentes grupos tentam impor sobre os outros "[...] a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio [...]" (CHARTIER, 1990, p. 17), esse modelo de desenvolvimento atrai diversos críticos. É o caso de Isabella Barbosa que repudia o que chama de "suposto desenvolvimento", afirmando que o mesmo é

> [...] ceifado pela própria contradição inerente ao seu discurso, ou seja, a possibilidade quase irrefutável da fragmentação de áreas ambientalmente sensíveis, inadequação da infraestrutura e equipamentos sociais para atendimento às demandas do Polo e comprometimento da base social e cotidiana das populações tradicionais (BARBOSA, 2010, p. 318).

Outro trabalho nessa tendência é o de Rachel Fukuda (2012) que ao analisar a industrialização de Anchieta e seus reflexos sobre este município e Guarapari, município limítrofe, destacou os impactos ambientais; como os elevados níveis de poluição observados na região da Lagoa Mãe-Bá e nas praias de Mãe-Bá e do Além, situadas no entorno da Samarco; e a formação de bolsões de pobreza na periferia dessas cidades. Fukuda (2012) identificou ainda um suposto um conflito entre *estabelecidos* (os antigos moradores dessas cidades, que moram nas áreas centrais) e *outsiders* (os migrantes que moram nas regiões periféricas), bem ao estilo do ocorrido na pequena cidade inglesa e descrito na obra de Norbert Elias[7].

Exageros à parte, Ramos e Martins (2012) discutem o impacto dessa industrialização na agricultura familiar de Anchieta, apresentando o que interpretam como um conflito entre os interesses das empresas e o das comunidades.

Para Chartier, os discursos afetam de diferentes maneiras o receptor, conduzindo-o "[...] a uma nova forma de compreensão de si próprio e do

[7] ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

mundo” (CHARTIER, 1990, p. 24), uma vez que as práticas são histórica e socialmente variáveis e que os sujeitos também são múltiplos e encarnados, não há uma afecção universal. Sendo assim, por mais que os autores produzam seus discursos para um determinado público com uma dada intenção, as individualidades de quem os recebem produzem distintas apropriações. Respaldados neste conceito, discuti-se a seguir como os moradores de Piúma e Anchieta têm reagido a tais discursos.

3.3 Construindo uma representação de identidade local

Pressionados pela futura instalação da sede da CSU, na área onde hoje estão localizadas suas comunidades, os moradores de Chapada do Á e Monteiro, em Anchieta, ambas de origem indígena, diante da possibilidade de desaparecimento de suas localidades moveram processos em 2011 contra o empreendimento. Uma das ações, na justiça comum, tentava impedir o processo de licenciamento ambiental para a construção da siderúrgica, outra, na Fundação Nacional do Índio (FUNAI), solicitava o reconhecimento de suas propriedades como terras indígenas. No ano anterior, o Grupo de Apoio ao Meio Ambiente de Anchieta (GAMA), instituição majoritariamente composta por mulheres anchietenses e criada em 1987, solicitou providências ao Ministério Público Estadual do Espírito Santo (MPES), diante das denúncias de que funcionários contratados pela CSU estariam exercendo pressão psicológica sobre os moradores de Chapada do Á e Monteiro para que vendessem suas terras.

Outros segmentos tem reivindicado junto aos agentes políticos e ao empresariado iniciativas para a qualificação da mão de obra local, proposta que foi parcialmente atendida, com a inauguração de dois *campus* do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) na região, um em Guarapari e outro em Piúma, no ano de 2010. Neste mesmo ano, a CSU ofereceu um curso preparatório para que alunos da rede pública do município de Guarapari

obtivessem aprovação no concurso de admissão do IFES local. Além dessas iniciativas, desde 2003 o município de Anchieta sedia uma unidade do SENAI, enquanto que a Samarco oferece cursos gratuitos de capacitação profissional exigindo como pré-requisito que os candidatos residam em Anchieta, Piúma ou Guarapari.

No entanto, é a postura do poder público nas duas últimas décadas diante de algumas atividades populares o que mais interessa a este trabalho. Para Alessia de Biase (2001) na tentativa de construir uma representação de identidade alguns aspectos como arquitetura, a música, a língua, a culinária ou as danças folclóricas adquirem um papel considerável, pois "[...] podem modificar totalmente o olhar que se pode ter sobre si mesmo" (BIASE, 2001, p. 186). Apostando nesses e em outros elementos alguns agentes públicos e parte da sociedade civil tem incentivado ou organizado uma série de atividades na região dentro de seu "projeto" de construção de uma representação de identidade local. Entre essas iniciativas, exemplifica-se a (re)criação de grupos folclóricos como "As pastorinhas", os quais algumas senhoras residentes em Piúma apresentam a manifestação da Folia de Reis, ou ainda festividades como a Festa do Folclore, evento organizado pela prefeitura de Piúma em parceria com as escolas do município, em que os estudantes promovem apresentações relacionadas ao folclore local.

Em Anchieta, além do apoio aos grupos de dança como o do Divino Espírito Santo do distrito de Jabaquara, o Grupo Nona Adélia de Alto Pongal e os Brandarinos da comunidade de Belo Horizonte, a prefeitura inaugurou em 2011 uma estátua em homenagem a Valentim Manoel dos Santos (Figura 3). Hoje com 94 anos, mestre Valentim, é o líder do Grupo de Jongo Tambores de São Mateus, comunidade negra, localizada no interior de Anchieta. Conforme os moradores, o grupo tem mais de 150 anos de existência, a maioria deles marcados pela perseguição das autoridades municipais e religiosas. Mudança de postura que, para Juçara Leite (2007) iniciou-se na década de 1940 inserida em um esforço nacional, com a fundação do Centro Capixaba de Folclore, que objetivando forjar uma identidade local, incentivou a preservação e reconstrução de uma autêntica "cultura popular", como marca da diferença.

Figura 3 – Estátua do Mestre Valentim
Fonte: http://www.anchieta.es.gov.br/car_pos_env.aspx?cd=269

Ainda nesse esforço de construção de uma representação de identidade local, no ano de 2011 a prefeitura de Anchieta adquiriu um antigo hotel da década de 1940, localizado na região central da cidade, e após um investimento de mais R$ 2,1 milhões de reais, transformou-o no Centro Cultural de Anchieta.

Existem também iniciativas no sentido de exaltar a participação dos italianos na construção étnica e cultural da cidade, como se pode observar no brasão da cidade (Figura 4), impresso na primeira página no corpo do livro *Anchieta: Nosso Município*. No brasão, além da alusão a aldeia indígena que deu origem a cidade, a igreja de Nossa Senhora da Assunção construída pelos jesuítas e as conchas, origem do primeiro nome da localidade – Reritiba, lugar de muitas ostras –, destacam-se as cores e a disposição das mesmas, em clara referência a bandeira italiana.

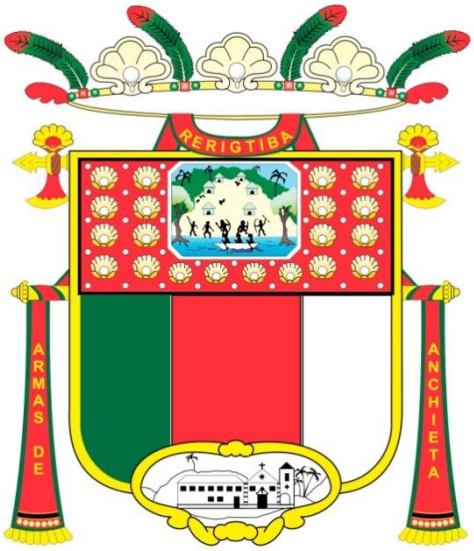


Figura 4 - Brasão do Município de Anchieta. Fonte: http://www.anchieta.es.gov.br/

Para Mario Carretero a história convive com três sentidos: a história escolar, impressa nos materiais didáticos; a história acadêmica e a história cotidiana

> elemento de uma memória coletiva que, de uma forma ou de outra, inscreve-se permanentemente, experiência e formação mediante, na mente e nos corpos dos membros de cada sociedade, e articula relatos compartilhados em torno da identidade, dos sistemas de valores e das crenças comuns (CARRETERO, 2010, p. 33).

Apesar de apresentarem versões muito diferentes entre si, as relações entre esses três sentidos são complexas. A história escolar inspira-se na acadêmica, mas não é a história acadêmica didatizada, enquanto que, a história cotidiana aproxima-se da história escolar, afinal, boa parte dos cidadãos tiveram contato com essa história na escola. Além disso, a história cotidiana e a escolar usam de apelos emotivos, sem qualquer compromisso com os critérios historiográficos, pondo “em jogo os usos pragmáticos da memória e sua conveniência para garantir posições do presente” (CARRETERO, 2010, p. 33).

Na narrativa nacional esboçada por Varnhagen, o passado histórico comprovaria que o Brasil é um país branco, herdeiros de Portugal, mas com traços indígenas e africanos. No caso da história escolar capixaba, diante da

impossibilidade de tornar o português a etnia referencial, dada a representação predominante de um passado colonial de atraso, simbolizado na expressão "uma capitania que não deu certo" ou no mito da barreira verde, Miguel Kill, prolífico autor capixaba, cria a representação de um Espírito Santo imigrante (PIROLA, 2008).

Em *Geografia e História do Espírito Santo* (1974), Kill, utilizando o mesmo receituário que Varnhagen, acrescentou à barreira verde outros entraves à colonização/civilização do território capixaba, como os índios, as doenças e a natureza selvagem. E diante daqueles desafios apresentou os sujeitos históricos que "abrindo caminhos e clareiras nas matas, tornariam-se os maiores povoadores do interior do Estado": os imigrantes europeus (KILL, 1974, p. 57).

No caso da história de Anchieta, os idealizadores do brasão e de eventos como Passos dos Imigrantes[8], comungando dessa representação de um Espírito Santo imigrante, tentam inventar uma italianidade.

Todas essas iniciativas desenvolvidas nos municípios de Piúma e Anchieta, em sua grande maioria nas últimas décadas, assemelham-se ao que ocorreu em outras regiões, como no Rio Grande do Sul, onde alguns descendentes de italianos da região do Vêneto utilizando-se de "[...] uma 'check list' identitária (busca de seus heróis, de ancestrais famosos, de uma língua, de um folclore) [...]" tentaram reinventar sua representação de identidade (BIASE, 2001, p. 173).

Em concordância com Marta Margarida Lima (2007), a qual aponta que em tempos de fragmentação, multiplicidade e instabilidade das identidades, a História Regional proporciona aos sujeitos um vínculo, uma identificação, construindo uma identidade local, acrescenta-se nesta *check list identitária* desenvolvida por anchietenses e piumenses a produção dos livros didáticos *Piúma: Nosso Município e Anchieta: Nosso Município.* Papel ratificado nos

[8] Neste evento os andarilhos refazem o caminho percorrido pelos imigrantes italianos, partindo do antigo porto localizado na foz do rio Benevente com destino à comunidade de Alto Pongal, sendo sua chegada uma das atrações da Festa da Imigração Italiana que acontece naquela mesma localidade.

depoimentos de Lenilce Carvalho Barreto, Leonor Balbina Coelho Salezze, Edival José Petri e José Ricardo Pereira da Costa, todos envolvidos no projeto de produção destes livros, quando questionados sobre a importância de se produzir um livro didático que tratasse da história e geografia dos municípios em que residiam, os entrevistados responderam de forma unívoca:

> Porque está todo mundo chegando e eles precisam saber aonde estão chegando. Eles vêm, são bem vindos, são necessários, queridos, mas... eles vêm. Nós precisamos mostrar a eles nossas raízes (informação verbal)[9].

> Afinal, são suas origens, sua história, sua própria história (informação verbal) [10].

> Investir na valorização e resgate da cultura de seu povo, dos seus usos e costumes, valores e princípios originários de seus nativos e daqueles que migraram para cá contribuindo para a formação e construção deste município (informação verbal) [11].

> Um Município como o de Piúma, com suas praias, está sujeito a um fluxo migratório constante, principalmente o de temporada, devido o verão e férias escolares em todo o Brasil. As pessoas que frequentam o Balneário trazem seus costumes seu jeito de ser, influenciando no nosso comportamento e tradição. Além disso, criou-se na expectativa do povo, a necessidade de um Turismo (grande fonte de renda da população) de massas, dissociado da cultura local e voltado para o modismo baiano e carioca. As nossas características enquanto piumenses e o conhecimento fabricado e acumulado pelo nosso povo ao longo da história foi perdendo valor (informação verbal)[12].

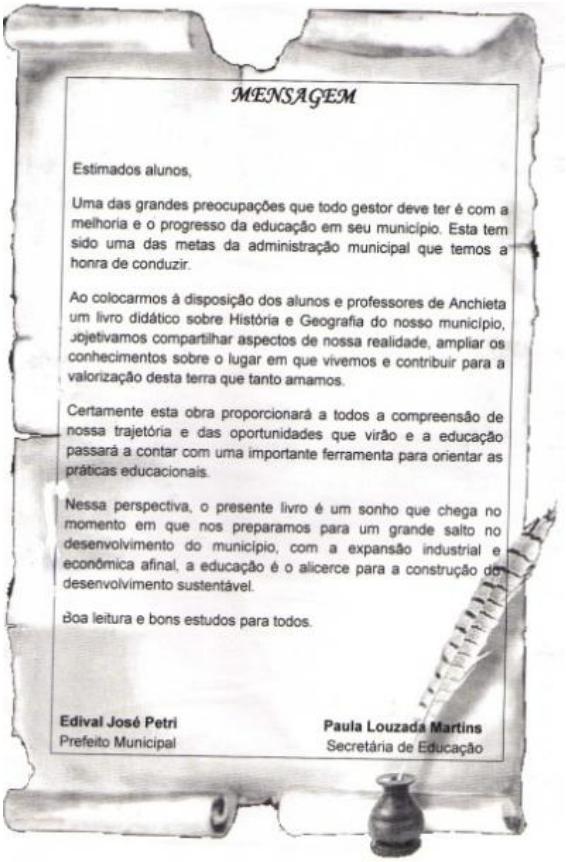
.

Além de Lenilce Barreto; pedagoga e professora em escolas públicas em Piúma, que ocupou o cargo de secretária de educação daquele município entre os anos de 2009-2012; Leonor Salezze; pedagoga e professora das turmas iniciais do ensino fundamental, que integrou a equipe pedagógica da secretaria de educação de Piúma e foi uma das mentoras do projeto de produção do livro; Edival Petri e José Ricardo Costa; prefeitos, respectivamente, de Anchieta e Piúma, entre 2005-2012 e de 2007 até 2012; participaram da produção dos

[9] SALEZZE, Leonor. Livro didático história regional. 2013. Entrevista concedida a Leonardo Nascimento Bourguignon, Piúma, 04 jan. 2013.
[10] BARRETO, Lenilce. Livro didático história regional. 2013. Entrevista concedida a Leonardo Nascimento Bourguignon, Piúma, 13 jan. 2013.
[11] PETRI, Edival José. Livro didático história regional. 2013. Entrevista concedida a Leonardo Nascimento Bourguignon, Piúma, 13 set. 2013.
[12] COSTA, José Ricardo Pereira. Livro didático história regional. 2013. Entrevista concedida a Leonardo Nascimento Bourguignon, Piúma, 13 set. 2013.

livros os educadores Arleide Satori Zamberlan, Sérgio Zamborlan, Adriana Louzada Martins Perdigão e Dulce de Oliveira Nunes.

Retornando aos depoimentos, pode-se resumi-los em três palavras: resgate, raízes, origens. Dilema, que segundo Carretero (2010), persegue a história escolar desde suas origens no século XIX, quando preocupada em criar um passado homogêneo e glorioso para a nação abdicou do racionalismo que a tornara ciência. Esse recurso à emoção, a tentativa de construir um sentimento de pertencimento ditou a iniciativa de criação dos livros didáticos de história regional de Piúma e Anchieta, como se pode verificar naqueles depoimentos e na mensagem (Figura 5) assinada pelo prefeito e pela secretária de educação de Anchieta, que, fotocopiada e afixada no verso da capa[13] de todos os exemplares daquela obra, foram distribuídas nas escolas públicas municipais:



MENSAGEM

Estimados alunos,

Uma das grandes preocupações que todo gestor deve ter é com a melhoria e o progresso da educação em seu município. Esta tem sido uma das metas da administração municipal que temos a honra de conduzir.

Ao colocarmos à disposição dos alunos e professores de Anchieta um livro didático sobre História e Geografia do nosso município, objetivamos compartilhar aspectos de nossa realidade, ampliar os conhecimentos sobre o lugar em que vivemos e contribuir para a valorização desta terra que tanto amamos.

Certamente esta obra proporcionará a todos a compreensão de nossa trajetória e das oportunidades que virão e a educação passará a contar com uma importante ferramenta para orientar as práticas educacionais.

Nessa perspectiva, o presente livro é um sonho que chega no momento em que nos preparamos para um grande salto no desenvolvimento do município, com a expansão industrial e econômica afinal, a educação é o alicerce para a construção do desenvolvimento sustentável.

Boa leitura e bons estudos para todos.

Edival José Petri
Prefeito Municipal

Paula Louzada Martins
Secretária de Educação

Figura 5 - Mensagem afixada no verso da capa do livro didático *Anchieta: Nosso Município*

[13] Como o parágrafo 1º do art. 37 da Constituição Federal proíbe atos que caracterizem autopromoção de autoridades ou servidores públicos o nome dos agentes públicos não aparece impresso nos livros.

> Ao colocarmos à disposição dos alunos e professores de Anchieta um livro didático sobre História e Geografia do nosso município, objetivamos compartilhar aspectos de nossa realidade, ampliar os conhecimentos sobre o lugar em que vivemos e contribuir para a valorização desta terra que tanto amamos.
>
> [...] Nessa perspectiva, o presente livro é um sonho que chega no momento em que nos preparamos para um grande salto no desenvolvimento do município, com a expansão industrial e econômica afinal, a educação é o alicerce para a construção do desenvolvimento sustentável informação verbal)[14].

Pode-se concluir então que todos os entrevistados apontam a produção dos livros didáticos de História Regional como uma necessidade de resgate/reinvenção de uma representação de identidade local diante de um cenário alterado pelas transformações econômicas, culturais, demográficas e ambientais ocorridas na região nas últimas décadas.

Como “As representações [...] são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam [...]” (CHARTIER, 1990, p. 17), a seguir investigaremos a narrativa histórica impressa nos livros escolares *Anchieta: Nosso Município* e *Piúma: Nosso Município* tentando identificar quais sujeitos, fatos e eventos foram selecionados, minimizados, silenciados ou excluídos dentro desse projeto de elaboração de uma representação de identidade que contemplasse os interesses dos diferentes grupos envolvidos na produção desses livros.

3.4 Conclusões

Na década de 1970 o livro *O Espírito Santo é Assim* de Neida Lúcia Moraes consolidou no plano literário e histórico a representação desenvolvimentista forjada no governo Christiano Dias Lopes que apresentou aos capixabas os Grandes Projetos Industriais como o passaporte para o desenvolvimento (PIROLA, 2008). Essa representação, apropriada pelas gerações na escola e

[14] Mensagem fotocopiada e impressa no verso da capa do livro *Anchieta: Nosso Município.*

posta a circular nos discursos políticos, nas manchetes dos jornais, nos livros didáticos e na história popular (cotidiana), foi reformulada com a preocupação de um futuro que conciliasse crescimento econômico com justiça social e respeito ao meio ambiente.

As transformações ocorridas no litoral sul do Espírito Santo, em virtude dos investimentos no setor siderúrgico, turístico e de petróleo e gás, inseriram os municípios de Piúma e Anchieta no centro dessas discussões. Diante dessas alterações a população daquelas cidades tem reagido de distintas maneiras, neste capítulo volta-se a atenção para a preocupação de alguns agentes políticos e de parte da sociedade civil de Anchieta e Piúma em construírem uma representação de identidade local inserida neste discurso de desenvolvimento sustentável.

Nas próximas páginas serão feitas análises acerca das representações impressas nos livros *Anchieta: Nosso Município* e *Piúma: Nosso Município* e a participação de alguns educadores locais, dos autores e da Editora Formar na consecução dessa narrativa.

CAPÍTULO 4. TEMPORALIDADES SUPERPOSTAS: OS LIVROS DIDÁTICOS *PIÚMA: NOSSO MUNICÍPIO* E *ANCHIETA: NOSSO MUNICÍPIO*

> Porque está todo mundo chegando e eles precisam saber onde estão chegando. Eles vêm, são bem vindos, são necessários, queridos, mas... eles vêm. Nós precisamos mostrar a eles nossas raízes (informação verbal)[15].

Desde a criação dos Estados Nacionais no século XIX e as tentativas de universalização da educação, diferentes governos tem tentado, muitas vezes sem qualquer êxito, utilizar a escola, suas práticas e materiais para conseguirem implantar algumas de suas políticas públicas.

Entre esses materiais a importância assumida pelos livros didáticos, objeto presente há quase dois séculos nos mais variados sistemas de ensino por todo o mundo, devido a colonização ocidental e a evangelização (CHOPPIN, 2009), fez com que o Estado mantivesse sempre uma relação muito próxima com esse objeto cultural complexo. No Brasil, segundo estudo realizado por Munakata (2012b), existem evidências dessa preocupação desde a chegada da corte portuguesa no Rio de Janeiro.

Compartilhando essas concepções, um grupo de educadores nos municípios capixabas de Piúma e Anchieta resolveu construir livros didáticos sobre a história e a geografia locais. Para aqueles sujeitos, estes materiais conseguiriam assegurar/forjar nas futuras gerações uma representação de identidade local, que estaria ameaçada diante das várias alterações sofridas na região nas últimas décadas, impressão sintetizada no depoimento que abre este capítulo.

[15] SALEZZE, Leonor. Livro didático história regional. 2013. Entrevista concedida a Leonardo Nascimento Bourguignon, Piúma, 04 jan. 2013.

Cientes de que o livro é apenas o suporte que materializa todo um longo e complexo processo desde a concepção até um provável descarte, e que envolve nessa dinâmica diferentes atores (CHARTIER, 2002), examina-se nas próximas páginas o processo de produção dos livros didáticos *Piúma: Nosso Município* e *Anchieta: Nosso Município,* bem como as intenções, representações e finalidades assumidas na narrativa histórica impressa nestes livros.

4.1 Como se constrói um livro de história regional

No ano de 2009 as secretarias de educação de Piúma e Anchieta resolveram produzir dois livros didáticos que, destinado às séries iniciais do ensino fundamental, abordariam a história e a geografia daqueles municípios. Diante das dificuldades em atender as prescrições legais para tornar o projeto uma realidade, resolveram seguir o exemplo de outras prefeituras e contratar a Editora Formar que havia publicado 04 livros semelhantes aos livros de Piúma e Anchieta, que foram *Cariacica: Nosso Município*[16]*, Aracruz: Nosso Município*[17]*, Vila Velha: Nosso Município*[18] e *Serra: Nosso Município*[19]*,* todos de autoria de Luiz Guilherme Santos Neves, Léa Brígida Alvarenga Rosa e Renato Pacheco falecido em 2004, tríade que desde 1986 publicam manuais escolares de História Regional no Espírito Santo.

Com esses atributos, o projeto da Editora Formar atenderia as prescrições do artigo 25 da lei 8666/93 que assegura a inexigibilidade de licitação

> II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

[16] SANTOS NEVES, Luiz Guilherme; ALVARENGA ROSA, Léa Brígida Rocha de; PACHECO, Renato José Costa.Id., Cariacica: Nosso Município: Noções históricas e geográficas do município de Cariacica para o Ensino de 1º Grau. Vitória: Formar, 2002.
[17] Id., Aracruz: Nosso Município: Noções históricas e geográficas do município de Aracruz para o Ensino de 1º Grau. Vitória: Formar, 2004.
[18] Id., Vila Velha: Nosso Município: Noções históricas e geográficas do município de Vila Velha para o Ensino de 1º Grau. Vitória: Formar, 2003.
[19] [19] Id., Serra: Nosso Município: Noções históricas e geográficas do município de Serra para o Ensino de 1º Grau. Vitória: Formar, 2002.

> [...]
>
> § 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato (BRASIL, 1993).

Se o volume da tiragem – três mil exemplares – não atraiu o interesse de grandes editoras, o que, segundo a professora Leonor Salezze, representou em um primeiro momento um desafio à produção das obras (informação verbal)[20], para uma empresa de pequeno porte como a Editora Formar, a produção desses livros tem representado um negócio atraente, afinal entre 2002 e 2013 ela publicou 07 livros abordando a história e geografia dos municípios capixabas de Vila Velha, Cariacica, Aracruz, Serra e Marataízes[21], além de Piúma e Anchieta.

Além disso, se a quantidade de livros não parece ser tão interessante, o mesmo não pode ser dito quanto ao valor pago por unidade produzida. Em nível de comparação, enquanto o governo federal pagou um valor médio de R$ 5,81 por exemplar em 2007, quando adquiriu 128,4 milhões de livros didáticos (BOCCHINI, 2007, p. 02), a prefeitura de Marataízes no sul do estado, pagou em 2013 a Editora Formar R$ 175.600,00, nas 3.000 obras, o que equivale a R$ 58,56 por cada livro (LISTAGEM..., acesso em 01 out. 2013), um valor dez vezes superior ao pago pelo governo federal.

Essa, entretanto, não era a única peculiaridade que tornara este projeto economicamente viável. O fato de todos os livros serem dos mesmos autores[22] permitiu que textos impressos em uma obra, inclusive, muitos deles escritos

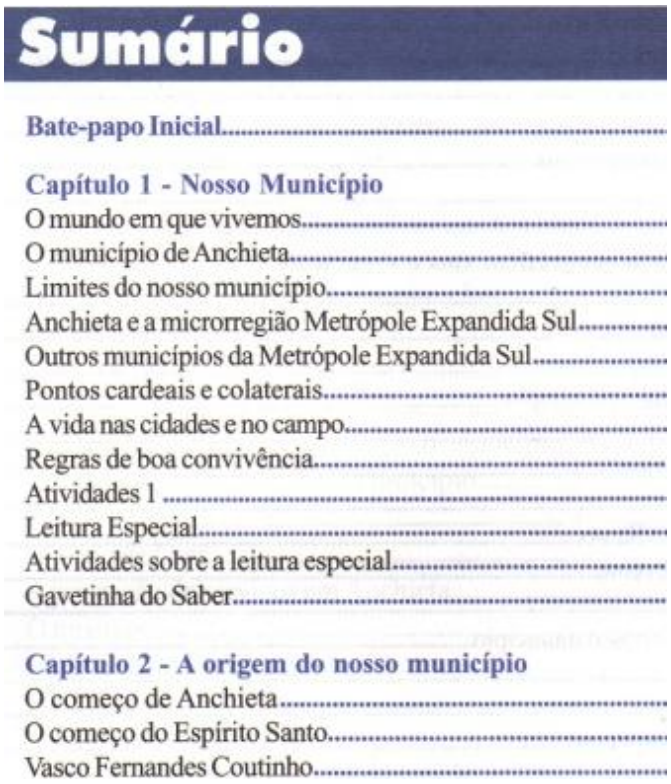
[20] SALEZZE, Leonor. Livro didático história regional. 2013. Entrevista concedida a Leonardo Nascimento Bourguignon, Piúma, 04 jan. 2013.
[21] SANTOS NEVES, Luiz Guilherme; ROSA, Léa Brígida Rocha de Alvarenga. *Marataízes: Nosso Município*: Noções históricas e geográficas do município de Marataízes para o Ensino Fundamental. Vitória: Formar, 2012.
[22] Evidente que as obras de Piúma, Anchieta e Marataízes não contaram com a participação de Renato Pacheco que falecera antes de suas publicações.

primeiramente em livros de história do Espírito Santo, fossem reutilizados, como se observa neste exemplo

> Os africanos foram trazidos para o Espírito Santo pelos portugueses a fim de plantar cana e trabalhar nos engenhos de açúcar. Eles também trabalharam nas lavouras de mandioca e na fabricação de farinha, principalmente em São Mateus, no norte do Espírito Santo [...] (SANTOS NEVES; ALVARENGA ROSA; PACHECO, 2004, p. 37).

> Os portugueses trouxeram os africanos para o Espírito Santo para plantar cana e trabalhar nos engenhos de açúcar. Eles foram empregados nas lavouras de mandioca e na fabricação de farinha, principalmente em São Mateus, no norte do Espírito Santo, e também em serviços urbanos (SANTOS NEVES; ALVARENGA ROSA, 2010, p. 54).

Nas obras que tratam da história de determinado município essa questão é ainda mais evidente, como se nota em parte dos sumários dos manuais *Anchieta: Nosso Município* e *Piúma: Nosso Município* (Figuras 6 e 7).



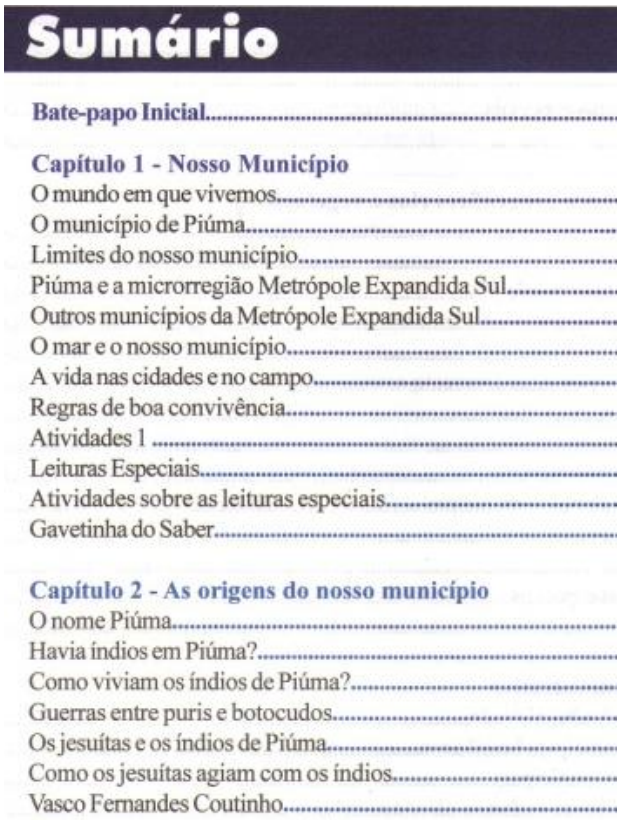
Sumário

Bate-papo Inicial.....

Capítulo 1 - Nosso Município
O mundo em que vivemos.....
O município de Anchieta.....
Limites do nosso município.....
Anchieta e a microrregião Metrópole Expandida Sul.....
Outros municípios da Metrópole Expandida Sul.....
Pontos cardeais e colaterais.....
A vida nas cidades e no campo.....
Regras de boa convivência.....
Atividades 1 .....
Leitura Especial.....
Atividades sobre a leitura especial.....
Gavetinha do Saber.....

Capítulo 2 - A origem do nosso município
O começo de Anchieta.....
O começo do Espírito Santo.....
Vasco Fernandes Coutinho.....

Figura 6
Fonte: Santos Neves; Alvarenga Rosa (2011).



Sumário

Bate-papo Inicial.....

Capítulo 1 - Nosso Município
O mundo em que vivemos.....
O município de Piúma.....
Limites do nosso município.....
Piúma e a microrregião Metrópole Expandida Sul.....
Outros municípios da Metrópole Expandida Sul.....
O mar e o nosso município.....
A vida nas cidades e no campo.....
Regras de boa convivência.....
Atividades 1 .....
Leituras Especiais.....
Atividades sobre as leituras especiais.....
Gavetinha do Saber.....

Capítulo 2 - As origens do nosso município
O nome Piúma.....
Havia índios em Piúma?.....
Como viviam os índios de Piúma?.....
Guerras entre puris e botocudos.....
Os jesuítas e os índios de Piúma.....
Como os jesuítas agiam com os índios.....
Vasco Fernandes Coutinho.....

Figura 7
Fonte: Santos Neves; Alvarenga Rosa (2010).

Esses sumários permitem a conclusão de que há um modelo preestabelecido o qual é ajustado em virtude das especificidades exigidas em cada obra, como se verifica na seção *A vida nas cidades e no campo* reproduzida no primeiro capítulo dos livros didáticos de Piúma, Anchieta e nos que tratam dos outros municípios capixabas. Os textos desta seção, a exemplo do que acontece em outras partes desses livros, são integralmente reproduzidos alterando-se apenas as fotos (Figuras 8 e 9) que retratam o espaço rural e urbano dos distintos municípios:

> No meio rural predominam as atividades agrícolas, de criação de animais e agroturísticas. Já na cidade prevalecem ouros tipos de atividades, como as comerciais, as industriais, as de prestação de serviços, as portuárias etc. [...] Observe algumas dessas diferenças nas fotos que se seguem. Elas mostram o que pode variar entre o

> meio urbano e o meio rural em nosso município (SANTOS NEVES; ALVARENGA ROSA, 2011, p. 16)
>
> No meio rural predominam as atividades agrícolas e as de criação de animais. Já na cidade prevalecem ouros tipos de atividades, como as comerciais, as industriais, as de prestação de serviços, as portuárias etc. [...] Observe algumas dessas diferenças nas fotos que se seguem. Elas mostram o que pode variar entre o meio urbano e o meio rural em nosso município (SANTOS NEVES; ALVARENGA ROSA, 2010, p. 16).

Quanto às demais imagens que ilustram esses livros, o critério de sua inclusão obedece à mesma lógica empregada nos textos: as mesmas ilustrações são reproduzidas nos diferentes livros. Nos capítulos que abordam os aspectos históricos do município as imagens são de autoria de artistas ou fotógrafos do século XIX, portanto, livres de direitos autorais, contribuem para o barateamento dos custos dessas obras.

Ao se perceber, na ficha técnica dos livros, que o projeto gráfico é responsabilidade da Editora Formar, pode-se especular que são aqueles funcionários quem escolhem as imagens que ilustram esses livros, confirmando a assertiva de Chartier de que "[...] autores não escrevem livros, eles escrevem livros que outros transformam em objetos impressos" (CHARTIER, 2002, p. 71). Assim, por mais que Luis Guilherme e Léa Rosa almejassem determinar a produção de seus textos, eles esbarram em vários aspectos, como na questão comercial.

No caso dos livros didáticos que são objeto deste estudo houve ainda a participação de alguns professores das cidades de Piúma e Anchieta que por razões políticas ocupavam no período de 2008 até 2012, portanto quando os livros foram produzidos, cargos estratégicos na administração pública, como secretários de educação, gerentes pedagógicos e até mesmo prefeitos. Esses sujeitos, como se verá posteriormente, acreditavam que esses livros escolares poderiam contribuir para forjar nas novas gerações um sentimento de pertencimento a uma identidade local.

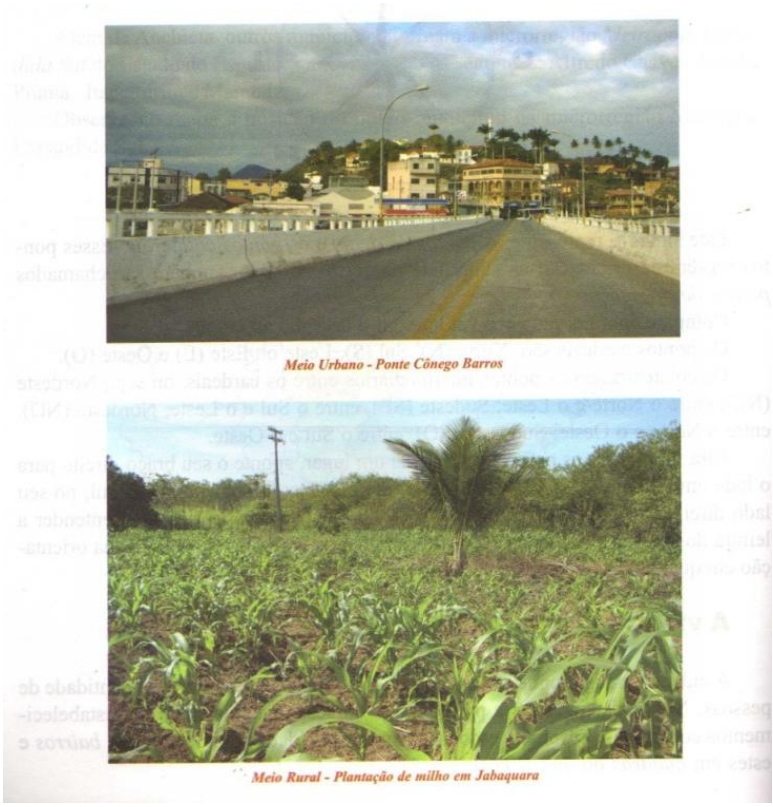


Figura 8
Fonte: Santos Neves; Alvarenga Rosa (2011).

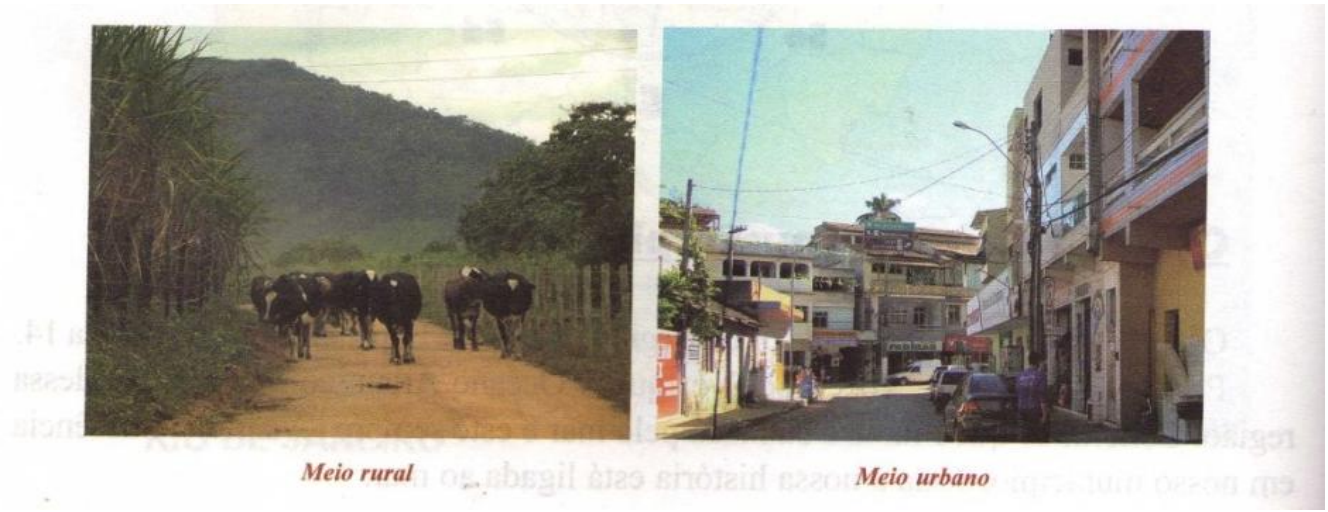


Figura 9
Fonte: Santos Neves; Alvarenga Rosa (2010).

Quanto às demais imagens que ilustram esses livros, o critério de sua inclusão obedece à mesma lógica empregada nos textos: as mesmas ilustrações são reproduzidas nos diferentes livros. Nos capítulos que abordam os aspectos históricos do município as imagens são de autoria de artistas ou fotógrafos do século XIX, portanto, livres de direitos autorais, contribuem para o barateamento dos custos dessas obras.

Ao se perceber, na ficha técnica dos livros, que o projeto gráfico é responsabilidade da Editora Formar, pode-se especular que são aqueles funcionários quem escolhem as imagens que ilustram esses livros, confirmando a assertiva de Chartier de que "[...] autores não escrevem livros, eles escrevem livros que outros transformam em objetos impressos" (CHARTIER, 2002, p. 71). Assim, por mais que Luis Guilherme e Léa Rosa almejassem determinar a produção de seus textos, eles esbarram em vários aspectos, como na questão comercial.

No caso dos livros didáticos que são objeto deste estudo houve ainda a participação de alguns professores das cidades de Piúma e Anchieta que por razões políticas ocupavam no período de 2008 até 2012, portanto quando os livros foram produzidos, cargos estratégicos na administração pública, como secretários de educação, gerentes pedagógicos e até mesmo prefeitos. Esses sujeitos, como se verá posteriormente, acreditavam que esses livros escolares poderiam contribuir para forjar nas novas gerações um sentimento de pertencimento a uma identidade local.

4.2 Outros autores

> Entre e-mails, visitas, pesquisas, conversas, e depois, diante de todo aquele volume de informações que eu tinha o que vai, o que pode entrar no livro. Para a gente conseguir acrescentar dois mapas e dois gráficos foi assim, quase uma briga de foice. Porque ou se fazia

> aquilo ou não se fazia nada, e a alternativa de não se fazer nada não existia na nossa cabeça (informação verbal)[23]

> Participei, acompanhando todo processo, tanto de contratação como da construção do livro, fazendo uma rápida revisão e análise na conclusão dos trabalhos (informação verbal) [24].

> O processo de construção do livro é crédito dos autores. Exceto notas de apresentação ou introdutórias, quem mais participou da construção do livro, participou como pesquisado, inclusive eu, na qualidade de prefeito. Vale destacar, conforme tomamos conhecimento, do grande papel de D. Dulce, nos trabalhos dos autores, tanto como fonte viva, naquele momento para relatos, como guardadora de diversas fontes escritas (informação verbal)[25].

Como se observa nesses depoimentos a participação dos secretários de educação, gerentes pedagógicos e dos prefeitos, todos professores, na produção dos livros didáticos *Anchieta: Nosso Município* e *Piúma: Nosso Município* não ficou restrita à concepção e/ou contratação dos historiadores que assinaram aquelas obras, mas também na inserção, rejeição e reformulação de textos, mapas, gráficos e outras imagens presentes nos livros. Nos limites de sua participação aqueles educadores imprimiram nesses livros sua representação de identidade local, concepção inspirada na escrita didática da história do Espírito Santo, que, por sua vez, foi amplamente influenciada pelo pensamento de Francisco Adolfo de Varnhagen.

Mas que características essa representação suportaria?

A seguir, o que a então secretária de educação do município de Piúma, Lenilce Barreto, relatou sobre capa do livro *Piúma: Nosso Município* (Figura 10):

> A escolha da capa foi complexa. Precisávamos de uma foto que representasse nossa identidade. Após discutirmos sobre várias fotos optamos por essa que além de conter um barco, símbolo da pesca atividade econômica mais tradicional de nossa cidade, traz no fundo o

[23] SALEZZE, Leonor. Livro didático história regional. 2013. Entrevista concedida a Leonardo Nascimento Bourguignon, Piúma, 04 jan. 2013.
[24] PETRI, Edival José. Livro didático história regional. 2013. Entrevista concedida a Leonardo Nascimento Bourguignon, Piúma, 13 set. 2013.
[25] COSTA, José Ricardo Pereira. Livro didático história regional. 2013. Entrevista concedida a Leonardo Nascimento Bourguignon, Piúma, 13 set. 2013.

> Monte Aghá, que é o símbolo maior de nossa cidade. (informação verbal)[26].

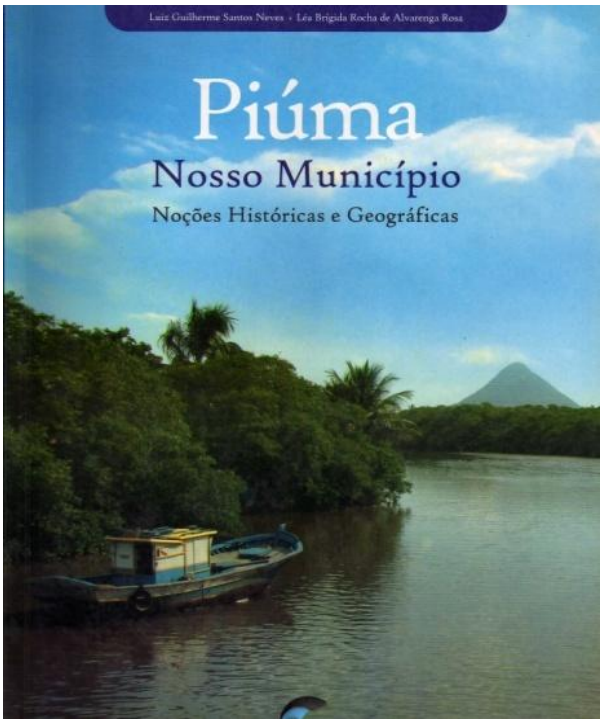


Figura 10

Sobre a escolha dos pescadores; mais precisamente de um barco sem sujeitos; é necessário que se teça algumas considerações. A pesca não é o setor mais importante da economia de Piúma; segundo dados do Censo de 2010 (IBGE), o setor de serviços é o principal responsável pelo PIB da cidade, o turismo é a maior fonte de renda e o comércio é o setor que absorve a maior parte da mão de obra empregada. Além disso, nenhum pescador assume ou assumiu cargos eletivos na história do município, com exceção de alguns vereadores. Apesar desses dados, esse mesmo grupo usufrui de alguns privilégios como a isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e homenagens como a realização da principal festividade do

[26] BARRETO, Lenilce. Livro didático história regional. 2013. Entrevista concedida a Leonardo Nascimento Bourguignon, Piúma, 13 jan. 2013.

município, a Festa dos Pescadores, celebrada no dia de São Pedro, padroeiro da cidade.

Contribuindo para a construção dessa representação de identidade local, em 1987 a Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo criou em Piúma a primeira escola de pesca do país, que além dos conteúdos básicos ofertava matérias relacionadas a atividade pesqueira. Em 2009, a Escola de Pesca de Piúma deixou de existir dando lugar à instalação de um Campus do IFES, construído em parceria com o Ministério da Pesca e Aquicultura e tendo como eixo central cursos técnicos e superiores voltados para o setor pesqueiro.

Compreende-se então, que; o resgate de um passado idílico, neste caso a vila de pescadores, a isenção do IPTU aos pescadores, a adoção de São Pedro como padroeiro da cidade, a escolha da cidade para sediar a primeira escola de pesca do país e depois uma unidade do IFES, bem como, a capa do livro didático *Piúma: Nosso Município,* constituem parte de uma ação dos diferentes grupos políticos que governaram a cidade em uma tentativa de afirmar uma representação de identidade, acreditando que é a diferença, neste caso a vila de pescadores, o que definiria essa identidade.

Estratégia semelhante, apesar dos riscos dessa comparação, foi utilizada para a eleição da panela de barro e do congo como símbolos do Espírito Santo (REIS, 2002 apud MORAES, 2004). Conforme aquela autora, apesar da forte presença europeia a adoção de símbolos das culturas dominadas, a indígena e a negra, deu-se, pois, ambos os elementos assegurariam uma singularidade. Abaixo , a alegação da autora:

> [...] O capixaba elegeu a panela de barro como um de seus mais representativos objetos. Segundo a autora, comportamentos como este podem ser descritos pela antropologia nos mais diversos povos. A panela, assim como os totens, são objetos que se transformam em modos de expressão e em desejo de significar algo diante do outro. A panela se transforma em símbolo da diferença, ultrapassando a função instrumental e se tornando algo provido de significação. Numa outra esfera simbólica, estritamente artística, o congo também se coloca como diferença (REIS, 2002 apud MORAES, 2004, p. 111-112).

Outro símbolo identitário presente na fotografia que ilustra a capa daquele livro é o Monte Aghá, um acidente geográfico em forma piramidal com mais de 300 metros de altura e localizado próximo ao litoral de Piúma. Com a redefinição dos limites territoriais entre os municípios de Itapemirim e Piúma, na década de 1990, o Monte Aghá que antes era o ponto divisor entre as duas cidades passou a pertencer integralmente a Itapemirim. Porém, a derrota judicial não abalou a relação de representação identitária estabelecida entre os munícipes e o Monte Aghá.

De maneira análoga, o livro *Anchieta: Nosso Município* também não apresenta sujeitos em sua capa (Figura 11), mas, o Santuário Nacional do Beato Anchieta. Inserida no santuário, que abriga ainda o museu Padre Anchieta, está a igreja de Nossa Senhora da Assunção, a qual foi construída entre 1587 e 1600 e, como outras igrejas do período colonial, foi erguida em um local estratégico, no alto de um morro próximo à praia de onde era possível observar todos que chegavam à cidade (NAJJAR, 2011). Além desse aspecto defensivo, sua destacada localização, intentava reafirmar o poder da Igreja Católica. Com a expulsão dos jesuítas em 1759, o Estado português secularizou todos os anexos a Igreja transformando-os em Câmara e Cadeia, situação que só mudaria quando em 1928 o conjunto arquitetônico foi devolvido aos jesuítas. Com o tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1943 e o retorno de sua função religiosa, a construção passou a agregar “[...] vários valores: o cultural, o histórico e o patrimonial [...]” (NAJJAR, 2011, p. 88).

Acerca dos monumentos, Alessia de Biase (2001, p. 179) assevera que inseridos em uma determinada paisagem convertem-se em “[...] elementos de estratégias retóricas, de ficções, por intermédio dos quais coloca-se em cena e modela-se o tempo, a memória, a história e a identidade.” No caso do Santuário Nacional do Beato Anchieta, o período selecionado é a origem jesuítica da cidade, especialmente o tempo em que ali residiu seu famoso fundador, referenciado nos dois livros como *Apóstolo do Brasil*.

Naquele cenário, observações como as de Serafim Leite (1945), importante cronista e historiador da ação da jesuítica no Brasil, nos permitem questionar o fato de José de Anchieta ser mesmo o fundador da igreja, afinal quando o jesuíta visitou a região já havia ali um aldeamento jesuítico (LEITE, 1945, apud MATTOS, 2009).

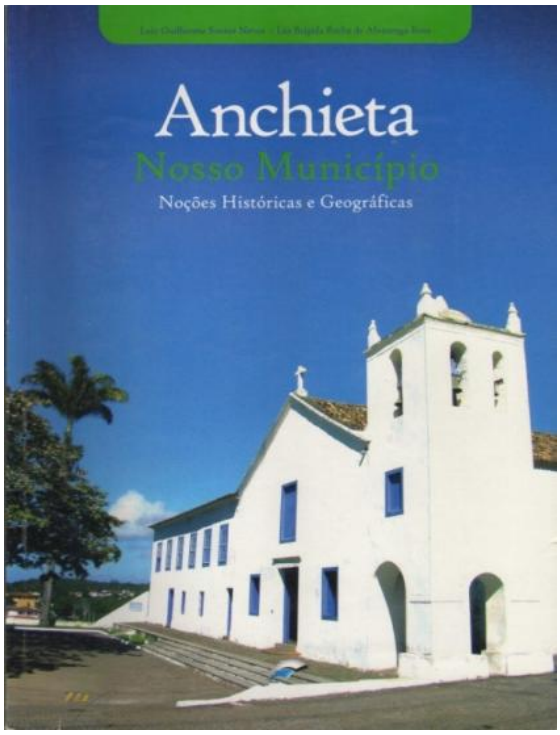


Figura 11

Porém, dúvidas como as sugeridas no texto de Leite (1945 apud MATTOS, 2009) que coloquem em risco a representação da cidade enquanto obra do famoso jesuíta foram/são excluídas da história cotidiana propagada pelos órgãos públicos e parte da sociedade civil de Anchieta, afinal, como assinado anteriormente, esse sentido da história, o cotidiano, muito próximo do escolar, é impregnado de diretrizes éticas e prescrições morais, utilizando heróis, mitos e ritos no intuito de construir uma memória coletiva (CARRETERO, 2010).

Nesse sentido, apresenta-se a história de Anchieta retratada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

> Tributa-se ao **Apóstolo do Brasil**, Padre José de Anchieta, a colonização da região atualmente compreendida pelo Município de ANCHIETA. Foi ele que nos primórdios da ocupação do Território do Brasil, colocou as primeiras pedras basilares do povoamento, assentando o marco histórico do **início de uma nova era** para aquela parte do Estado do Espírito Santo.
>
> No decorrer de uma viagem de inspeção a várias aldeias capixabas, no ano de 1569, Anchieta fundou a povoação de IRIRITIBA, onde em 1579 construiu um templo dedicado a Nossa Senhora da Assunção (BIBLIOTECA..., acesso em 23 dez. 2013, grifos nossos).

Essas características de uma história pragmática com lições para orientar as novas gerações revelam-se semelhantes as que nortearam a narrativa produzida por Varnhagen e que tanto influenciaram a escrita da história didática.

No que tange à questão específica dos monumentos, em seu projeto de construção de uma memória nacional, o Visconde de Porto Seguro elegeu cenários "[...] nos quais se desenrolaram acontecimentos que avaliou como fundamentais para a afirmação da identidade nacional [...]", e que, por isso, deveriam ser imortalizados (WEHLING, 1999, p. 70). Biase (2001, p. 180) acrescenta ainda que "[...] seguidamente, na história, o urbanismo e a arquitetura foram utilizados para traduzir no espaço algumas ideologias políticas, religiosas e raciais".

O relato de Cícero Moraes em seu livro *Como nasceram cidades no Espírito Santo,* nos revelam que essas representações não foram logo assimiladas pelos moradores de Anchieta

> Dormindo na embocadura do rio Benevente, segue-se Anchieta, que o linguajar do povo teima em chamar Benevente, apesar da respeitável idade de 80 anos que tem a denominação oficial (MORAES, 1954, p. 28).

Afinal, apesar de o produtor objetivar regular o sentido é preciso enfatizar “[...] a pluralidade dos empregos e das compreensões e a liberdade criadora [...] dos agentes que nem os textos nem as mesmas impõem [...]” (CHARTIER, 2002, p.68). Essa distância entre o proposto e o assimilado, expressa no excerto de Cícero Moraes, revela que a população daquela comunidade então, rejeitava o nome proposto pelo poder público – Anchieta – apesar dos oitenta anos de sua nomeação, preferindo utilizar o nome que referenciava sua ascendência portuguesa – Benevente – este sim símbolo de identidade para aquela comunidade.

Pode-se concluir então que, a alteração do nome da então vila de Benevente para Anchieta, quando a mesma foi elevada a cidade em 1887; eventos como a transferência simbólica da capital do Espírito Santo para a cidade de Anchieta, todos os anos durante a Semana Nacional do Beato Anchieta; e a realização dos Passos de Anchieta; estariam inseridos em parte dos esforços empregados pelo poder público local para construir e consolidar a representação de identidade que esse grupo entendia ser a adequada.

O engajamento de um número cada vez maior de munícipes nesses eventos, grupos folclóricos e festas tradicionais revelam que aquela estratégia está gerando resultados, portanto, mais e mais pessoas estão compartilhando essas representações. É o caso da Associação Brasileira dos Amigos dos Passos de Anchieta (ABAPA) que apresenta desta forma os Passos de Anchieta:

> Primeiro roteiro cristão das Américas, os Passos de Anchieta resgatam o caminho percorrido pelo **primeiro mestre do Brasil** nos seus últimos anos de vida. Ao revivê-lo você se depara com as paisagens que inspiravam um **gigante da fé** e se encontra consigo mesmo nas reflexões que a jornada lhe oferece, descobrindo outro caminho, o do coração. (PASSOS DE ANCHIETA, acesso em 23 ago. 2013, grifo nosso).

Inspirados nessas primeiras considerações quanto ao modelo de representação identitária inscrito nas capas dos livros didáticos Anchieta: N*osso Município e Piúma: Nosso Município* pode-se deduzir que essas obras, assim como os demais livros didáticos, apesar de todas as inovações da historiografia nas últimas décadas, suportam escritas historiográficas de diferentes períodos

que, distintas e articuladas, estão nele superpostas. Entre essas, destaca-se a permanência de conceitos instituídos ainda no século XIX, momento de fundação da historiografia brasileira, especialmente concepções inscritas em *História Geral do Brasil*, obra principal de Varnhagen.

Tradicionalmente apontado como o primeiro historiador brasileiro, o diplomata e historiador não produziu nenhuma obra didática, porém, "[...] seu valor científico intrínseco; seu papel na construção de um determinado tipo de memória nacional; e sua força na elaboração de uma matriz explicativa da história brasileira [...]" (WEHLING, 1999, p. 195) fizeram com que a mesma atravessasse décadas influenciando a escrita historiográfica brasileira. Se as inovações das últimas décadas parece mitigaram essa influência na historiografia acadêmica, o mesmo não pode ser dito da história escolar e da história cotidiana, que mais conservadoras que sua congênere ainda mantém aspectos do pensamento varnhageano.

Essa permanência, que no capítulo 2 denominamos de *influência Varnhagen*, essa "[...] história que se tornou *habitus*, *incorporada*, [...] este passado que custa a passar [...]" (MORENO, 2010, p. 13), manifestou-se, por exemplo, quando os educadores locais envolvidos na produção do livro *Piúma: Nosso Município* elegeram os pescadores, enquanto segmento que representaria a identidade piumense. Compreende-se que, apesar do fato daqueles educadores possuírem curso superior em suas respectivas áreas, nenhum deles é de fato um historiador, mesmo os prefeitos, ambos professores de história, tem formação em licenciatura em ciências sociais. A ausência dessa formação permite afirmar que sua concepção de História está muito mais próxima das histórias cotidiana e escolar do que da história acadêmica, destarte não há uma preocupação em questionar uma tradição que elegeu pescadores, acidentes geográficos ou igrejas como símbolos daquelas cidades, do inverso a intenção é preservar, fortalecer, perpetuar uma determinada memória coletiva.

A eleição dos pescadores obedece a critérios semelhantes aos da narrativa varnhageana que da cultura popular destacava o excêntrico, o folclórico,

evidenciando aspectos que afirmassem a diferença entre “nós” e “eles” (WEHLING, 1999). Aspecto semelhante, percebe-se na eleição do Monte Aghá, uma vez que, na obra de Varnhagen, tal como concebera Khaled Junior (2010) e Arno Wehling (1999) era comum a exaltação da natureza exuberante, apesar de desafiadora, que estabelecia um Brasil do qual os brasileiros, e no caso específico desse trabalho os moradores de Piúma, poderiam se ufanar.

No caso da escolha do Monte Aghá deve-se considerar ainda que “toda a construção de identidade, seja ela nacional, religiosa, cultural ou étnica, necessita-se reencontrar pontos de referências espaciais [...]” (BIASE, 2001, p.180). Reencontro aparentemente ocorrido em 1984 quando houve uma tentativa de transformar o monte em uma pedreira e, indignada com a omissão do prefeito, a população fez um abaixo-assinado obtendo seu tombamento.

Ao deparar-se com capas de outros livros didáticos de história regional, constata-se que a escolha daqueles ícones não representou uma exceção, do inverso, confirmam a “regra”, como se constata no livro *Nosso Estado: O Espírito Santo* (Figura 12), onde estão retratados uma manifestação folclórica (o congo); um acidente geográfico (Pedra Azul); barcos e um monumento (Palácio Anchieta).

Se a ausência de uma formação acadêmica específica e a intenção de forjarem uma representação identitária explicariam, porque os educadores locais envolvidos na produção dos livros escolares *Piúma: Nosso Município* e *Anchieta: Nosso Município* inseriram aspectos de uma história muito mais próxima a história cotidiana do que da história acadêmica, como utilizar o mesmo raciocínio quando se nota essas características no texto produzido por Alvarenga Rosa e Santos Neves?

Autores como Caimi (2007) e Nicolini (2007) ao depararem-se com o descompasso entre as inovações historiográficas e a história didatizada regional atribuíram esse fato ao desinteresse dos historiadores acadêmicos com maior titulação em escreverem livros didáticos regionais. Porém, o mesmo não pode ser aplicado aos livros escolares *Piúma: Nosso Município e Anchieta:*

Nosso Município, do inverso, essa especialização, segundo depoimento do então prefeito de Piúma, José Ricardo da Costa, foi um dos fatores fundamentais para legitimar a contratação desses autores:

> Num primeiro momento, era sonho nosso a edição do material acumulado por Dona Dulce Xavier Nunes. Esse material seria utilizado nas escolas. Os entraves burocráticos não permitiram. Através dos trabalhadores da Cultura e da Secretaria de Educação, [...] conseguimos os meios e profissionais especializados para a edição do Livro Didático (informação verbal)[27].

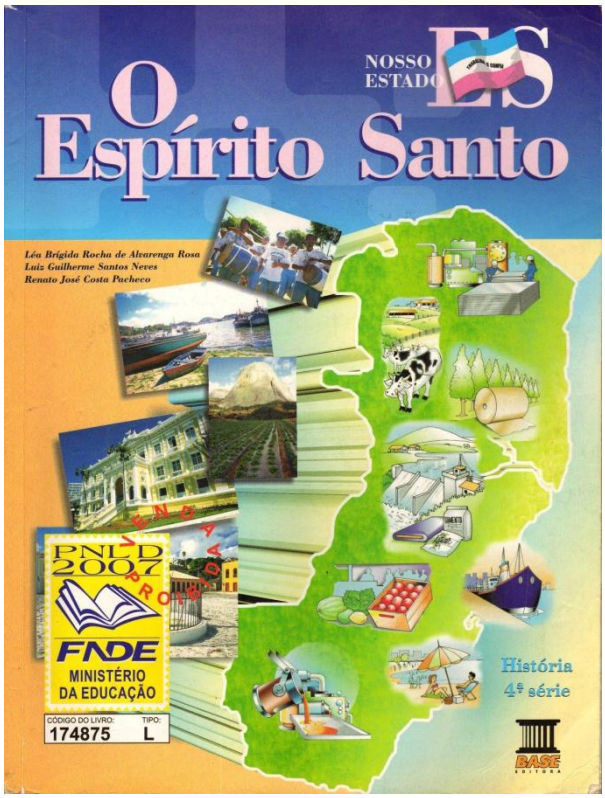


Figura 12

Fonte: SANTOS NEVES; ALVARENGA ROSA; PACHECO; 2004, capa.

A intenção inicial então era publicar o material de Dulce de Oliveira Nunes, uma espécie de historiadora amadora que acumulava em sua residência vários documentos e textos sobre a história da cidade, inclusive homenageada no

[27] COSTA, José Ricardo Pereira. Livro didático história regional. 2013. Entrevista concedida a Leonardo Nascimento Bourguignon, Piúma, 13 set. 2013.

livro, mas essa vontade esbarrou nos *entraves burocráticos*, a solução então foi contratar os *profissionais especializados:* Luiz Guilherme Santos Neves e Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa. Estes dois autores, além de já haverem produzido outros livros sobre a história de municípios capixabas, são ex-professores da UFES e reconhecidos na comunidade de intelectuais que escrevem a história escolar do Espírito Santo, portanto encaixavam-se perfeitamente no que exige a lei para esta modalidade de contratação.

Antes de analisar-se a narrativa produzida por Santos Neves e Alvarenga Rosa precisamos assinalar que, além de construir uma representação de identidade local, havia outros objetivos norteando a iniciativa daquele grupo de educadores locais quando conceberam a produção de um livro didático que tratasse da história e geografia do município em que residiam e destinados aos anos iniciais do ensino fundamental.

Conforme Pirola (2008), diluída no interior de uma narrativa nacional, a história regional inscrita nas coleções nacionais produzidas durante o período da ditadura militar, deveria confirmar o projeto nacionalista daquele regime. Com a redemocratização, na década de 1980, houve uma reinterpretação das questões locais e regionais. Para os educadores e autores o estudo de uma história mais próxima da realidade dos alunos possibilitaria a construção de uma identidade local e o foco para abordagens da cidade e da cidadania. Os desdobramentos dessa disposição foram impressos nos Parâmetros Curriculares Nacionais que tornaram o Ensino da História Regional e do Cotidiano um eixo temático para o primeiro ciclo do Ensino Fundamental.

Ainda nesse sentido, em 2009 a Secretaria de Educação do Espírito Santo produziu um documento intitulado Novo Currículo da Escola Estadual exigindo que 30% do programa curricular das disciplinas ministradas nas escolas públicas do estado estivesse relacionado “[...] a realidade sociocultural da região onde a unidade escolar está inserida [...]” (ESPÍRITO SANTO, 2009).

Atender a essas orientações curriculares foi um dos motivos para que as secretarias de educação de Piúma e Anchieta encomendassem a produção dos livros didáticos *Anchieta: Nosso Município* e *Piúma: Nosso Município*,

conforme depoimento das educadoras Lenilce Barreto e Leonor Salezze. Segundo as mesmas, as professoras dos primeiros anos do ensino fundamental encontravam dificuldades em adequar-se àquelas orientações referentes ao ensino da história regional, uma vez que não encontravam fontes para fundamentarem suas aulas: “o currículo pede para tratarmos a realidade local, mas onde está essa realidade local?” (informação verbal)[28]. Quando questionado sobre o investimento de recursos públicos em um livro didático de história e geografia do município, o prefeito de Anchieta, Edival Petri, reiterou a preocupação em atender àquelas orientações curriculares: “Investir recursos financeiros foi uma atitude de plena valorização da educação, no âmbito da formação obrigatória, conteúdos curriculares sobre a história do município” (informação verbal)[29].

4.3 Santos Neves e Alvarenga Rosa: *profissionais especializados*

> Ser professor depende de um diploma, de uma nomeação, portanto, existe aí uma objetividade. Ser escritor ou pintor não de depende de um título certificado por uma autoridade, mas de lutas de representação quanto à definição da designação” (CHARTIER, 2012, p. 89-90)

E no caso da história escolar capixaba, como tornar-se reconhecidamente um autor, ou nas palavras do prefeito José Ricardo Pereira da Costa “um *profissional especializado”*? Que características, se compartilhadas e reconhecidas por seus pares, legitimariam a escrita produzida por um determinado sujeito?

Os autores de *Anchieta: Nosso Município* e *Piúma: Nosso Município* ao apresentaram suas *credenciais* nos últimos parágrafos desses livros, trouxeram algumas pistas

[28] SALEZZE, Leonor. Livro didático história regional. 2013. Entrevista concedida a Leonardo Nascimento Bourguignon, Piúma, 04 jan. 2013.
[29] PETRI, Edival José. Livro didático história regional. 2013. Entrevista concedida a Leonardo Nascimento Bourguignon, Piúma, 13 set. 2013.

> Nota sobre os autores: os autores deste livro são professores, historiadores, pesquisadores e escritores, com vários livros publicados e são naturais do Estado do Espírito Santo. Luiz Guilherme Santos Neves é bacharel em História, especialista em História do Espírito Santo, disciplina que lecionou na Universidade Federal do Espírito Santo, sendo membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa é mestra e doutora em História pela Universidade de São Paulo e presidente de honra do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (SANTOS NEVES; ALVARENGA ROSA; 2011, p. 85).

Portanto, para ser reconhecido na comunidade de intelectuais que escrevem a história didatizada do Espírito Santo, é preciso ser professor da UFES, membro do IHGES e capixaba.

Foi também almejando a consolidação dessa representação de intelectual capixaba que Luiz Guilherme Santos Neves optou, a despeito das orientações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), por referenciar-se nas fichas catalográficas de suas obras como SANTOS NEVES, característica adotada por sua parceira Léa Brígida de Alvarenga Rosa, que se inscreve por ALVARENGA ROSA. A atitude de Luiz Guilherme revela sua disposição em associar seu nome ao de outros membros de sua família, grande parte deles intelectuais que mantêm a tradição de se apresentar como Santos Neves, inclusive do ex-governador, seu avô paterno, Jones dos Santos Neves que tentou construir para si uma representação de um estadista intelectual.

Como apontara Leite (2007), Luiz Guilherme Santos Neves e Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa integram uma geração de escritores que surgiu na década de 1970, e que apesar da federalização da Universidade do Espírito Santo e o consequente aprimoramento acadêmico desses e de outros autores, não romperam com o modelo de representação identitária predominante até então, mas sim, superpuseram conceitos, personagens e representações que perduram até os dias atuais. Circunstância que se deu devido a esses diferentes intelectuais ao inserirem-se nesta escrita enquanto personagem (a elite local) acabou produzindo uma escrita de si, "[...] neste caso, pode-se falar de um *autor plural*: as diferentes gerações de escritores, sintetizadas na atual, aqui compreendidas como um *'indivíduo plural' "* (LEITE, 2007, p. 195, grifo da

autora).

Pirola então se equivocara ao apostar que o livro *Espírito Santo Minha Terra, Minha Gente* (1986), de autoria de Luiz Guilherme, Léa Brígida e Renato Pacheco *e* outros publicados com aquela tendência

> [...] continuarão sendo um lugar para História do Espírito Santo, porém, um lugar onde é possível mais de uma versão sobre esta História. Acompanharão as tendências historiográficas baseando-se em perspectivas culturais e mesmo que encontremos algumas histórias em migalhas, será tão somente para se contrapor à uma marcha rumo a um positivo e promissor futuro (PIROLA, 2008, p. 218).

Na verdade, mesmo a representação de um *Estado em Marcha para o desenvolvimento* continua presente até mesmo nos manuais escolares recentes; readaptada como M*archa para o desenvolvimento sustentável*, como se nota nos trechos a seguir

> O município de Anchieta está crescendo em todos os sentidos. Sua economia está em franco desenvolvimento (SANTOS NEVES; ALVARENGA ROSA; 2011, p. 93).

> [...] seja uma testemunha dessas mudanças. Dessa forma, você será capaz de valorizar a nossa história, o nosso passado e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento que há de vir para o nosso município e o nosso Estado (SANTOS NEVES; ALVARENGA ROSA; op. cit. p. 100).

Partindo desse pressuposto, deseja-se discutir que representações de identidade estão ou não impressas nos livros didáticos *Piúma: Nosso Município* e *Anchieta: Nosso Município.*

4.4 Identidade e miscigenação: de Varnhagen a Piúma e Anchieta

No século XIX, o ensino de história visava, entre outros objetivos, inserir o Brasil no seleto rol dos países civilizados. Com esse objetivo, o diplomata brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen publicou em 1854, *História Geral do Brasil,* considerada, apesar de obras anteriores, a fundadora da historiografia brasileira. Na narrativa do Visconde de Porto Seguro, colonização, civilização, identidade nacional e progresso eram elementos inseparáveis. Nessa concepção, a construção do Brasil era resultado de um conflito da civilização europeia *versus* a barbárie indígena e africana. Embate equacionado com a assimilação étnica e cultural das diversas etnias indígenas e africanas no projeto colonizador português, comprovando a superioridade branca (ODÁLIA, 1997).

Com a proclamação da República, as elites políticas e culturais apostaram na criação de um sistema educacional que abrangesse todo o território nacional e veiculasse conteúdos que possibilitassem a construção de um sentimento de nacionalidade e de amor à pátria brasileira. No campo específico da História, nas primeiras décadas do século XX foram publicadas *História do Brasil* (1914), de João Ribeiro e *Capítulos de história colonial* (1906) de Capistrano de Abreu que apesar de inaugurarem uma nova fase da historiografia nacional visibilizando novos atores sociais na construção do país, nunca negaram uma suposta hierarquia entre as raças.

Os membros fundadores do IHGES, edificado naquele contexto, apropriaram-se dessas representações que atravessando décadas, permaneceram impressas nos livros didáticos de História do Espírito Santo, como se vê nos exemplos a seguir.

Em 1974, Miguel Arcanjo Kill um dos autores com maior quantidade de obras didáticas publicadas no Espírito Santo, lançou *Geografia e História do Espírito Santo*[30] criando a representação do Espírito Santo imigrante (PIROLA, 2008). Em outra obra do autor, *Estado do Espírito Santo: estudos sociais*[31]*,* publicada

[30] KILL, Miguel Arcanjo. Geografia e História do Espírito Santo, s/ ed., Vitória, 1974, p. 57.
[31] KILL, Miguel Arcanjo. Estado do Espírito Santo: estudos sociais, 5 ed. , São Paulo: Saraiva, 1983.

na década de 1980, Kill reafirma a excepcionalidade daqueles europeus descrevendo-os como “[...] muito religiosos; em sua maioria católicos. Eram trabalhadores, corajosos e de bons costumes” (KILL, 1983, p. 33-34), graças a eles “[...] aumentou o progresso no Espírito Santo em todos os setores: na agricultura, na pecuária, no comércio, etc.” (KILL, 1983, p.34).

Neste Espírito Santo, resultado dos esforços do imigrante europeu, o papel do negro estava claramente delineado e expresso no título da única seção em que o autor tratava especificamente do negro, *A boa ajuda dos escravos* (KILL, 1983). Quanto aos índios, a exemplo da narrativa de Varnhagen, Kill também considera o desembarque dos portugueses, como o fato fundador de nossa História. Por isso, intitula a chegada de Vasco Fernandes Coutinho, primeiro donatário da Capitania do Espírito Santo, como “Assim começou a nossa história” (KILL, 1983, p. 22). Quando finalmente referenciados, os índios são descritos, ora como “[...] os maiores obstáculos ao povoamento do interior do Estado” (KILL, 1983, p. 32) ora transformados em heróis, como o “cacique mais famoso do Espírito Santo”, Araribóia que, “[...] se tornou herói, ajudando a expulsar os franceses do Rio de Janeiro [...]” (KILL, op. cit. p. 28).

Desta forma, o africano e o indígena reproduzindo a representação construída por Varnhagen, quando se opõem ao projeto colonizador europeu são identificados como bárbaros e selvagens, mas, quando auxiliam esse empreendimento, iniciado pelos portugueses nos séculos XVI, XVII e XVIII e efetivado pelos imigrantes europeus que desembarcaram no Espírito Santo na segunda metade do século XIX, podem tornar-se até heróis.

Essas representações apesar de algumas mudanças estão também impressas nos livros *Piúma: Nosso Município* e *Anchieta: Nosso Município*.

Nos capítulos que tratam da constituição étnica da população daqueles dois municípios; o tema é assim introduzido:

> O povo brasileiro resulta de uma mistura de outros povos. Essa mistura tem o nome de *miscigenação*. Para essa miscigenação contribuíram portugueses, indígenas, africanos, alemães, italianos,

> sírios, libaneses e outros povos (SANTOS NEVES; ALVARENGA ROSA, 2010, p. 63).

Se aos olhos mais desatentos, o discurso parece não hierarquizar a participação dos diferentes povos na formação do povo brasileiro, basta um novo olhar e constata-se que quando citam os povos que habitavam os continentes africano e americano, os autores não se incomodaram em homogeneizá-los como africanos e índios, mas, ao referirem-se aos povos que habitavam a Europa, eles os identificam em portugueses, italianos e alemães.

Para Rosemberg, Bazilli e Silva (2003) esse discurso da miscigenação seria uma nova roupagem do mito da democracia racial. Na verdade, ao pregarem uma integração entre esses povos anulam-se as diversidades em nome de uma identidade: a brasileira, a capixaba ou a anchietense. Nessa proposta, a contribuição de negros e índios é apresentada como algo que foi assimilado

> A participação dos afrodescendentes na formação da população de Anchieta cresceu com o tempo. Ela pode ser facilmente percebida nos traços fisionômicos e na cor da pele de muitos representantes da população municipal (NEVES; ROSA, 2011, p. 55).

No livro *Piúma: Nosso Município,* logo após a introdução que apresentava o povo brasileiro como resultado de uma miscigenação, os autores enfatizam: “Vamos insistir neste ponto: os primeiros habitantes de Piúma foram os índios [...]” (SANTOS NEVES; ALVARENGA ROSA, 2010, p. 64). A princípio, a ideia; idêntica ao título de um dos temas abordados na obra de Kill (1983), “*Eles foram os primeiros”*; parece ir de encontro ao conceito impresso em *História Geral do Brasil* e reiterado em diversos livros didáticos, que assinalava as Grandes Navegações como o início da história de nosso país. Mas, no parágrafo subsequente, o que soava como mudança revela-se permanência e a influência Varnhagen surge novamente: “A princípio, os índios não eram civilizados. Foi no contato com o colonizador branco que o índio foi se civilizando, isto é adquirindo costumes semelhantes aos dos brancos” (SANTOS NEVES; ALVARENGA ROSA, 2010, p. 64). Dessa forma, para muitos autores, somente a colonização poderia salvar os primeiros habitantes,

de sua condição natural de selvageria, afinal, “[...] a colonização organiza, traz a civilização [...]” (VARNHAGEN, 1854, p. 56).

Logo a seguir, tomando o documento como verdade, sem levar o aluno a produzir qualquer questionamento e ignorando a observação de Chartier (1990, 2002, 2010), de que a história é apenas uma das várias representações do passado e que um documento, um livro didático ou um trabalho acadêmico não significam uma verdade histórica, mas a representação daquela história que aqueles que a conceberam pretenderam imprimir, Santos Neves e Alvarenga Rosa após reproduzirem um trecho do relato do viajante francês Augusto de Saint-Hilaire, que passou por Piúma em 1818, tecem suas conclusões

> Em 1818 ainda havia índios na embocadura do Rio Piúma, embora já fossem civilizados. Isso quer dizer que nessa época eles conviviam com os brancos. [...] o tipo de vida desses piumenses, de origem indígena, era muito simples. [...] Até mesmo as casas em que moravam eram primitivas” (SANTOS NEVES; ALVARENGA ROSA, 2010, p. 64)

Mais uma vez então, o branco civiliza o índio que, mesmo civilizado, ainda residia em casas primitivas.

Os exemplos não acabam aqui e reafirmam como o modelo identitário de autores de livros didáticos é devedor de Varnhagen. Ao abordarem a formação étnica da população de Anchieta, os autores afirmam que “[...] no começo de nossa história a população de Anchieta era muito pequena [...]” (SANTOS NEVES; ALVARENGA ROSA, 2011, p.50), logo a seguir, aparentemente se contradizem: “A grande quantidade de índios que habitavam o Vale do Rio Benevente foi certamente um dos motivos da fundação da aldeia jesuítica que deu origem ao nosso município” (SANTOS NEVES; ALVARENGA ROSA, 2011, p. 52). Seis páginas depois ao abordarem a participação dos imigrantes na história de Anchieta e do Espírito Santo, reiterando um conceito, segundo o qual foram os imigrantes “os *maiores* colonizadores do Espírito Santo”[32] (KILL 1974, apud PIROLA, 2008, p. 177, grifo do autor); asseverariam que “Graças

[32] Pirola (2008, p. 167) classifica o professor-autor Miguel Kill como o “[...] autor com maior *constância de propósito* no processo de produção de livros didáticos de Estudos Sociais/Geografia no âmbito educacional do Estado do Espírito Santo”.

aos imigrantes muitas regiões desabitadas do Espírito Santo foram povoadas [...]" (SANTOS NEVES; ALVARENGA ROSA, 2011, p. 58). Ora, afinal, foram os índios os primeiros habitantes de Anchieta ou a ocupação humana desse município, e de outras regiões do Espírito Santo, deu-se apenas após a chegada dos europeus?

No que tange a questão específica dos africanos, estudos como o desenvolvido por Rosemberg, Bazilli e Silva (2003) detectaram que na maioria dos livros didáticos os negros continuam sendo retratados exclusivamente como escravos, rebeldes e ocupando posições subalternas, situações parcialmente encontradas em *Anchieta: Nosso Município e Piúma: Nosso Município*, mas essas não são as únicas. A exemplo de outras obras desses autores, como *Meu Estado - Espírito Santo*[33]*,* os livros didáticos que abordam a história e geografia de Piúma e Anchieta trazem textos sobre a África. O fato de *Meu Estado - Espírito Santo* ter sido publicado em 1997; portanto antes da aprovação da lei 10639/2003 que tornou obrigatória a inclusão no sistema educacional brasileiro da história e da cultura da África, dos africanos e afrodescendentes no Brasil, além das contribuições desses grupos nas áreas social, econômica e política; comprova que os manuais escolares suportam distintas temporalidades, incluindo as mais recentes.

Os autores também abordam a resistência negra à escravidão analisando problemas atuais enfrentados pelos afrodescendentes como a luta dos quilombolas por seus direitos. Apresentam ainda reações indígenas diante do processo colonizador, ilustradas em revoltas como a ocorrida na aldeia de Reritiba em 1742 contra os padres jesuítas, apresentando-as dentro do que há de mais atual sobre a resistência.

No entanto, a obra apresenta equívocos que ameaçam lançar por terra boa parte dessas iniciativas. Ao tratarem dos conflitos entre portugueses e índios, informa-se que

[33] SANTOS NEVES, Luís Guilherme; ALVARENGA ROSA, Léa Brígida R.; PACHECO, Renato J. C. Espírito Santo: Nossa história, nossa gente. Vitória: Grafer, 1997.

> Os portugueses queriam impor aos índios o seu modo de vida, além de escravizá-los para o trabalho nas lavouras. Os índios reagiram contra isso. A ocupação das terras indígenas pelo branco também provocou reações dos índios. Surgiram guerras, com mortes de ambos os lados (SANTOS NEVES; ALVARENGA ROSA, 2011, p. 52).

Contraditoriamente, nas únicas imagens em que aparecem índios e europues juntos, o que se vê é um jesuíta discursando a um grupo de índios encantados com sua preleção (Figuras 13 e 14).

Figura 13
Fonte: Santos Neves; Alvarenga Rosa, 2011

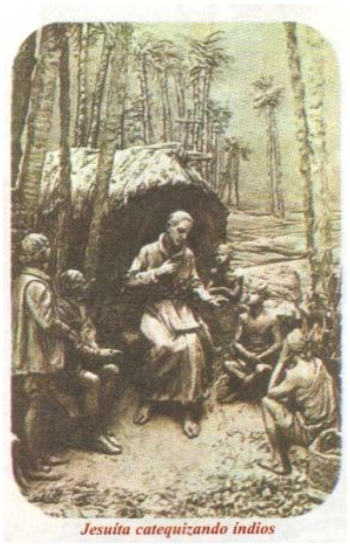


Figura 14
Fonte: Santos Neves; Alvarenga Rosa, 2011

A imagem remete a um pensamento de Carretero que parece muito oportuno para compreensão de algumas questões inscritas nestes e em outros livros didáticos para o ensino fundamental. Segundo o professor espanhol, um dos grandes dilemas do ensino de história é sua preocupação em tornar os temas históricos cognoscíveis para crianças e adolescentes “[...] ao simplificar os conteúdos, deformamos a disciplina, mas se não o fizermos, impossibilitamos a assimilação cognitiva e impedimos o trabalho didático” (CARRETERO, 2010, p. 49). Nessa simplificação revela-se um problema, pois, baseados em pesquisas e práticas didáticas, grande parte dos sistemas de ensino ao redor do mundo acreditaram que os alunos deveriam ser expostos a complexidade dos

conhecimentos históricos de forma paulatina, assim os mitos e representações dos primeiros anos escolares seriam superados à medida que os estudantes avançam na escola. Entretanto, o que tem prevalecido é que aquelas primeiras representações idílicas "[...] persistem, ancoram-se fortemente na mente e permanecem residualmente na consciência adulta" (CARRETERO, 2010, p. 49). Dados que se revelam ainda mais preocupantes em países como o Brasil, onde 50,2% da população, segundo dados do Censo 2010 (IBGE), não terminou ou simplesmente não cursou o Ensino Fundamental, logo, tiveram acesso apenas as primeiras representações.

Esse zelo em complexificar os temas, acarretam situações como a que se encontra na reprodução de um texto de Sonia Missagia Mattos sobre uma comunidade negra em Anchieta

> Fora da cidade (de Anchieta) para o lado esquerdo do município, em uma localidade hoje denominada São Mateus, separados pelo rio e pelo mar, se instalou há muitos anos e muitos anos, ainda no tempo da escravidão, uma comunidade negra [...].o lugar onde este grupo de afrodescendentes se instalou, tornou-se um reduto de liberdade, um lugar de resistência [...] Foi o caminho que encontraram para se afastar, juntamente com sua descendência, da antiga ordem escravocrata" (MATTOS, 2006 apud SANTOS NEVES; ALVARENGA ROSA, 2011, p. 60).

O tom lacônico do texto deixa dúvidas: por que esses negros queriam se afastar da *antiga ordem escravocrata*? Eram quilombolas? Por que se instalaram no interior? Mas, essas respostas não serão encontradas nesta obra, afinal, Santos Neves e Alvarenga Rosa preferem utilizar um tom romântico – *um reduto de liberdade, um lugar de resistência* – ao invés de problematizar essa e outras informações impressas no texto.

Se a representação do Brasil enquanto resultado da superioridade branca auxiliada em alguns momentos pelos negros e índios, adaptada em terras capixabas na representação do *Espírito Santo imigrante*, já havia sido forjada no município de Anchieta onde, como se viu no capítulo anterior, manifesta-se em eventos como a Festa da Imigração Italiana e na bandeira e brasão do município, faltava inserir Piúma nessa representação. Situação equacionada

quando Renato Pacheco, após entrevista com João Taylor em 1949, afirmou que em Piúma houve uma "florescente colônia de ingleses". Em tom hiperbólico, o texto de Pacheco publicado na antologia *Torta Capixaba*, publicada pela Editora Âncora em 1962, afirmava que "[...] a progressista vila, segunda no Estado que contou com iluminação a gás, que servia de veraneio para os ingleses, que a consideravam, segundo informantes 'Londres em miniatura'" (PACHECO, 1962).

Representação apropriada no livro *Piúma: Nosso Município* quando Santos Neves e Alvarenga Rosa (2010) apresentaram Thomas Dutton Junior; apontado em documentos como *Microrregião Litoral Sul: história e potencialidades*[34], como um dos fundadores da cidade de Piúma; como "instruído" e "empreendedor". Empreendedorismo confirmado quando os autores elencam seus feitos: o inglês chegou a região na década de 1860 implantou uma colônia particular com colonos ingleses em Monte Belo, então interior de Piúma, às margens do rio Iconha, para extração de madeira e plantio de café, e construiu trapiches para exportação e um gasômetro para a iluminação da vila de Piúma (SANTOS NEVES; ALVARENGA ROSA, 2010).

Revelando quão complexa é a relação entre a história acadêmica, a cotidiana e a escolar, a representação de um passado inglês atravessou os três sentidos, sendo estampado até mesmo em diferentes veículos de comunicação capixaba:

> Aventureiro inglês fundou Piúma, levou à cidade o progresso e trouxe colonos da Inglaterra. [...]
> Ainda hoje há no Espírito Santo, principalmente em Iconha, descendentes desses imigrantes ingleses, os quais perderam quase que totalmente a consciência de sua origem. Não mantiveram a cultura inglesa, e só os nomes que ostentam ainda lembram a aventura colonial de Thomaz Dutton Júnior, o velho Dutra, como era conhecido na região (MEDEIROS, 2001).

> Eles estão em toda parte. Na padaria, na serralheria, na peixaria, na marmoraria, no quiosque da praia, na Câmara Municipal, nos escritórios de advocacia e na prefeitura. Em cada esquina se encontra um deles. São os Taylor, descendentes diretos de uma das famílias fundadoras da cidade. Não estamos falando de nenhuma vila

[34] ASSEMBLEIA Legislativa do Estado do Espírito Santo. Microrregião Litoral Sul: história e potencialidades. Coordenação Geral Hebert de Almeida Cavalcanti. Vitória: ALES, 2013. 124 p.

> da Inglaterra, mas de Piúma, na costa capixaba [...] (UM REDUTO..., 2006, p. 12)

4.5 Conclusões

Apostando na educação escolar como instrumento para operacionalizar políticas públicas, um grupo de educadores que ocupavam cargos centrais nas prefeituras de Anchieta e Piúma acreditaram que a publicação de livros didáticos de história regional auxiliaria o projeto de construção de uma representação de identidade local ameaçada pelo crescimento econômico da região e seus impactos.

Esse projeto identitário estampado na capa dos livros *Piúma: Nosso Município* e *Anchieta: Nosso Município* revelou que as opções daqueles educadores confirmaram a hipótese de que essa representação foi influenciada pelas concepções do momento em que a história estava se constituindo ciência, século XIX, quando contraditoriamente abusava dos mitos e emoções.

Concepções encontradas inclusive na narrativa produzida por Santos Neves e Alvarenga Rosa. Contudo, Varnhagen não é o único, os livros didáticos suportam outras representações, algumas contrárias as de Varnhagen, porém sem anular as anteriores, mas sim as sobrepondo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho surgiu de inúmeras inquietações que podem ser resumidas em dois pontos: por que uma prefeitura investiria recursos públicos em um livro didático que apresenta aspectos da história e da geografia de seu município? Que tipo de escrita histórica esse livro traria?

Conforme depoimento dos educadores entrevistados, no campo pedagógico, a produção desses livros viria suprir uma demanda dos profissionais da educação daqueles municípios, que dada à carência de fontes “confiáveis”, enfrentavam dificuldades em cumprirem as orientações curriculares que sugerem que nos primeiros anos do ensino fundamental seja ofertado o ensino da história local e do cotidiano. Porém, como se observou neste trabalho, as funções dos livros escolares não podem ser resumidas apenas às questões pedagógicas. Sem deixar de lado suas outras aplicações, foi o seu papel enquanto portador de representações e de ideias o que mais interessou a esta pesquisa.

Nas duas últimas décadas a ampliação da mineradora Samarco, a urbanização turística e investimentos no setor de petróleo e gás, transformaram a região onde estão localizados os municípios de Anchieta e Piúma, fazendo com que parte das populações nativas se sentisse ameaçada por aquelas alterações. No auge desses acontecimentos dois professores de história, licenciados em Ciências Sociais, foram eleitos para governarem aquelas cidades. Esses prefeitos-professores, junto com suas secretárias de educação e outros educadores interpretavam aquelas alterações como a prova de que o futuro

propagado e por eles assimilado na representação de um Estado em Marcha para o desenvolvimento (PIROLA, 2008) havia finalmente chegado. No entanto, apesar do otimismo com essa constatação, carregavam inúmeras ressalvas quanto a esse modelo. Foi com essa representação que aqui denominou-se de um *Estado em Marcha para o desenvolvimento sustentável*, que aquelas administrações apoiaram/desenvolveram/criaram uma série de atividades, entre elas a produção dos livros didáticos Piúma e Anchieta, que possibilitassem salvaguardar/resgatar/reconstruir uma representação de identidade local. Era a história assumindo sua clássica função de construir um sentimento de pertencimento a um dado território.

Equacionada a primeira questão, precisava-se partir para o segundo ponto: que representações de identidade local eram construídas e dadas a ler naqueles manuais escolares?

No Brasil, a exemplo de outros países, essa função foi assumida logo após a independência no século XIX. Naquele contexto, destacou-se Francisco Adolfo de Varnhagen que produziu uma narrativa para nação recheada de prescrições morais e que ainda ecoa nos livros didáticos de história, apesar de todos esses anos. Inclusive nos livros regionais, que, como apontam estudos de Leite (2007), Nicolini (2007), Caimi (2007) e Nikitiuk (2007), são menos permeáveis às inovações.

Um mergulho na historiografia produzida naquele período e percebe-se que a narrativa de Varnhagen não apresentava nada de original, ao inverso, assemelhava-se as concepções de outros intelectuais de seu tempo, apesar das inúmeras rusgas com alguns deles. No entanto, se não se estava diante de uma escrita paradigmática e se um livro didático contêm todos os livros anteriores entre suas páginas, o que tornaria Varnhagen tão especial?

Dada sua condição de diplomata, Varnhagen teve acesso às fontes primárias, muitas inéditas, portanto mesmo que houvesse obras anteriores e a função/intenção do texto de Varnhagen fosse compartida por muito de seus

contemporâneos, não havia até o ano de 1854 uma obra daquela envergadura. Quase um século após o lançamento de *História Geral do Brasil* seus críticos Gilberto Freire, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda, reconheciam "[...] o valor de sua contribuição documental, utilizando-o como referência sempre que necessário" (WEHLING, 1999, p. 206).

Diante do apogeu econômico, político e cultural de São Paulo que ameaçava o monopólio do IHGB sobre a escrita da história do Brasil, especialmente a partir da criação da USP na década de 1930, o Instituto forjou a representação do autor pioneiro, afinal de que outro local poderia figurar o "Heródoto brasileiro", senão da Casa da Memória Nacional? Tornado o homem, monumento, suas representações atravessaram os três sentidos da história se manifestando em artigos, filmes, museus, festas e livros didáticos que objetivaram apresentar a história do Brasil.

Tentando verificar essa influência nos livros didáticos *Piúma: Nosso Município* e *Anchieta: Nosso Município* optou-se por selecionar a representação de identidade nacional e o papel das etnias negra, branca e indígena na narrativa varnhageana. O Visconde de Porto Seguro havia criado uma história eurocêntrica que, por mais que os autores propagandeiem a diversidade cultural, denunciem o genocídio dos povos aborígenes que habitavam a América ou a resistência dos africanos, sempre o fazem baseado nos marcos senão instalados por Varnhagen, por ele propagados dado o alcance de *História Geral do Brasil,* uma narrativa para que o leitor lesse e se reconhecesse enquanto branco ou descendente destes.

No Espírito Santo essa ideia foi manifesta na transformação de Vasco Fernandes Coutinho e José de Anchieta em heróis. Mesmo no caso da eleição de Araribóia e Maria Ortiz o critério para sua inclusão foi seu apoio ao projeto colonizador português. Com a representação do *Espírito Santo imigrante* de Miguel Kill a ideia de uma hegemonia europeia fortaleceu-se.

Essas representações, ainda presentes nos manuais escolares, inclusive nos mais recentes, também estão inscritas em *Piúma: Nosso Município* e *Anchieta: Nosso Município,* afinal seus autores há quase três décadas produzem livros didáticos de história do Espírito Santo. Assim, portando-se enquanto membros daquela comunidade de intelectuais, Santos Neves e Alvarenga Rosa, mesmo quando acrescentam inovações em seus textos não apagam as produzidas anteriormente por seus pares. O resultado é uma narrativa histórica onde os negros e índios que habitavam o território dos municípios de Piúma e Anchieta, foram assimilados em um projeto modernizante capitaneado pelos italianos, ingleses ou pelo *Apóstolo do Brasil.*

Que outros pesquisadores debrucem-se sobre os livros didáticos de história regional, especialmente os que tratam da cidade, território palpável do aluno, pois, como lembra Carretero (2010) as representações conhecidas nos primeiros anos escolares permanecem, permanecem, permanecem...

6. REFERÊNCIAS

A SAMARCO. Disponível em: < www.samarco.com.br>. Acesso em: 16 jul. 2013.

ABREU, Capistrano de. Carta ao Barão do Rio Branco, 17/04/1890. In: _____. **Correspondência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: MEC, 1977, vol. 1.

ALMEIDA FILHO, Orlando José de**.** Historiografia, história da educação e pesquisas sobre o livro didático no Brasil. **Revista saberes interdisciplinares**, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.iptan.edu.br> Acesso em: 11 jan. 2013.

AMADO, J. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, M. A. (Org.). **República em migalhas**: história regional e local. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 12-23.

AMARAL, Sharyse Piroupo. "Entre Tupis e Botocudos: o indianismo no Segundo Reinado". In: II Encontro Estadual de História - Anpuh-Ba, 2004, Feira de Santana. **Anais**... , Anpuh-Ba. Ilhéus: Anpuh-Ba, 2004.

ANCHIETA (Município). Secretaria Municipal de Educação: **Proposta Curricular para o Ensino Fundamental do município de Anchieta.** Anchieta, 2013.

BARBOSA, Isabella Batalha Muniz. **O Lugar no Contexto das redes globais**: o Polo Industrial de Anchieta,ES - uma paisagem em transformação. 2010. 337 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BIASE, Alessia de. Ficções arquitetônicas para a construção da identidade. **Horiz. antropol**., Porto Alegre , v. 7, n. 16, Dez. 2001, p. 173 – 88. Disponível em: <http://www.scielo.br >. Acesso em: 20 Set. 2013.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Identidades e ensino da história no Brasil. In CARRETERO, Mario; ROSA, Alberto e GONZÁLEZ, Maria Fernanda. (Org.). **Ensino da história e memória coletiva**. 1ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 33-52.

_____. **Ensino de História:** fundamentos e métodos. 3ª ed. São Paulo, Cortez. 2009.

_____. Produção didática de História: trajetórias de pesquisas. **Revista de História**, São Paulo, n. 164, p. 487-516, jan./jun. 2011.

BONETE, Wilian J., COSTA, Maria Paula.História regional: experiência docente com ensino de história do Paraná**.** In: **I Seminário Internacional de Etnia, Diversidade e formação**, 2010. Disponível em: <http://www.artigonal.com/ensino-superior-artigos/historia-regional-experiencia-docente-com-o-ensino-de-historia-do-parana-4082424.html>. Acesso em: 13 mar. 2012.

BRASIL. Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 22 jun. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12 nov. 2013.

CAIMI, Flávia Eloísa. O livro didático de história regional: um convidado ausente. In: Margarida Maria Dias de Oliveira; Maria Inês Sucupira Stamato. **O livro Didático de Historia: políticas educacionais, pesquisas e ensino**. Natal: EDUFRN, 2007.

CAMPOS, Adriana Pereira. Escravidão, reprodução endógena e crioulização: o caso do Espírito Santo no Oitocentos. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 85, 2011. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi23/topoi23_a05_escravidao_reproducao_endogena_e_crioulizacao.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2013.

CANABRAVA, Alice P. Apontamentos sobre Varnhagen e Capistrano de Abreu. **Revista de História**, São Paulo, vol. XLIII, p. 417-424, out./dez., 1971.

CARRETERO, Mario. **Documentos de identidade**: a construção da memória histórica em um mundo globalizado. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **O mercado do livro didático no Brasil:** da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007). São Paulo, 2007. 234 f. Tese

(Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação Educação: História, Política, Sociedade, PUC/SP, São Paulo, 2007.

CATANI, Denice Barbara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia divulgadas no GT História da Educação da ANPEd (1985-2000). **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, Abr. 2002 . Disponível em: <http://www.scielo.br >. Acesso 26 dez. 2012.

CEZAR, Temístocles . Varnhagen e os relatos de viagem do século XVI: ensaio de recepção historiográfica. **Anos 90** (UFRGS), Porto alegre, n. 11, julho de 1999**.**

_____. Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen. **História**, Franca, v. 24, n. 2, 2005 . Disponível em: <http://www.scielo.br >. Acesso em: 07 Mai. 2013.

_____. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. **Topoi** (Rio de Janeiro) , v. 8, p. 159-207, 2007. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org>. Acesso em: 22 dez. 2012.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. **À beira da falésia:** a história entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

_____. **A história ou a leitura do tempo**. Trad. Cristina Antunes. 2. ed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

_____; FAULHABER, Priscila,(Org.) LOPES, José Sérgio Leite (Org.). **Autoria e história cultural da ciência**. Rio de Janeiro: Azougue, 2012.

CHOPPIN, Alain. O Manual escolar: Uma falsa evidência histórica**. História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v.13, n. 27 p. 9-75, Jan/Abr. 2009.

CORRÊA, Anderson R. Pereira . História Local e Micro-história: encontros e desencontros. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, v. 01, p. 13-29, 2012.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria da Educação: **Guia de implementação / Currículo Básico Escola Estadual.** Vitória : SEDU, 2009. 72 p.

FLEURY, Renato Sêneca. **Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro, 'paulista de Sorocaba'**. São Paulo: Melhoramentos, [195-?].

FREITAS, Itamar . **História regional para a escolarização básica no Brasil**: o livro didático em questão (2006/2009). 1. ed. São Cristóvão: Editora da UFS, 2009.

FUKUDA¸ Rachel Franzan. **Estado e políticas públicas:** industrialização, fragmentação social – o caso de Anchieta e Guarapari (1960- 2004). 2012. 146 p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. O livro didático como referência de cultura histórica. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). **A escrita da História escolar: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 265-279.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade o Imperador.** Revista do IHGB, Rio de Janeiro, nº 388, jul./set., 1995.

_____. **Biografia de Francisco Adolfo de Varnhagen**. Disponível em: <http://www.usp.br/labteo/varnhagen/>. Acesso em 12 mai. 2013.

INSTITUTO JONES DO SANTOS NEVES (IJSN). **Investimentos Previstos para o Espírito Santo 2009 a 2014.** Vitória: IJSN, 2009.

_____. **Implantação de projetos de grande porte no Espírito Santo**: análise do quadro socioeconômico e territorial na fronteira de expansão metropolitana sul capixaba. Vitória: IJSN, 2011.

KAMEL, Ali. O que ensinam às nossas crianças? In: **O Globo**. São Paulo, p. 7, 18 set. 2007.

KHALED JUNIOR, 2010, Salah H. **Horizontes identitários** : a construção da narrativa nacional brasileira pela historiografia do século XIX. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

KILL, Miguel Ângelo. **Geografia e História do Espírito Santo**. s/ ed.: Vitória, 1974.

_____**. Estado do Espírito Santo: estudos sociais**. 5 ed. , São Paulo: Saraiva, 1983.

KUHN, Thomas Samuel. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 9.ed. São. Paulo: Perspectiva, 2006. 263 p.

LACOMBE, América Jacobina. As ideias políticas de Varnhagen. **Revista do IHGB,** Rio de Janeiro, nº 275(2), abr/jun, 1967. p 135, 154.

LAJOLO, Marisa. **Livro didático:** um (quase) manual de usuário. Em Aberto, Brasília, n. 69, v. 16, jan./mar. 1996.

LAVILLE, C. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. **Revista brasileira de História**. 1999, vol.19, n.38 p. 125-138 . Disponível em: <http://www.scielo.br >. Acesso em: 26 de jul. 2012.

LESSA, Clado. **Francisco Adolfo de Varnhagen**: Correspondência Ativa. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961.

LEITE, Juçara Luzia. Práticas de leitura e escritas de si: livro didático regional e identidade geracional. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. **O livro didático de História:** políticas educacionais, pesquisas e ensino. Natal: EDUFRN, 2007.p.189-197.

LIMA, Marta Margarida de Andrade. A Cultura Local e a Formação para a Cidadania nos Livros Didáticos Regionais de História. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; STAMATTO,Maria Inês Sucupira. **O livro didático de História:** políticas educacionais, pesquisas e ensino. Natal: EDUFRN, 2007. p. 05-206.

LISTAGEM de restos a pagar não processado do exercício de 2005 até 2012. Disponível em: <http://www.marataizes.es.gov.br>. Acesso em 01 out. 2013.

MATTOS, Sonia Missagia. A Aldeia de Iriritiba: atual cidade de Anchieta no Espírito Santo. **Cadernos de História** (UFU. Impresso), v. 07, p. 05-39, 2009.

MEDEIROS, Rogério. Aventureiro inglês fundou Piúma, levou à cidade o progresso e trouxe colonos da Inglaterra. **Século Diário**, Vitória, 22 jun. 2001. Disponível em: <http://seculodiario.com.br/arquivo/2001/mes_06/22/etnias/indios/index15.htm> Acesso em 30 mai. 2009.

MORAES, Cícero. **Como nasceram cidades no Espírito Santo**. Imprensa Oficial, Vitória, 1954.

MOREIRA, Kênia Hilda. Livros didáticos como fonte de pesquisa: um mapeamento da produção acadêmica em história da educação. **Educação e Fronteiras On-line**, Dourados/MS, v.2, n.4, p. 129-142, jan/abr. 2012. Dispónível em: **<**http://www.periodicos.ufgd.edu.br>. Acesso em: 08 de ago. 2012.

MORENO, Jean Carlos. Limites, escolhas e expectativas: horizontes metodológicos para análise dos livros didáticos de história. **Antíteses,** Londrina, vol. 5, núm. 10, p. 717-740, jul./dez. 2012.

_____. Ensino de História e Construção de Identidades: Dilemas Persistentes. In: Regiões, imigrações, identidades: XII Encontro Regional da ANPUH PR, 2010, Irati. **Anais...** Irati: ANPUH / UNICENTRO, 2010.

MUNAKATA, Kazumi. Histórias que os livros didáticos contam depois que acabou a ditadura no Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia Brasileira em perspectiva.** São Paulo: Contexto, 2000, p. 271-269.

_____. O livro didático: alguns temas de pesquisa. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas-SP, v. 12, n. 3 (30), p. 179-197, set./dez. 2012a. Disponível em:<http://dx.doi.org/10.4322/rbhe> Acesso em 13 jan. 2013.

_____. O livro didático como mercadoria. **Pro-Posições**, Campinas , v. 23, n. 3, Dec. 2012 b. Available from <http://www.scielo.br >. Acesso em 15 mar. 2013.

NAJJAR, Rosana. Para além dos cacos: a Arqueologia Histórica a partir de três superartefatos (estudo de caso de três igrejas jesuíticas). **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. humanas**, Belém , v. 6, n. 1, Apr. 2011 . Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em: 18 de ago. 2013.

NICOLINI, Cristiano. “Entre vales e montanhas…”: análise das representações históricas dos imigrantes e a construção da identidade regional no Vale do Taquari. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo. **Anais**... São Leopoldo: Unisinos, 2007. CD-ROM.

NIKITIUK, Sônia Maria Leite. Por que Livros Regionais de História? In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; STAMATTO,Maria Inês Sucupira. **O livro didático de História: políticas educacionais, pesquisas e ensino.** Natal: EDUFRN, 2007.p.199-206.

_____. **As Formas do Mesmo**: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Vamhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Fundação. Editora da UNESP, 1997.

OLIVEIRA, Laura Nogueira. **Os índios bravos e o Sr. Visconde: os indígenas brasileiros na obra de Francisco Adolpho de Varnhagen**. 2000. 186 p. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2000.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: IBEP, 2003.

PASSOS de Anchieta. Disponível em: <http://www.abapa.org.br/>. Acesso em: 15 ago. 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História Regional e transformação social**. In: Silva, M. A. da. (Org.). República em migalhas: história regional e local. São Paulo: MARco Zero/CNPq, 1990, v. , p. 67-79.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. Educação Nacional e “paraibanidade”: a história pátria e o ensino de história da Paraíba. In: Simpósio Nacional de História, 22., 2003, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ANPUH, 2003. CD-ROM

PIROLA, André Luiz Bis. **O livro didático no Espírito Santo e o Espírito Santo no livro didático:** história e representações. 2008. 265 p. Dissertação

(Mestrado em Educação) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2008.

QUARTO, Leonardo. Anchieta. A vida na 10ª cidade mais rica do país. **Gazeta On Line**, Vitória, 12 fev. 2012. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2012/02/noticias/especiais/1111420-anchieta-a-vida-na-10-cidade-mais-rica-do-pais.html>. Acesso em: 02 jan. 2014.

RAMOS, Maria Helena Rauta; MARTINS, Leonardo Ramos. Territórios em disputa: a instalação de grandes projetos e sua relação com a comunidade local. In: **XXI Congresso Nacional de Geografia Agrária**. Uberlândia, 2012. Disponível em : <htpp.www.lagea.ig.ufu.br> Acesso em: 14 de jan. 2013.

REIS, José Carlos. O Historicismo: a Redescoberta da História. **Locus: Revista de História**. Juiz de Fora, v. 8 n. 1. jan. – jul. 2002. p. 09-27.

_____. **As Identidades do Brasil – de Varnhagen a FHC**. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RIBEIRO, João. **História do Brasil. Curso Superior**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1920.

RIBEIRO, Renilson Rosa. **"Destemido bandeirante à busca da mina de ouro da verdade"**: Francisco Adolfo de Varnhagen, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção da ideia de Brasil Colônia no Brasil Império. 2009. 391 p. Tese (Doutorado em História) – Curso de Pós-graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009.

RODRIGUES, José Honório. Varnhagen, mestre da história geral do Brasil. **RIHGB**, Rio de Janeiro, vol. 275, abr./jun. 1967, p. 170-197.

ROSEMBERG, F.; BAZILLI, C.; SILVA, P. V. B. da. Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura. **Educação e Pesquisa**. [on-line] 2003, v. 29, n. 01. Disponível em : <http://www.scielo.br >. Acesso 25 nov. 2013.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento sustentável: desafio do século XI. **Ambient. soc.**, Campinas , v. 7, n. 2, Dec. 2004 . Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso 09 Jan. 2014.

SANTOS NEVES, Luiz Guilherme; ALVARENGA ROSA, Léa Brígida R. **Piúma: nosso município:** noções históricas e geográficas do município de Piúma para o Ensino Fundamental. Vitória: Formar, 2010.

_____. **Anchieta: nosso município**: noções históricas e geográficas do município de Anchieta para o Ensino de 1º Grau. Vitória: Formar, 2011.

SANTOS NEVES, Luís Guilherme; ALVARENGA ROSA, Léa Brígida R.; PACHECO, Renato José Costa. **Espírito Santo: minha terra, minha gente.** História regional para o 1º grau das escolas estaduais. Vitória: SEDU, 1986.

_____. **Espírito Santo: Nossa história, nossa gente**. Vitória: Grafer, 1997.

_____. **Nosso Estado O Espírito Santo**: História do Estado do Espírito Santo para o Ensino Fundamental. Curitiva: Base, 2004.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. Os livros didáticos de história no ensino de História do Colégio Pedro II no Império (1837-1870). In: II Seminário brasileiro sobre livro e história editorial, 2009, Rio de Janeiro. **Anais**... Disponível em: <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/ii_pdf/Beatriz_Boclin_M_Santos.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2013.

SCATAMACHIA, M.C.M. **Projeto de Salvamento Arqueológico Gasoduto Cabiúnas – Vitória**. Relatório Final dos Trabalhos. São Paulo: MAE-USP; 2007.

SCHMIDT, M. Auxiliadora. Construindo a relação conteúdo método no Ensino de História no Ensino Médio. In: KUENZER, Acácia. **Ensino médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo : Cortez, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEMINÁRIO Política do livro didático: desafios da qualidade – Avaliação 1995/2002, 2003. Disponível em <http://www.abrelivros.org.br>. Acesso em: 13 jun. 2013.

SILVA, Alexandra Lima. Imprensa, mercado editorial de livros didáticos e culturas letradas no Rio de Janeiro, 1870-1920. In: Simpósio Nacional de História, 25, 2009, Fortaleza. **Anais**... Fortaleza: ANPUH, 2009. CD-ROM.

SILVA, Cristiani Bereta da; ZAMBONI, Ernesta. Cultura política e políticas para o ensino de história em Santa Catarina no início do século XX. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo , v. 33, n. 65, 2013 . Disponível em: <http://www.scielo.br/ >. Acesso em: 25 out. 2013.

SILVA, Gabriel Vazquez. Ensinar História no século XIX: o resumo de História do Brazil, de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade**.** In: V Congresso Brasileiro de História da Educação, 2008, Aracaju. **Anais...** SBHE/ UFS/UNIT, Aracaju, 2008.

SILVA, Juremir Machado da. **História regional da infâmia. O destino dos negros farrapos e outras iniquidades brasileiras (ou como se produzem os imaginários).** Porto Alegre: L&PM. 2010.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Entre a Pedagogia e a História: os livros didáticos de História – uma década de mudanças (Brasil 1997 – 2007). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo, RS. **Anais**... São Leopoldo: Unisinos, 2007. CD-ROM.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. Madrid, Imprensa de J.Del Rio, 1857. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/>. Acesso em 28 jun. 2012.

TAVARES, Thiago Alves Nunes Rodrigues. **Da tragédia à epopeia**: agenciamento das memórias em Francisco Adolfo de Varnhagen (1838-1858). 2011. 229 p. Tese (Doutorado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

UM REDUTO DE INGLESES. A Tribuna, 03 dez. 2006, Especial, p. 12.

USO e Ocupação do Solo no Litoral Sul do Espírito Santo. Organização Não-Governamental que apresenta nesse trabalho resultados parciais do subgrupo temático Uso e Ocupação do Solo do MMOC-ES. Disponível em: < www.mileniodomar.org.br >. Acesso em: 27 ago. 2007.

WEHLING, Arno. **Estado, História, Memória:** Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

ZANDONADI, Denise. Mais dinheiro e petróleo para o Estado. **A Gazeta**, Vitória, 16 set. 2007. Economia, p.18.

_____. Novo marco do pré-sal no Estado. **Gazeta On Line**, Vitória, 08 ago. 2012. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2012/08/noticias/especiais/petroleo.html>. Acesso em 02 jan. 2014.

_____. Petrolífera americana vai investir em Anchieta. . **Gazeta On Line**, Vitória, 16 dez. 2009. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2009/12/577427-petrolifera+americana+vai+investir+em+anchieta.html>. Acesso em 02 jan. 2014.